

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS EUROPEUS

DISSERTAÇÃO

MODELOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE PORTUGAL E TIMOR-
LESTE: O CASO DO ENSINO SUPERIOR.

CUSTÓDIO BARATA XIMENES

Orientadores:

Prof. Doutor Manuel Courel Branco

Prof. Doutor Pedro Damião Henriques

Évora, Fevereiro de 2012

Agradecimentos

Esta dissertação é o resultado de vários meses de dedicação e trabalho, mas também da ajuda e apoio de muitas pessoas, a quem gostaria de aqui deixar uma sentida palavra de agradecimento.

Em primeiro lugar queria agradecer a Deus por todos os benefícios, pelo amor, pela inteligência, guiando com sua luz durante a elaboração deste trabalho, reflectindo o problema de cooperação em Timor-Leste.

Agradeço todas as pessoas que contribuíram na minha jornada de formação, até o final deste trabalho.

A todos os professores e aos demais professores pela qualidade das aulas, debates e pelo apoio muito acima das minhas expectativas.

Em especial ao Prof. Doutor Manuel Couret Branco e Prof. Doutor Pedro Damião Henrique, que aceitaram orientar esta Dissertação, e que, mesmo com o imenso trabalho que sempre têm, não deixaram nunca de estar presente, pela dedicação, paciência, compreensão e apoio durante o processo da elaboração desta dissertação.

Aos meus colegas, João Rendes e aos demais pelas contribuições e apoio que tanto me encoraja a finalizar a minha formação.

Ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) pela bolsa de estudo.

Finalmente a minha esposa, Lúcia por todo apoio e exemplo da vida que me deram a força nesta ausência de dois anos de caminhada.

A todos os amigos que me apoiaram, incentivaram e perdoaram a falta de tempo para estar com eles.

A todos aqueles que em Timor-Leste, me ajudaram a ter uma visão mais clara de uma realidade que os livros acabam sempre por “esconder”, essencialmente à UNTL e Embaixada de Portugal em Timor-Leste.

Resumo

Existe um reconhecimento que uma maior eficácia da ajuda ao desenvolvimento pode ser conseguida através de uma maior coordenação de políticos, de políticas, de procedimentos e da complementaridade entre programas de ajuda.

O objectivo desta dissertação foi analisar em geral a cooperação bilateral entre Portugal e Timor-Leste e em particular a cooperação no sector da educação e do ensino superior. Os dados utilizados foram entrevistas semi-estruturadas a membros da UNTL e os dados secundários disponíveis sobre a cooperação.

Os resultados mostram que a cooperação de Portugal com Timor-Leste foi uma prioridade da ajuda portuguesa ao desenvolvimento. Nesta ajuda, o sector da educação tem vindo a ganhar peso ao longo do tempo. A cooperação no ensino superior veiculada pela FUP, na opinião dos docentes da UNTL, embora positiva, foi marcada pela pouca participação ou envolvimento dos departamentos e docentes da UNTL.

Palavras-chave: cooperação, modelos de cooperação, ensino superior, Timor-Leste.

Title: Models of bilateral cooperation between Portugal and Timor-Leste

Abstract

There is recognition that greater effectiveness of development aid can be achieved through greater coordination of politicians, policy, procedures and complementarity between aid programs.

The goal of this thesis was to analyze the overall bilateral cooperation between Portugal and East Timor and in particular the cooperation in education and higher education. The data used were semi-structured interviews for members of UNTL and the secondary data available on cooperation.

The results show that cooperation between Portugal and Timor-Leste was a priority to Portuguese development aid. In this aid, the education sector has been gaining weight over time. Cooperation in higher education conveyed by FUP, in the opinion of the teachers of UNTL, although positive, was marked by low participation or involvement of departments and teachers from UNTL.

Keywords: cooperation, models of cooperation, higher education, Timor-Leste

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice.....	v
Índice de Quadros	vii
Índice de Figuras	viii
Abreviaturas.....	ix
Introdução.....	1
CAPÍTULO I – Cooperação e Desenvolvimento.	6
1.2. Cooperação	10
1.2.2 A cooperação a partir do Consenso de Washington	12
1.3. Caracterização da Cooperação para o Desenvolvimento	14
1.3.1. Em que consiste a Cooperação para o Desenvolvimento	14
1.3.2. Modalidade de Cooperação para o Desenvolvimento.....	17
1.3.2.1. Origem dos recursos e dos fundos:.....	18
1.3.2.2. Tipos de cooperação e actores:	19
1.3.2.3. Grau de concessionalidade	22
1.3.2.4. Características dos Fundos:.....	22
1.3.2.5. Natureza da Cooperação:.....	22
1.3.2.6. Instrumentos e destinos:	23
1.3.3 Os actores da Cooperação	25
CAPÍTULO II - Cooperação Portugal Timor-Leste	34
2.1. A cooperação portuguesa	34
2.2. A cooperação com Timor	39
2.2.1 Timor e a Ajuda Internacional.....	39
2.2.2 Cooperação Portugal Timor-Leste.....	42
CAPÍTULO III – COOPERAÇÃO PORTUGUESA E ENSINO SUPERIOR EM TIMOR-LESTE	52
3.1 – Ensino e cooperação	52
3.1. 1. Importância do ensino no desenvolvimento.....	52
3.1.2. Organização do ensino em Timor-Leste.....	54
3.1.3. A problemática da reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste.....	57
3.1.4. Objectivos e instrumentos da Política de cooperação portuguesa no ensino em Timor-Leste (desde 1999-2010)	59

3.2. Ensino superior e cooperação.....	64
3.2.1. Enquadramento legislativo do Ensino Superior e da UNTL.....	64
3.2.2. Organização do Ensino Superior	69
3.2.3. Objectivos e instrumentos da política de cooperação portuguesa no ensino superior em Timor-Leste (desde 1999-2010)	71
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE COOPERAÇÃO BILATERAL PORTUGAL TIMOR-LESTE	79
4.1. Análise da cooperação no ensino superior	79
4.2. Visão parcial dos agentes envolvidos na cooperação	84
Conclusão	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXO 1	104

Índice de Quadros

Quadro .1.1. Instrumentos, actores e destinos da Cooperação e Desenvolvimento	18
Quadro 1.2. Lista dos beneficiários da Ajuda estabelecida PELO CAD - em 2002	31
Quadro 1.3. Principais beneficiários da Ajuda dos membros do CAD, em 2001-2002.....	32
Quadro 2.1. Principais receptores da APD Portuguesa em percentagem da Ajuda Bilateral.....	38
Quadro 2.2. Apoio Internacional à transição de Timor-Leste	41
Quadro 2.3. Contribuições Financeiras dos Principais Doadores – Conhecidas e Pagas (valores em milhões de USD).....	42
Quadro 2.4. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) 2000-2009	51
Quadro 3.1. Aspectos negativos e positivos da cooperação sobre a educação em Timor.....	63
Quadro 3.2. Instituições e sexo dos alunos que terminaram os seus estudos até 2011	71
Quadro 4.1. Valor da ajuda total, infra-estruturas e serviços sociais e Educação (euros)	79
Quadro 4.2. Número de agentes de cooperação na área de educação	80
Quadro 4.3. Bolsas externas concedidas	82
Quadro 4.4. Valor da ajuda para bolsa de ensino e formação euros).....	82
Quadro 4.5. Alunos admitidos e graduados dos cursos da FUP – UNTL, 2001-2009	83
Quadro 4.6. Financiamento do ensino superior da UNTL (euros)	84

Índice de Figuras

Figura 1.1. Processo de Cooperação.....	16
Figura 2.1. Distribuição dos Agentes da cooperação por país	38
Figura 2.2 Ranking dos principais doadores de Timor-Leste (1999-2007 em milhões de USD, a preços constantes de 2007.....	41
Figura 2.3. Análise da APD Portuguesa a Timor-Leste, 1999-2009.....	51
Figura 4.1. Evolução da % da ajuda no total em infra-estruturas e serviços sociais em educação	80
Figura 4.2. Bolsas externas concedidas entre 1996-2001	81
Figura 4.3. Distribuição dos alunos admitidos pelos diferentes cursos (%)......	83
Figura 4.4. Distribuição dos alunos graduados pelos diferentes cursos (%)......	83

Abreviaturas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APAD	Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
AFI	Agência de Fundo Internacional
BM	Banco Mundial
CATTL	Comissário para o apoio à Transição em Timor-Leste
CAT	Comité de Apoio a Transição
CE	Comissão Europeia
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CED	Centro de Ensino à Distância
CNRT	Concelho Nacional da Resistência Timorense
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
FUP	Fundação das Universidades Portuguesas
FED	Fundo Europeu para Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONGD	Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCLP	Programa de Consolidação da Língua Portuguesa
PIC	Programa Indicativo da Cooperação
PVD	Países em vias de Desenvolvimento
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PRLP	Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PESC	Política Externa Segurança Comum
PMA	Países Menos Avançados
PIDDESC	Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
UNTIM	Universitas Timor Timur
UNTL	Universidade Nacional de Timor-Lorosa”e
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MECJD	Ministério de Educação Cultura Juventude e Desporto
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
TFET	Trust Fund For East Timor

Introdução

A Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, veio lançar uma nova fase no âmbito da cooperação global no século XXI. Nela foi dado um enorme impulso às questões do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do Milénio (MDGs) pela comunidade internacional. Este objectivos deveriam ser atingidos num prazo de 25 anos.

O presente trabalho surge no âmbito do projecto de Cooperação Bilateral entre Portugal e Timor-Leste, iniciado em 2009 e co-financiado pelas entidades Multilaterais e Bilaterais pela cooperação portuguesa e pretende problematizar e simultaneamente, sensibilizar para a temática da cooperação Bilateral entre Portugal e Timor-Leste. Num mundo cada vez mais global, que queremos também mais solidário, este trabalho procura aproximar, pela diferença positiva, opiniões e reflexões apontando novas pistas para a cooperação bilateral.

Timor-Leste situa-se a norte da Austrália, no extremo do Sudeste Asiático, no prolongamento das ilhas da Sonda Indonésia. O território de Timor-Leste tem 14610 km². O país faz parte do grupo dos países mais pequenos do mundo, existindo 40 outros países no mundo com superfície mais pequena ou igual a superfície de Timor-Leste, dos quais, na Ásia, se encontram, por exemplo, Hong Kong, Macau, Brunei, Maldivas, Singapura.

Assim, no quadro destes objectivos e perspectivas, e face à experiência adquirida no decorrer do trabalho, constatou-se a necessidade de escolher este tópico para a clarificação de conceitos e temáticas relacionadas com a Cooperação Bilateral entre Portugal e Timor-Leste. Embora este trabalho se dirija particularmente à comunidade académica, no sentido mais clássico do termo, pretendemos, também, contribuir para que a sociedade se interesse, cada vez mais, por esta temática e tenha acesso a informação sobre a mesma.

Este trabalho procura abordar os conceitos da cooperação para o desenvolvimento, identificar os seus instrumentos, caracterizar os fluxos de ajuda em direcção de Timor Leste, quer em termos de volume, quer de distribuição. Mais concretamente o principal objectivo deste trabalho é analisar a cooperação na área de ensino superior. Este trabalho foi feito com base em pesquisa documental e análise de conteúdo. Por tratar de um tema relevante, este trabalho despertou o interesse por parte da Instituição de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Embaixada de Portugal em Timor-Leste, FUP-UNTL, que deram total apoio e disponibilizaram algumas informações e documentos para a sua elaboração e principalmente o *site* do IPAD como meio principal deste trabalho.

Problema a estudar

A cooperação bilateral entre Portugal e Timor-Leste que aumentou significativamente desde 1999 tem sido objecto de reflexão e avaliação por parte das entidades promotoras dessa cooperação, Portugal e Timor-Leste. Um dos vectores fundamentais desta cooperação é o sector do ensino e dentro deste, o ensino superior, a cooperação da FUP com a UNTL. O modelo adoptado para esta cooperação, visto na perspectiva das faculdades da UNTL, parece não ter sido na prática o mais integrador da ciência e do conhecimento e potenciador dos recursos financeiros disponibilizados.

Objectivos

A cooperação bilateral, nos últimos anos tornou-se um dos campos de investigação que mais desperta o interesse dos estudiosos da área de Relações Internacionais. No caso de Timor-Leste é importante compreender a situação da cooperação bilateral com Portugal e entender a contribuição da cooperação no processo de construção da nação, principalmente a cooperação no ensino superior.

O estudo será focado na cooperação das actividades entre os dois países Portugal e Timor-Leste, principalmente no sector da educação, no ensino superior em Timor-Leste.

Os objectivos do estudo são: compreender a situação da cooperação bilateral Portugal-Timor-Leste e a sua contribuição para o processo de construção da nação; e analisar a cooperação no sector do ensino superior, destacando nesta a cooperação FUP/UNTL.

Esta última análise será feita essencialmente na perspectiva de uma dos actores da cooperação, Timor-Leste, já que não foi possível por razões materiais e logísticas estender essa análise ao outro actor da cooperação, Portugal.

Razão de escolha do tema

No âmbito do regime de avaliação contínua da disciplina de fontes de informação, foi-nos proposto elaborar um trabalho, no qual poderíamos aplicar os conhecimentos obtidos na cadeira ao longo do tempo. Optei pelo tema ‘‘Modelos de Cooperação Bilateral entre Portugal e Timor-Leste’’, pois parece-me mais motivador e aliciante.

Em primeiro lugar, porque o tema diz respeito a dois países de continentes diferentes, Europa-Portugal e Timor-Leste-Ásia e tão diferentes, a todos os níveis. Em segundo lugar, porque a cooperação é um princípio que deve ser tomado por todos, visto que leva ao desenvolvimento mútuo. Em terceiro lugar, pelos diferentes conteúdos que este assunto abrange, embora neste caso o objectivo principal seja a análise de uma problemática referente a cooperação no sector do ensino superior.

Assim, iniciei o meu trabalho com especificação do tema proposto para compreender melhor a temática e problemáticas referentes a cooperação bilateral entre Portugal e Timor-Leste.

Metodologia

Para a construção desta pesquisa e delimitação do universo deste trabalho foram utilizadas técnicas para recolher e interpretar as informações obtidas. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema esta investigação é essencialmente qualitativa e descritiva.

O tipo de pesquisa utilizado neste estudo foi feito em duas fases. A primeira fase consistiu na recolha de dados e a segunda fase na análise dos dados recolhidos.

Métodos de recolha de dados

A recolha de dados teve duas fases. A primeira, recolha de dados secundários, consistiu numa pesquisa bibliográfica sobre o tema da cooperação em geral e sobre a cooperação entre Portugal e Timor-Leste. Esta pesquisa foi conduzida na biblioteca da Universidade

de Évora e utilizando as plataformas digitais como a internet e a biblioteca on-line. Através desta pesquisa foi possível recolher informação qualitativa e quantitativa sobre o tema em estudo.

A segunda fase, recolha de dados primários, consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas a docentes timorenses da UNTL no sentido de auscultar a sua opinião sobre o programa de cooperação FUP/CRUP com a UNTL. Foram entrevistados os decanos, responsáveis pelas faculdades da UNTL e um ex-reitor da UNTL. As entrevistas foram conduzidas entre os meses de Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011 e realizadas em Timor-Leste.

As entrevistas abordaram os seguintes temas: os objectivos da cooperação da FUP/UNTL na UNTL e nas diferentes faculdades, o entendimento e a participação das faculdades na cooperação da FUP/UNTL, como as faculdades avaliam a cooperação da FUP/UNTL, as vantagens e desvantagens da cooperação da FUP/UNTL, a contribuição da cooperação FUP/UNTL para as diferentes faculdades, o papel futuro da cooperação da FUP.

Análise de dados recolhidos

A primeira análise de dados feita foi a análise documental, através da identificação e selecção dos documentos considerados mais relevantes para esta pesquisa que ajudaram a compreender, a conceptualizar e aprofundar o tema da tese, tendo os aspectos relevantes desses documentos sido incorporados na tese, através de citação. Os dados quantitativos contidos nesses foram utilizados para caracterizar e analisar a cooperação bilateral entre Portugal e Timor-Leste.

A segunda análise de dados feita foi uma análise qualitativa ao conteúdo das entrevistas semi-estruturadas realizadas. Em primeiro lugar foi feita uma análise de conteúdo à entrevista ao ex-reitor da UNTL e em segundo lugar uma análise comparativa de conteúdo das entrevistas aos decanos das faculdades da UNTL.

Organização do estudo

O primeiro capítulo, intitulado Cooperação e Desenvolvimento, procura dar uma visão global do problema. Neste capítulo propormos uma breve nota sobre a Cooperação e

Desenvolvimento, definição do Desenvolvimento, Modalidades de Cooperação e o Desempenho do Desenvolvimento de alguns países e a Cooperação Bilateral, levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais.

O segundo capítulo propõe-se descrever a Cooperação entre Portugal e Timor-Leste. Nele aborda-se a lógica da cooperação portuguesa e o papel que nela desempenha Timor Leste. Aí encontram-se também as tabelas e gráficos como amostra de dados gerais da cooperação Portuguesa com Timor-Leste.

O terceiro capítulo trata da cooperação portuguesa no sector da educação e dentro deste do ensino Superior em Timor-Leste. Este capítulo dividido em duas partes: ensino e ensino superior. Aborda na primeira parte a importância do ensino no desenvolvimento, organização do ensino em Timor-Leste, a problemática da reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste e objectivos e instrumentos da política de cooperação portuguesa no ensino em Timor-Leste. Na segunda parte trata do enquadramento legislativo do Ensino Superior e da UNTL, da organização do Ensino Superior e dos objectivos e instrumentos da política de cooperação portuguesa no ensino superior em Timor-Leste.

No quarto capítulo refere a análise da cooperação bilateral Portugal-Timor-Leste no ensino superior. No primeiro ponto trata da análise da cooperação no ensino superior utilizando dados secundários e no segundo ponto faz uma análise da visão parcial de uma dos agentes da cooperação.

CAPÍTULO I – Cooperação e Desenvolvimento.

No ponto 1 do artigo 2º do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) aprovado pela assembleia-geral das Nações Unidas em 1966, e que constitui um primeiro ensaio para a definição de um direito ao desenvolvimento, afirma-se que “cada um dos Estados Partes no presente Pacto compromete-se a agir, quer com o seu próprio esforço, quer com a assistência e cooperação internacionais, especialmente nos planos económico e técnico, no máximo dos seus recursos disponíveis, de modo a assegurar progressivamente o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto”, atribuindo claramente à cooperação internacional um papel decisivo no processo de desenvolvimento.

Mais tarde, em 1986, é adoptado pela mesma assembleia-geral o Direito ao Desenvolvimento, culminando um processo de reconhecimento que durava há várias décadas. Também aqui se atribui à cooperação um papel de destaque. No artigo 3º da declaração sobre o direito ao desenvolvimento adoptada pela Resolução nº 41/128 da assembleia-geral das Nações Unidas, de 4 de Dezembro de 1986, afirma-se no ponto 1 que “a realização do direito ao desenvolvimento requer pleno respeito pelos princípios do direito internacional, relativos às relações amistosas de cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas”. No ponto 2 do mesmo artigo é ainda referido que “os Estados têm o dever de cooperar uns com os outros para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento”. Esta questão é muito importante pois de acordo com esta visão da cooperação não se trata para os países doadores de mostrar a sua generosidade mas de cumprir uma obrigação.

Por conseguinte, desde o seu aparecimento dos conceitos de desenvolvimento e de cooperação, assim como desde as primeiras fases da construção da comunidade internacional, que os conceitos de cooperação e desenvolvimento se encontram intimamente ligados. O que nos propomos fazer neste capítulo é apresentar uma breve panorâmica da cooperação e do desenvolvimento, definindo em primeiro lugar o que se entende por desenvolvimento, analisando em seguida em que consiste a cooperação e de que modo se implementa.

Este capítulo tem por finalidade de descrever a evolução da cooperação e desenvolvimento desde os finais da Segunda Guerra Mundial e o plano Marshal relacionando o conceito de desenvolvimento para a cooperação com a evolução quer da geopolítica quer do pensamento sobre o desenvolvimento. Estes dois factores, complexos têm sido determinantes nas políticas da cooperação. Nesta primeira parte do trabalho são discutidos os aspectos gerais sobre a cooperação e desenvolvimento e as suas estratégias e modalidades relacionadas com o seu contributo para o desenvolvimento.

1.1. Desenvolvimento

O debate acerca do conceito de desenvolvimento tem sido bastante rico no meio académico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento económico, pois muitos autores consideram apenas os incrementos constantes no nível do rendimento como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocuparem com o modo como tais incrementos são distribuídos. De acordo com Scatolin, no entanto, “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade em alguns pontos elas se completam” (Oliveira Gilson:2002: p. 38)

Estes últimos dois autores afirmam, aliás, que, seja qual for a sua concepção, o desenvolvimento deve resultar do crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a afectação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Por conseguinte, o crescimento económico é condição necessária para o desenvolvimento humano e social e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objectivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (Programa das Nações Unidas (PNUD 1996)

A ideia de desenvolvimento sustentável, por seu lado, está focada na necessidade de promover o desenvolvimento económico satisfazendo os interesses da geração presente,

sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender às necessidades do presente, sem, comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades.

Nesta perspectiva Todaro (1981: p.153), afirma que toda a nação luta para desenvolver-se; este é um objectivo que a maioria das pessoas considera um ponto pacífico. Embora o progresso económico seja uma componente essencial do desenvolvimento, não é a única. Isto acontece porque o desenvolvimento não é um fenómeno puramente económico. Em última instância ele deve abranger mais que o lado puramente financeiro e material da vida das pessoas. O desenvolvimento deveria, portanto, ser percebido como um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e a reorientação completa dos sistemas económico e social.

Além de incrementos no rendimento na e produção ele normalmente envolve mudanças radicais nas estruturas institucional, social e administrativa, bem como nas actividades populares e algumas vezes até mesmo nas crenças e costumes. Finalmente, embora o desenvolvimento seja normalmente definido num contexto nacional, a sua realização completa pode requerer modificações fundamentais no sistema económico e social internacional.

No Século XIX, Alfred Marshall disse que a Economia procura estudar os negócios comuns da vida da humanidade. Estes dizem respeito ao modo como se utilizam os recursos disponíveis com o objectivo de produzir bens e serviços, e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade. Ora como se sabe os recursos são escassos e assim a Economia, tem sido entendida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos, embora haja quem discorde disto (Branco; 2007)

Porém, este processo poderá não ser automático. É que, nos Países em vias de Desenvolvimento (PVD), o nível de rendimento da grande maioria da população é extremamente reduzido, pelo que o seu poder de compra também o é. É, por isso, perfeitamente natural que os rendimentos sejam quase totalmente despendidos na aquisição de bens de consumo primários, ou outros bens de primeira necessidade, e não aplicados na criação de manufacturas. (Coelho; 2003,p.42).

Assim, dado que os recursos humanos de uma nação integram os acima referidos recursos escassos eles determinam em grande parte o seu desenvolvimento social e económico global. Para que tais recursos sejam usados com o máximo de eficácia, as nações do Terceiro Mundo precisam, então, de orientar seus sistemas educacionais para os reais requisitos e aspiração de seus povos.

A declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, veio em primeiro lugar sublinhar a importância destes recursos humanos ao definir objectivos que dizem essencialmente respeito às pessoas e, em segundo lugar, atribuir um papel fundamental à cooperação internacional. Os denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) definidos pela comunidade internacional para serem atingidos num prazo de 25 anos são os seguintes:

1. *Erradicar a pobreza extrema e a fome*
2. *Alcançar a educação primária universal*
3. *Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres*
4. *Reduzir a mortalidade de infantil*
5. *Melhorar a saúde materna*
6. *Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças*
7. *Assegurar a sustentabilidade ambiental*
8. *Desenvolver uma parceira global para o desenvolvimento*

À declaração do Milénio sucederam-se um conjunto de conferências internacionais, nomeadamente a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento que teve lugar, em Março de 2002, em Monterrey. O chamado Consenso de Monterrey veio, por um lado, reafirmar o empenho da comunidade doadora e dos países beneficiários da ajuda na procura de fontes de financiamento inovadoras e alternativas, na criação de um novo espírito de parceria e de um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento. (Objectivos de Desenvolvimento de Milénio;2004;p.8).

O desenvolvimento no entanto, é um processo complexo e um dos seus maiores desafios é a extensão de capacidade humanas, o empowerment dos cidadãos e a cooperação local. O desenvolvimento bem-sucedido depende em larga medida da capacidade de um governo para implementar as suas políticas e gerir os recursos públicos através das suas próprias instituições e sistemas. Na declaração de Paris, 2005,

os países em desenvolvimento comprometeram-se a fortalecer os seus sistemas e os países doadores comprometeram-se a utilizar esses sistemas na mais larga medida possível. Parece, no entanto evidente que os países em desenvolvimento e os doadores não estão na via certa para cumprir com estes compromissos. Com efeito, o progresso alcançado na melhoria da qualidade dos sistemas nacionais não é frequentemente aproveitado pelos países doadores sabendo-se que a utilização de sistemas do país receptor promove o seu desenvolvimento (Azi: 2009).

1.2. Cooperação

A cooperação para o desenvolvimento tem sido destacada como uma das grandes forças actuantes na reconfiguração de estruturas políticas locais e internacionais. Por meio dela, pessoas e interesses de diferentes nacionalidades interagem com agendas políticas e actores sociais locais visando a objectivos comuns. Manifestada por via de acordos, protocolos, convénios ou através de projectos específicos, a cooperação internacional é um instrumento das relações internacionais utilizado por organismos internacionais, instituições governamentais e não-governamentais e Estados, com o objectivo de apoiar o desenvolvimento (Azi; 2009) de países e comunidades que têm mais dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição dos recursos e oportunidades a nível mundial.

1.2.1 A cooperação da 2ª Grande Guerra ao consenso de Washington

Se a cooperação é uma realidade que remontará à Antiguidade, foi, no entanto, após a 2ª Guerra Mundial que a palavra entrou definitivamente no vocabulário diplomático. Finda esta guerra, os países europeus empobrecidos pelo conflito sentiram, de facto, a necessidade de aprofundar as suas relações económicas internacionais, levando-os a acções concretas para superarem a crise sentida por todos. A necessidade de melhorar as condições de vida das populações, tornou-se uma preocupação para os governos, fazendo surgir uma nova perspectiva do desenvolvimento e da cooperação mundiais. (Azi; 2009,p.18).

O primeiro grande passo no sentido da criação do sistema da cooperação internacional para o desenvolvimento foi a decisão dos países fundadores da Nações Unidas de assumirem o compromisso de apoiar e utilizar as instituições internacionais criadas no

seu seio como via para a promoção do desenvolvimento económico e social de todos os povos do mundo. Em 1944, na conferência de Bretton Woods, sobre a ordem económica mundial posterior à guerra, tinham sido concebidas formas institucionais para o desenvolvimento que eram fortemente inovadoras e que deram origem à criação, em finais de 1945, do FMI, e do BIRD (Banco internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) que pertence ao grupo do Banco Mundial. Embora isso não tivesse sido inicialmente previsto, o FMI e o BIRD tornaram-se, gradualmente, nos dois instrumentos centrais do sistema financeiro internacional de apoio ao desenvolvimento, exercendo uma influência decisiva, e muitas vezes controversa, sobre as políticas económicas e sociais dos países em vias de desenvolvimento (PVD). (Rolo.J.M.1986;p.16).

O plano Marshal pode ser considerado como o primeiro projecto específico de cooperação entre um estado soberano e independente e um conjunto de Estados soberanos e independentes. De facto, 1947, ano em que é anunciado o plano, marca a consagração e o reconhecimento oficial pelas instâncias internacionais do desenvolvimento ajudado e planeado do exterior. No entanto, este plano destinava-se sobretudo a ajudar a reconstruir a Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial e não tanto a promover o desenvolvimento económico em todo o mundo. Para a concretização do Plano, os países beneficiários fundaram, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), a qual viria, em 1961, a dar origem à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE). Nesse mesmo ano é criado o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD).

Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial iniciou-se também um vasto processo de descolonização, durante o qual várias colónias de potências europeias ganharam a sua independência. À medida que as independências foram acontecendo, as atenções das instituições internacionais começaram, então, a deslocar-se para essa nova realidade. (Afonso, Fernandes: 2005, p. 24). Assim, apesar de concebida em primeiro lugar, e principalmente, como uma organização para a manutenção da paz, a ONU começou a assumir responsabilidades numa vasta gama de domínios: económicos, social, cultural e humanitário e a debruçar-se sobre o problema das regiões subdesenvolvidas. Neste sentido, começa a dar apoio técnico aos PED e a fazer estudos, iniciando numerosos programas para a redução do analfabetismo, da doença, da fome e

da pobreza em todo mundo, continuando a maior parte deles até hoje, através dos vários programas e agências especializadas, como, por exemplo, a UNESCO, a OMS, a FAO e o PNUD.

Este processo intensificou a recente Cooperação para o Desenvolvimento, com as antigas potências colonizadoras a privilegiar o relacionamento com as suas ex-colónias. A selecção dos países a apoiar, para além do relacionamento ex-colonizador-colónia, ter-se-á feito, no entanto, sobretudo por considerações geoestratégicas na rivalidade entre os blocos ocidentais e soviéticos, procurando-se que os países receptores da ajuda não passassem para “o outro lado”. Assim, começou-se a apoiar projectos de industrialização, construindo-se infra-estruturas modernas nos países subdesenvolvidos, como hospitais, e apoiando-se ainda a agricultura e a educação entre outros.

1.2.2 A cooperação a partir do Consenso de Washington

Durante a década de 80 as ideias acerca de uma abertura das economias dos países em desenvolvimento ao mercado, através da desregulamentação e da liberalização económica, pretendia criar as condições necessárias para os países em desenvolvimento se inserirem no contexto económico internacional. Esta fase viu dois acontecimentos importantes: o Consenso de Washington e o colapso do bloco soviético. O Consenso de Washington consiste num conjunto de medidas específicas propostas pelas instituições internacionais sedeadas na capital federal dos EUA a países da América Latina para combater as suas dívidas e que rapidamente foram aplicadas em outros países em desenvolvimento. Por outro lado, o colapso do bloco soviético, iniciado simbolicamente com a queda do muro de Berlim em 1989, fez com que as considerações geoestratégicas como critério de elegibilidade para obter ajuda proveniente da Cooperação para o Desenvolvimento tenham deixado de ser as mais importantes.

Em 2002 realizou-se a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, cuja finalidade foi responder às dificuldades sentidas na Cooperação para o Desenvolvimento nas últimas décadas. O resultado desta conferência foi muito importante, considerando-se que a Cooperação para o Desenvolvimento entrou num novo paradigma: o Paradigma do Consenso de Monterrey. Os resultados a que se chegou são: 1) os Estados receptores e Organizações não-governamentais devem ser

parceiros dos países doadores, e não meramente receptores passivos de ajuda; 2) os Objectivos do Milénio são considerados como norteadores de toda a Cooperação a nível mundial; 3) deve-se procurar a coerência e a harmonização entre as políticas dos diferentes países; 4) a eficácia deverá ser considerada como medida de avaliação da cooperação.

As teorias neoliberais de Bela Balassa, Anne Kruger, Peter Bauer, Ian Little, e Deepak Lal bem como, no período de 1960, da chamada Escola de Chicago, dominada pelo pensamento de George Stigler e Milton Friedman, puseram em evidência a tese segundo a qual o excesso de intervenção estatal é a causa central do fraco crescimento dos países menos desenvolvidos e do agravamento das consequências económicas, fruto das falhas do sistema de mercado, pela distorção dos preços, por práticas de “rent seeking” ou de outras formas de apropriação de recursos por parte dos grupos sociais dirigentes do Estado (Sangreman C.,2009).

A evolução que as medidas de operacionalização destes conceitos registaram, desde os anos 80, pode ver-se pelas três gerações de programas de ajustamento que, em 1990, instituições internacionais como o BAD, PNUD E BM, consideravam:

A primeira geração, entre 1981-84, em países como a Costa do Marfim, Senegal e o Quênia, centravam a concepção de medidas de política monetária e fiscal, com o objectivo de reduzir a procura agregada, incluindo na diminuição de despesas governamentais, aumento de impostos e restrições salariais, como forma de combater práticas expansionistas financiadas por empréstimos do resto do mundo, acima da capacidade de pagamento dos países.

A segunda geração, entre 1984-1986, corresponde à concepção dos programas com inclusão de medidas de alívio dos efeitos sociais perversos do ajustamento na Guiné-Bissau, no Gana e na continuação do já existente no Senegal. O foco dos programas deslocou-se para o crescimento global e para a necessidade de melhorar a atribuição de recursos, procurando uma estrutura com maior peso dos bens passíveis de serem transaccionados internacionalmente. Cresceram as medidas de alteração das políticas comerciais e cambiais e de reformas institucionais, visando o aumento da eficácia do sector público.

A terceira geração, de 1986 até 1989/90, é associada ao programa dos Camarões e de Madagáscar, com os objectivos de combate à pobreza e melhoria do bem-estar de grupos sociais definidos, a par do aumento da eficácia e do crescimento económico duradoura. Acrescentaríamos uma quarta geração, a partir de 1990/91, que faz a evolução do condicionalismo para fora do domínio específico da economia do desenvolvimento ao associar aos critérios económicos os critérios políticos de “boa governação” e democracia parlamentar, e, sobretudo a partir de 1997, explicitamente ao combate à corrupção (Sangreman:2009)

1.3. Caracterização da Cooperação para o Desenvolvimento

1.3.1. Em que consiste a Cooperação para o Desenvolvimento

A cooperação consiste num mecanismo através do qual os organismos internacionais, empresas e instituições governamentais e não-governamentais transferem e recebem conhecimentos técnicos, recursos, fazem capacitação de pessoas e financiam projectos (Azi; 2009, p.23). É o conjunto de práticas e acções sociais alicerçadas em crenças e princípios positivos, aprendidas, praticadas e partilhadas no grupo, onde cada indivíduo sente-se parte de um mesmo todo, co-responsável pelo bem comum. Nela, a consciência da possibilidade da satisfação de necessidades humanas legítimas através do processo cooperativo, estimula o exercício da empatia e da compaixão, proporcionando sentido e segurança ao grupo, estimulando a auto-estima e a confiança mútua. (Barreto; 2003)

Para António Paulo Cachaques de Medeiros (1994), a cooperação propriamente dita ocorre somente quando os países desenvolvidos trabalham na promoção do desenvolvimento dos países mais atrasados como argumenta no texto:

A cooperação entre Estados desenvolvidos e Estados em via de desenvolvimento, visando ao progresso destes, ocorre de duas maneiras: os Estados ricos agem caridosamente para com os pobres, caracterizando ajuda ou assistência; ou os Estados trabalham em empreendimento comum objectivando o desenvolvimento dos mais atrasados, resultando em cooperação propriamente dita. (Medeiros; 1994, cit.em:AZI, 2009; p. 24)

Enquanto para Degnbol-Matinussen e Pool Engberg (1999), a cooperação é um processo que envolve actores com motivos, interesses, objectivos e estratégias próprias e não tem como seu único objectivo o que lhe é próprio, para Boettcher (1974), a

cooperação é vista como uma acção consciente entre actores qualificados objectivando um determinado fim. Cooperação é a actuação consciente de unidades económicas (pessoas naturais ou jurídicas) em direcção a um fim comum; as actividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordos.

De modo geral, a cooperação é utilizada como meio para solucionar problemas de carácter social, económico, cultural ou humanitário, bem como para estimular o respeito aos direitos humanos fundamentais além de logicamente reflectir os pontos de vista dos ofertantes. (Azi; 2009, p.25). A cooperação para o desenvolvimento abrange diversas áreas temáticas como: Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento Comunitário; Desenvolvimento Rural; Saneamento Básico; Capacitação; Saúde; Segurança Alimentar; Educação; Género; Ambiente e Desenvolvimento; Direitos Humanos; Cidadania em torno das políticas para o desenvolvimento.

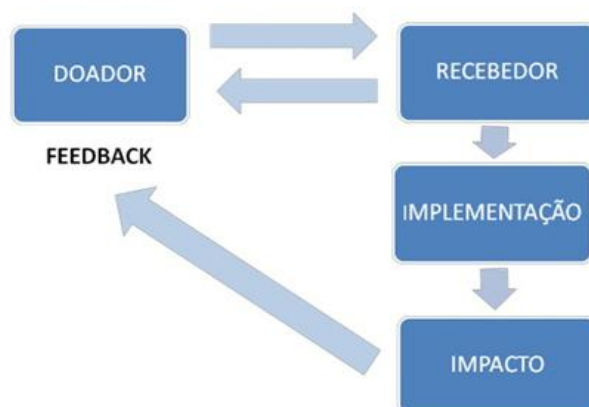
Autores como Amorim e Soares, concordam sobre a noção de cooperação como instrumento para estabelecer relações entre nações. Enquanto para Degnbol-Martinussen e Poul Enberg (1999) a cooperação é um processo que envolve actores com motivos, interesses, objectivos e estratégias próprias e não tem como seu único objectivo o que lhe é próprio. (apud Azi; 2009, p.25).

Nos últimos tempos o termo cooperação tem vindo a ser substituído pela expressão “ajuda pública ao desenvolvimento”, que, não sendo conceitos sinónimos, têm sido frequentemente utilizados como tal. Este novo conceito, tem sido alvo de várias definições, no entanto, actualmente, a definição comumente aceite é aquela que o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE lhe deu em 1972, que define a Ajuda Pública ao Desenvolvimento como “um conjunto de recursos humanos, financeiros e materiais que, sob a forma de donativos ou empréstimos, são transferidos para os Países em Vias de Desenvolvimento, directamente pelos organismos estatais do país doador ou, de forma indirecta, através dos vários organismos multilaterais financiados pelos países doadores (cit. Rosa; 2006, p.61).

John Degnbol-Martinussen e Poul Enberg (1999) fizeram um esquema que apresenta a lógica da relação entre doadores e recebedores. Segundo esses autores, há um desequilíbrio na relação entre doadores e recebedores, pois é o doador que decide o que

o receptor precisa. Os países doadores geralmente possuem uma agenda definida baseada em estratégia de política externa e em condições impostas para a cooperação.

Figura 1.1 – Processo de Cooperação



Fonte: Degenbol-Martinussen e Engberg (1999).cit.AZI,2009.

Na perspectiva do receptor, é a ausência de *know how* e *expertise* locais para implantação de projectos que faz com que se busque a cooperação financeira ou tecnológica para o fomento do desenvolvimento local. O apoio ser bem-vindo ou não; vai depender da contrapartida exigida pelo doador. Dependendo do volume e forma a cooperação poderá provocar uma dependência política e económica significativa do receptor. Na óptica do doador, a cooperação é um mecanismo de sustentação política.

Especificamente, a contribuição da cooperação para o desenvolvimento pode se manifestar de diversas formas tais como: apoio financeiro, científico e tecnológico, apoio para o desenvolvimento e através da transferência de experiência. A cooperação só faz sentido na perspectiva do desenvolvimento sustentado, colaborando para a melhoria das condições de vida das populações, particularmente das mais afectadas pelos desequilíbrios económicos e contribuindo gradualmente para a redução da dependência da ajuda externa. (Objectivos de Desenvolvimento de Milénio;2004)

Na cooperação internacional com carácter assistencialista, às vezes denominada de assistência técnica, um país é somente receptor de conhecimentos e outro exclusivamente fornecedor destes. É óbvio que ao invés de ajudar a suplantar os

problemas e as condições de subdesenvolvimento ocorre um aprofundamento dessas condições na medida em que os laços de dependência são reforçados.

Segundo a OCDE, (2006 “A cooperação para o desenvolvimento é um subproduto da nova ordem económica internacional, que inclui a transferência de recursos de um país para outro país a fim de promover o desenvolvimento do país receptor. De acordo com a dimensão e complexidade crescente que a cooperação tem vindo a assumir, assim evoluiu a sua estrutura”. (OCDE cit. in. Imperial 2006). Finalmente a política de cooperação baseia-se no respeito dos Direitos Humanos, na responsabilidade e solidariedade internacionais, da parceria com os países destinatários e relação com os países doadores.

1.3.2. Modalidade de Cooperação para o Desenvolvimento.

Antes de entrar na análise de suas características, dinâmicas actuais e evolução histórica, devem ser considerados os instrumentos, os actores e as modalidades mais utilizados nos programas e projectos, conforme apresentados no quadro seguinte:

Quadro 1.1 – Instrumentos, actores e destinos da Cooperação e Desenvolvimento

Recursos e Fundos		
Origem	Pública	Administrações nacionais, regionais e locais de países doadores
	Privada	Recursos próprios de particulares, empresas e/ou associações etc.
Tipos de cooperação e actores implicados	Multilateral	Agências, instituições ou organizações governamentais autónomas
	Bilateral	Administrações públicas e/ou organizações de desenvolvimento sem carácter oficial
	Descentralizada	Administrações públicas regionais e locais
	Não-governamental	Organizações não-governamentais de desenvolvimento (ONGD)
	Empresarial	Empresas que concedem assistência técnica e transferência de tecnologia
Características dos fundos	Reembolsável	A cooperação deve ser devolvida
	Não-reembolsável	A cooperação se faz a fundo perdido
Grau de concessionalidade	Ajuda ligada	Condiciona o receptor à compra exclusiva de bens e serviços do país doador
	Ajuda não-ligada	Não condiciona o receptor à compra exclusiva de bens e serviços do país doador
Natureza da cooperação	Financeira	Transferência efetiva dos fundos ao receptor
	Não-financeira	Transferência de conhecimentos, tecnologia, materiais, intercâmbios culturais, desportivos, etc.
Instrumentos e destinos		
Cooperação económica	Fortalecimento do setor produtivo, infra-estrutura institucional, desenvolvimento de serviços	
Preferências comerciais	Eliminação total ou parcial das barreiras comerciais às exportações dos países do Sul	
Ajuda financeira	Facilitar o acesso a capitais, investimentos produtivos, linhas de crédito preferencial para a importação, troca, recompra ou perdão da dívida externa	
Assistência técnica	Fortalecimento das habilidades e capacidades técnicas presentes nos países do Sul, intercâmbio de experiências e conhecimentos entre países	
Ação humanitária	Ajuda alimentar, socorro, proteção de direitos humanos, acompanhamento às vítimas, pressão política, denúncia, preparação, prevenção e mitigação de desastres naturais, epidemias, conflitos armados e guerras	
Cooperação C&T	Transferência e intercâmbio de tecnologias aplicadas a serviços básicos de educação, saúde e saneamento. Pesquisas	

Fonte: Bruno Ayllón, 2006: O SIC ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas.

1.3.2.1. Origem dos recursos e dos fundos:

1- Pública – Os fluxos que preenchem as condições de elegibilidade para serem Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) mas cujos países beneficiários figuram na Parte II da lista do Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da Organização Europeia para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE)

2 - Privada – A Ajuda Privada é aquela que é fornecida por organismos privados, como bancos ou empresas. Esta ajuda pode assumir as seguintes formas: - Investimentos directos (IDE) – Empréstimos bancários: - Doações das Organizações Não Governamentais (ONG). Os Investimentos Directos são realizados principalmente pelas empresas transnacionais (ETN). Estas empresas actuam segundo os seus interesses e não os dos países receptores.

Os empréstimos bancários costumam ser concedidos a taxas de juro comercial, conduzindo ao agravamento da situação financeira e ao agravamento do endividamento dos países subdesenvolvidos. As doações das ONGs e toda a acção destas organizações têm constituído uma das melhores formas de canalização da ajuda, dada a sua proximidade às populações locais.

1.3.2.2. Tipos de cooperação e actores:

1 - Multilateral – De acordo com a (: Ficha Formativa Nº2, 2004; Plataforma Portuguesa das ONGD), a cooperação multilateral é aquela que em que os doadores remetem os fundos para organizações multilaterais, para que estas os utilizem no financiamento das suas actividades e do seu funcionamento. A gestão destes fundos é feita pelas organizações internacionais e não pelos estados doadores, directamente. Segundo o glossário do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, consideram-se organizações multilaterais, aquelas instituições formadas por governos de países que dirigem as suas actividades de forma total ou significativa a favor do desenvolvimento e da ajuda a países receptores.

As necessidades evidenciadas pelos países em vias de desenvolvimento e os constrangimentos sentidos por parte dos doadores no que respeita a recursos humanos, materiais e financeiros, a cooperação bilateral não é suficiente para fazer face à dimensão do desafio, tendo vindo a ser acompanhada por acções de cooperação desenvolvimento por organismos multilaterais, dentre os quais merecem destaque a União Europeia e a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas.

De acordo com Raquel (Raquel, 2011: p.10), efectivamente, a cooperação Multilateral é considerada mais eficaz do que a bilateral, pelo facto de ter capacidade suficiente, para

resolver um amplo leque de problemas que façam parte não de um, mas de vários países. De igual forma, os fluxos (empréstimos e donativos concessionais) que esta canaliza e contempla são utilizados para a prática e desenvolvimento de actividades que impulsionem o progresso dos países em causa nas suas mais diversas vertentes.

2 - Bilateral – A Ajuda Bilateral é realizada por um país doador directamente para o país beneficiário (Glossário, Ficha Formativa N°12, Dezembro de 2004; Plataforma Portuguesa das ONGD). Também inclui a ajuda fornecida por via das ONGD nacionais e internacionais. A Ajuda financeira: As transferências concebidas para financiar actividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor, canalizada sob a forma de recursos financeiros, ou sejam créditos ou donativos tais como mercadorias e serviços. A cooperação bilateral é enquadrada por um conjunto de documentos normativos que formalizam a relação existente entre dois Estados, destacando-se os Acordos de Cooperação, os Memorandos de Entendimento e os Programas de Cooperação.

Os Acordos de Cooperação constituem uma das formas mais frequentes de estabelecimento de relações bilaterais entre Estados soberanos, podendo ter como objectivo o desenvolvimento de colaboração estreita e a concretização de iniciativas conjuntas em vários domínios, como a educação, ciência, cultura, juventude, desporto e comunicação social. Os trâmites normalmente prosseguidos partem da vontade expressa por um Estado, no sentido de celebração de um acordo de cooperação com outro estado, sendo normalmente apresentado um projecto de base para a fase de negociação subsequente, no quadro da qual são solicitados pareceres aos Ministérios e Departamentos de Estado envolvidos, nos dois países, até se chegar a uma versão final de texto, aceite por ambos as partes. Os representantes ou delegados de cada Estado são membros da comissão mista que se forma expressamente para a negociação e para a fixação do programa de cooperação, em cada caso. (Motta Carlos & Correia José: 2004; VOL,II, p.257).

As relações diplomáticas permanentes dão às relações entre os Estados a regularidade de administração. Aliás, a sua acção é completada pela de todos os enviados pessoais, officiosos ou secretos a que os príncipes continuam a recorrer. O embaralhado dos

interesses políticos liga cada vez mais entre si todos os problemas que grandes actos internacionais se vão esforçar periodicamente por resolver. (Reuter, p.44).

A cooperação bilateral traduz-se portanto, numa forma de cooperação em que todo e qualquer donatário encaminham os respectivos fluxos da APD directamente para os devidos receptores, neste caso as entidades estatais ou outro tipo de organizações relacionadas, de alguma forma, com esta fonte de poder. Todavia, a cooperação bilateral não se encontra “desligada” das demais formas de cooperação. (Raquel;2011)

3 - Descentralizada – A Ajuda Descentralizada pretende reforçar a participação da população nas acções de Desenvolvimento, bem como a diversidade democrática das sociedades dos Países em Desenvolvimento e contribuir para o reforço do tecido da sociedade civil, permitindo a existência de múltiplos actores que contribuem para o combate à pobreza, com capacidade autónoma de organização e gestão.

4 – Não-Governamental – A ajuda Não-governamental, abrange diversas áreas de actuação, nomeadamente: desenvolvimento sustentável; desenvolvimento comunitário; capacitação; micro crédito; desenvolvimento rural; segurança alimentar; saúde; educação para o desenvolvimento; educação formal; formação técnica; saneamento básico; género e direitos humanos entre outros.

5 - Empresarial – As empresas podem também ser actores da Cooperação para o Desenvolvimento, desde que desenvolvam acções que promovam, de forma sustentada, a capacitação dos recursos humanos e tecnológicos dos países do Sul. Assim, as Empresas dos Países Desenvolvidos podem promover a criação de emprego, a transferência de tecnologia e conhecimento, o aumento da competitividade. As Empresas dos PED sendo, na sua maioria, Pequenas e Médias Empresas promovem o emprego, a activação do sector produtivo e a distribuição da riqueza, de forma autónoma. São importantes regeneradoras do tecido produtivo e social, bem como do crescimento económico.

1.3.2.3. Grau de concessionalidade

1- Ajuda ligada – Esta ajuda pode ter vários significados. O mais comum é a prática da ligação da Ajuda à aquisição de bens e serviços no país doador. Neste sentido, a Ajuda diz-se parcialmente ligada se a lista de fornecedores é restrita, mas vai além do doador.

2 - Ajuda desligada – A Ajuda não ligada não estabelece condições prévias e apresenta melhor qualidade sendo atribuída segundo concurso público e não estando limitada aos interesses dos doadores. É mais comum nos países do Norte da Europa (Noruega, Finlândia, Dinamarca), ou na Áustria, e na Alemanha, onde se registou um grande crescimento do desligamento da ajuda na primeira metade dos anos 90. Excluindo a CT, o CAD estima que nos compromissos bilaterais a Ajuda desligada cresceu de cerca de 60% no início dos anos 80 para cerca de 80% nos anos mais recentes.

1.3.2.4. Características dos Fundos:

1 - Reembolsável – Apoio financeiro com carácter temporário concedido a um beneficiário, ficando este obrigado ao seu reembolso, geralmente de forma faseada e após um determinado período de carência, de acordo com um calendário preestabelecido.

2 - Não-reembolsável – Apoio concedido a instituições públicas ou organizações privadas sem fins lucrativos para entre outros:

- Realização de projecto de pesquisa científica ou tecnológica ou inovação;
- Realização de estudos ou de eventos e seminários voltados ao intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores.

1.3.2.5. Natureza da Cooperação:

1 - Financeira – Transferências concebidas para financiar actividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor canalizadas sob a forma de recursos financeiros, ou sejam, créditos ou donativos tais como mercadorias e serviços. Podem distinguir-se 3 tipos de cooperação financeira: - Subvenções e créditos, através de projectos e programas (por exemplo, investimentos em equipamentos físicos): - Ajuda em bens necessários ao desenvolvimento do país receptor e que este não pode importar: -

Financiamento de reformas estruturais (como os apoios ao ajustamento estrutural e a anulação/reescalamento da dívida.

2 - Não financeira – A cooperação técnica internacional é constituída pela transferência de conhecimento (metodologias, tecnologias, boas práticas e demais conhecimentos com conteúdo técnico que possam ser sistematizados e disseminados) com aplicação imediata em processos de desenvolvimento e que permitam a um dado país incrementar o seu desenvolvimento num domínio específico. A cooperação técnica dá-se por meio da realização de um projecto conjunto entre duas entidades que manifestem interesse mútuo de implementar uma parceria, no qual a cessão e/ou intercâmbio de conhecimentos técnicos ocorre por meio da disponibilização de especialistas, capacitação de recursos humanos, visitas técnicas ou estágios, podendo contar, eventualmente e desde que em pequena escala, com a doação de equipamentos.

1.3.2.6. Instrumentos e destinos:

1 - Cooperação Económica – A cooperação económica, concebida no interesse mútuo da Comunidade e dos países beneficiários da ajuda, destina-se prioritariamente aos países cujo desenvolvimento económico é relativamente avançado e abrange:

- Melhoria das potencialidades científicas e tecnológicas dos países beneficiários por meio de acções de formação e de transferência de saber-fazer.
- Apoio institucional tanto nacional como regional tendo em vista tornar o ambiente económico, legislativo, regulamentar e social mais favorável ao desenvolvimento e ao investimento.
- Apoio às empresas ou parceiros económicos por meio de acções de formação e promoção tecnológica e comercial.

2 - Preferências comerciais – Vários países em desenvolvimento, membros do chamado Grupo dos 77, assinaram, em Belgrado, na altura capital da Jugoslávia, um acordo constituindo preferências comerciais entre países em Desenvolvimento, no âmbito da conferência das Nações Unidas sobre Comércio e desenvolvimento (UNCTAD).

Por meio do intercâmbio de concessões comerciais entre os seus membros, o sistema de preferências comerciais pretende promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não somente em benefício

próprio, mas também em benefício do comércio global. Através do comércio exterior, os participantes do sistema de preferências comerciais aspiram a aumentar a sua participação na economia global, identificando complementaridades entre as suas economias, de modo a abrir o enorme potencial para a cooperação comercial existente.

3 - Ajuda financeira – A ajuda financeira é a outra vertente da APD, ou seja, a Ajuda que se destina a objectivos de desenvolvimento económico, e os instrumentos assumem diversas formas, cada um com diferentes estruturas de gestão, mecanismos de prestação de contas e condições associadas. A principal distinção é feita entre a Ajuda projectos e a Ajuda programa, mas podem distinguir-se 3 tipos de Ajuda Financeira: subvenções e créditos, através de projectos e programas (por exemplo, investimentos em equipamentos físicos), Ajuda em bens necessários ao desenvolvimento do país receptor e que este não pode importar e; financiamento de reformas estruturais (como os apoios ao ajustamento estrutural e a anulação/reescalonamento da dívida).

4 - Assistência técnica – Transferência, adaptação, mobilização e utilização de serviços, saberes, conhecimentos e tecnologia. Esta assistência pode cobrir diversas funções tais como o aconselhamento ao nível das políticas, o desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais ou o fornecimento de serviços.

5 - Acção humanitária – Ajuda destinada a responder a situações de excepção que põem em causa a vida das populações. Procurar resolver situações de curto prazo, resultantes de catástrofes quer naturais quer provocadas pelo homem. Inclui ajuda alimentar de emergência e aos refugiados. Através da Ajuda Humanitária é possível minorar o sofrimento e a miséria de milhões de seres humanos vítimas da fome, das guerras, das injustiças e de outras catástrofes humanas e naturais.

6 - Cooperação técnica - A Ajuda técnica consiste em actividades financiadas por um doador com o objectivo essencial de aumentar o nível de conhecimento, qualificações, competências técnicas ou capacidades produtivas da população do país em desenvolvimento. O pessoal de ajuda técnica inclui peritos, cooperantes, professores e voluntários. Trata-se da ajuda centrada no intercâmbio de conhecimentos técnicos e de gestão, com o objectivo de aumentar a capacidade das instituições e pessoas a fim de promover o seu próprio desenvolvimento. Grande parte da Ajuda bilateral é dirigida para a ajuda técnica.

1.3.3 Os actores da Cooperação

Os actores da cooperação são entidades que se dedicam à promoção do desenvolvimento em sentido lato. Definimos como actores as entidades que podem influenciar, financiar e implementar as políticas de cooperação que visem o desenvolvimento socioeconómico “dos países, regiões e comunidades com maiores dificuldades, num contexto de desequilíbrio da repartição de recursos e oportunidades ao nível mundial” e que são decisores em matéria de desenvolvimento.

1. O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE

Criado em 1961 no âmbito da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Reunindo hoje agências de 23 países doadores, o CAD tem como objectivo coordenar os esforços e recursos internacionais a favor dos países receptores da ajuda. É um fórum internacional, em que os principais doadores bilaterais participam regularmente e tem como observadores o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. No âmbito do CAD discutem-se elementos de orientação para o planeamento das políticas de ajuda e cooperação dos doadores. Apesar de não contribuir directamente para a ajuda (não financia nem executa projectos) o CAD tem como objectivos a harmonização dos procedimentos e práticas dos doadores de forma a melhorar a eficácia da ajuda. (Ficha Formativa N°1; ONGD: 2004).

2. Estados Doadores

A noção tradicional de ajuda ao desenvolvimento remete para a cooperação entre Estados. Estes representam os principais financiadores e promotores da cooperação para o desenvolvimento em termos quantitativos, o que fazem através de diversos instrumentos que se incluem num instrumento geral que é a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). A Cooperação para o Desenvolvimento, enquanto política de um Estado, é denominada como Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Enquanto doadores, os Estados constituem-se como os principais financiadores da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Como já se disse a APD designa-se de bilateral quando fornecida directamente ao país beneficiário. Quando se trata de Ajuda canalizada através das organizações multilaterais que consagram toda ou parte da sua

actividade ao desenvolvimento e aos países beneficiários da Ajuda, designa-se multilateral.

Da conferência de Monterrey saiu, em matéria de APD, um compromisso dos doadores a dois níveis: (i) aumentar a quantidade de Ajuda, tendo sido reafirmada a intenção de atingir os 0,7% do RNB para a APD, sendo pelo menos 0,15% para os PMA; (ii) melhorar a qualidade da Ajuda, através de uma maior harmonização dos procedimentos operacionais; de progressos no desligamento da Ajuda; da utilização de instrumentos de apoio ao Orçamento, quando apropriados; da adopção dos quadros de desenvolvimento definidos e conduzidos pelos PED; e da focalização da Ajuda nos pobres e na melhoria da mediação dos resultados (Radelet, 2004, cit.em:Afonso;2005). Apesar do importante papel que a APD tem a desempenhar no alcançar das metas internacionalmente acordadas, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 e a nova realidade que se lhe seguiu vieram misturar objectivos de estabilidade e segurança com os da redução da pobreza afectando o frágil “Consenso” de 2002 resultante da Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento realizado na cidade mexicana de Monterrey (Afonso; 2005, p. 18)

A qualidade da Ajuda, cada vez mais questionada especialmente quando se olha para a sua eficácia. Os argumentos de concessão de Ajuda para a “boa envolvente das políticas” traduzem-se numa crescente e controversa exigência de maior selectividade na mesma. Por outras palavras, os recursos escassos da APD devem centrar-se nos países com muita pobreza e boas condições de envolvente económica (de acordo com os critérios do BM) (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Relatório de Portugal: 2004).

Uma das piores coisas que os doadores podem fazer ao conceder Ajuda é exigir que esta só seja utilizada para adquirir produtos e serviços do seu próprio país. Esta prática, que se denomina “ligar” a Ajuda, obriga os países beneficiários pobres a comprar produtos ou serviços que são geralmente mais caros do que se fossem adquiridos localmente, a pagar custos de transporte e a cumprir mais formalidades administrativas. Tudo isto reduz substancialmente o valor da Ajuda concebida para o país beneficiário.

Muitos doadores já fizeram progressos consideráveis no sentido de desligar a Ajuda, dando o exemplo aos restantes. Vários membros do Comité de Ajuda ao

Desenvolvimento (CAD) da OCDE já desligaram completamente a Ajuda que concedem. É o caso, por exemplo, da Austrália, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Suécia e Reino Unido. Outros já a desligaram em grande medida, como, por exemplo, a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Alemanha, o Japão e a Suíça. (Eveline, Mandep; 2008)

A OCDE trabalha no sentido de melhorar a eficácia da Ajuda através do seu Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) e, em particular, através do Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda do CAD, uma parceria internacional de doadores e países em desenvolvimento. Estes colaboram entre si com vista a definir e introduzir políticas e práticas destinadas a apoiar a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. (Eveline, Mandep; 2008).

3.O Fundo Monetário Internacional

Criado em 1944, na conferência de Bretton Woods, conta hoje com 184 países membros e, apesar de não ser na sua génese uma organização de Cooperação para o Desenvolvimento, acabou por ter uma importância fundamental do longo das últimas décadas, na perspectiva de desenvolvimento que impõe pois influencia e, frequentemente, determina o cenário macroeconómico e a política económica nos PED. A sua missão fundamental identifica-se ao nível da cooperação monetária e financeira e financeira de forma a fomentar o comércio internacional, a promover a estabilidade cambial e a promover o crescimento económico.

4.Banco Mundial

Criado também em 1944, teve como função inicial ajudar à reconstrução dos países vítimas da guerra. É uma agência especializada constituída hoje por 184 países membros que financiam e ditam as políticas a seguir pela instituição.

Em 1960, o Banco Mundial criou a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) com a função de conceder empréstimos em condições favoráveis aos PED mais pobres, estando porém condicionada pelas políticas gerais do Banco Mundial.

O grupo Banco Mundial é constituído por cinco instituições estreitamente relacionadas e sob uma única presidência:

- a) BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Concede empréstimos e assistência ao desenvolvimento a países de rendimento médio com bons antecedentes de crédito. O poder de voto de cada país membro está vinculado às suas subscrições de capital que, por sua vez, estão baseadas no poder económico relativo de cada país. Juntos, o BIRD e a AID, formam o Banco Mundial.
- b) AID – Associação Internacional para o Desenvolvimento – Desempenha um papel importante na missão de redução da pobreza. A assistência da AID concentra-se nos países mais pobres, aos quais proporciona empréstimos sem juros e outros serviços. É responsável pelas directivas e recomendações quanto às políticas da Ajuda e é hoje um dos principais actores da Cooperação para o Desenvolvimento.
- c) AFI – Associação Financeira Internacional – Promove o crescimento no mundo em desenvolvimento mediante o financiamento de investimentos do sector privado e a prestação de assistência técnica e de assessoria aos governos e empresas. Em parceria com investidores privados, a AFI proporciona tantos empréstimos quanta participação em acções em negócios nos PED.
- d) AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimento – Apoia e estimula os investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento através de garantias a investidores estrangeiros contra prejuízos causados por riscos não comerciais.
- e) CIADI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos – Apoia a resolução, mediante conciliação ou arbitragem, de disputas referente a investimentos entre investidores estrangeiros e países de investimento. (Afonso Maria, Fernandes Ana: 2005).

5.As Instituições das Nações Unidas

A Carta das Nações Unidas estabelece como atribuições e competências da organização o desenvolvimento económico e social em sentido lato. Para concretizar esta função foram sendo criados vários organismos, programas e fundos especializadas na concessão da ajuda não financeira, particularmente assistência técnica, doações a projectos, ajuda humanitária e de emergência, ou ajuda alimentar. Muitos deles especializaram-se para cobrir sectores de intervenção (alimentação, saúde) e públicos-alvo mais desfavorecidos (mulheres e crianças).

Estes organismos são financiados pelo orçamento das Nações Unidas, que é relativamente escasso, e pelas contribuições voluntárias dos Estados e de alguns

particulares. Produzem recomendações e planos de acção e actuam em vastos sectores tendo talvez como papel fundamental exercerem pressão sobre os decisores em matéria de desenvolvimento, promoverem o debate ao nível internacional, alargado à sociedade civil e possuírem observatórios permanentes para alerta dos problemas e consequência de políticas económicas, sociais, de conflitos, etc.

A Organização da Nações Unidas enquanto actor/ promotor de iniciativas globais, dedicou sucessivas “Décadas da Nações Unidas para o Desenvolvimento” a diferentes conceitos e estratégias de desenvolvimento, desde o conceito da Década de 60 centrado no crescimento económico à Década de 90 de promoção de desenvolvimento humano e sustentável.

6. A União Europeia

A política de desenvolvimento da União Europeia (UE) defende um desenvolvimento social e humano sustentável, igualitário e participativo e a integração gradual dos PED na economia mundial. A promoção dos Direitos Humanos, da boa governação, da democracia e do Estado de direito, são parte integrante deste conceito de desenvolvimento (Afonso Maria & Fernandes Ana: 2005; p.52).

O primeiro objectivo da política de desenvolvimento da UE é contribuir para reduzir, ou eventualmente, erradicar a pobreza. Todos os indivíduos têm direito a aceder à educação, à saúde, alimentos e água potável, terra, emprego, ao crédito e à informação. As estratégias de combate à pobreza devem abarcar todas estas dimensões e servir para consolidar o processo democrático, a paz, a prevenção conflitos, o desenvolvimento de políticas sociais, o respeito pela equidade de género, a introdução ou melhoramento do enquadramento legal e institucional do país, entre outras.

A Comissão Europeia (CE) redefiniu a sua estratégia e optou por intervir preferencialmente nas seguintes áreas: interligação entre comércio e desenvolvimento; apoio à integração e cooperação regional, apoio às políticas macroeconómicas; transportes; segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentado e; capacitação institucional. Contudo, tal só será possível com o reforço da coordenação entre as várias políticas dos Estados-membros e através de um melhor entendimento entre a Comissão e a União sobre as estratégias e as políticas.

A política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento pretende ser complementar das políticas de cooperação dos Estados-membros. Mas, as necessidades e preocupações políticas europeias têm condicionado a quantidade, a qualidade e, em muitas situações, determinado quem são os beneficiários da Ajuda.

7. Os Países receptores

Em termos estatísticos os países receptores são agrupados por categorias de rendimento (Glossário; Ficha Formativa; Nº 12; 2004). O CAD tem uma lista com duas partes de “países elegíveis”. Os fluxos que respondem aos critérios enunciados e se destinam aos países da parte I, são designados de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), e os destinados à parte II são rotulados de Ajuda Pública (AP). Esta distinção surgiu pela primeira vez em 1993. A lista de beneficiários é revista de três em três anos. Actualmente, na parte I da lista são incluídos os seguintes grupos de países e territórios. (OCDE, 2004:250, cit.in Afonso 2005).

Quadro 1.2 – Lista dos beneficiários da Ajuda estabelecida pelo CAD – em 2002

Parte I: países e territórios em desenvolvimento (APD)

PMA: Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benin, Butão, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Cabo Verde, Rep. Centro Africana, Chade, Comores, Rep. Dem. do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Iémen, Kiribati, Laos, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar (Birmânia), Nepal, Niger, Ruanda, ilhas Salomão, Samoa, S. Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tuvalu, Uganda, Vanuatu, Zâmbia

Países de Fracos Rendimentos:

PFR: Arménia, Azerbaijão, Camarões, China, Rep. Congo, Rep. Dem. Coreia, Costa do Marfim, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Rep. Kirguizia, Moldávia, Mongólia, Nicarágua, Nigéria, Paquistão, Quênia, Tajiquistão, Timor-Leste, Turquemenistão, Vietname, Zimbabué

Países de Rendimento Intermédio da Tranche Inferior:

PRITI: Albânia, Argélia, Belize, Bolívia, Bósnia-Herzegovina, Kazaquistão, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Rep. Dominicana, Dominique, Egipto, El Salvador, Equador, Fidji, Geórgia, Guatemala, Guiana, Irão, Iraque, Jamaica, Jordânia, Macedónia, Marrocos, ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Namíbia, Niue África do Sul, Filipinas, Papua-Nova-Guiné, Paraguai, Peru, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, S. Vicente e Grenadines, Suriname, Suazilândia, Síria, Tailândia, Territórios sob administração Palestiniana, Tokelau*, Tonga, Tunísia, Uzbequistão, Wallis e Futuna*

Países de Rendimento Intermédio da Tranche Superior:

PRITS: Botswana, Brasil, Chile, ilhas Cook, Croácia, Gabão, Grenada, Líbano, Malásia, Maurícias, Mayotte*, México, Nauru, ilhas Palau, Panamá, St. Helena*, St. Lúcia, Trinitá e Tobago, Turquia, Uruguai, Venezuela Apenas com acesso aos empréstimos do BM: Anguilla, Antiqua e Barbuda*, Arábia Saudita, Argentina, Bahrain, Barbados, Montserrat*, Oman, Seicheles, St. Kitts e Nevis*, ilhas Turks e Caíques*

Países de Rendimento Elevado:

PRE: Eslovénia, Malta

Parte II: países e territórios em transição (AP)

Países Europa Central e Oriental:

PECO e NEI : Bielorrússia, Bulgária, Rep. Checa, Rep. Eslovaca, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Rússia, Ucrânia

Países e territórios em desenvolvimento o mais avançados:

Antilhas Holandesas*, Aruba*, Bahamas, Bermuda*, Brunei, ilhas Caimão*, Chipre, Coreia, Emiratos Árabes Unidos, ilhas Falkland*, Gibraltar*, Hong-Kong* (China), Israel, Kuwait, Líbia, Macau*, Nova Caledónia*, Polinésia Francesa*, Qatar, Singapura, Taipé Chinesa, ilhas Virgens* (RU)

Fonte: OCDE, 2004: 255. * Territórios (cit.in.Afonso,2005)

No quadro 2 apresentam-se os principais receptores da Ajuda dos países do CAD, em 2001-2002. Para além dos receptores já referidos, os Territórios sob administração Palestiniana tornaram-se um receptor importante para muito doadores. No âmbito do CAD defende-se a concentração da Ajuda num reduzido número de países, pelas vantagens que pode trazer para todas as partes envolvidas.

Quadro 1.3 - Principais beneficiários da Ajuda dos membros do CAD, em 2001-2002

Alemanha	Sérvia e Montenegro, China, Bolívia, Índia, Moçambique
Austrália	Papua-Nova-Guiné, Indonésia, Timor-Leste, Vietname, Filipinas
Austria	Sérvia e Montenegro, Camarões, Bolívia, Egipto, Indonésia, Tanzânia
Bélgica	Tanzânia, Rep. Democ. Congo, Camarões, Sérvia e Montenegro, Costa do Marfim
Canadá	Ex-Jugoslávia, Camarões, Costa do Marfim, Bangladesh, Índia, China
Dinamarca	Tanzânia, Vietname, Uganda, Moçambique, Gana
Espanha	Nicarágua, El Salvador, China, Marrocos, Equador
EUA	Egipto, Paquistão, Sérvia e Montenegro, Colômbia, Jordânia
Finlândia	Tanzânia, Afeganistão, Moçambique, Sérvia e Montenegro, China, Namíbia
França	Costa do Marfim, Moçambique, Marrocos, Egipto, Camarões, Senegal
Grécia	Macedónia, Sérvia e Montenegro, Albânia, Bósnia Herzegovina, Afeganistão
Holanda	Indonésia, Índia, Tanzânia, Gana, Afeganistão
Irlanda	Uganda, Moçambique, Etiópia, Tanzânia, Zâmbia, Lesoto
Itália	Moçambique, Tanzânia, Eritreia, Tunísia, Etiópia
Japão	China, Índia, Tailândia, Indonésia, Filipinas
Luxemburgo	Sérvia e Montenegro, Cabo Verde, El Salvador, Afeganistão, Mali
Noruega	Afeganistão, Terr. Adm. Palestina, Tanzânia, Moçambique, Sérvia e Montenegro
Nova Zelândia	Papua-Nova-Guiné, ilhas Salomão, Samoa, Tokelau, Indonésia, Tonga, Vanuatu
Portugal	Timor-Leste, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau
Reino Unido	Índia, Sérvia e Montenegro, Tanzânia, Moçambique, Bangladesh, Gana
Suécia	Tanzânia, Moçambique, Nicarágua, Sérvia e Montenegro, Vietname
Suíça	Sérvia e Montenegro, Índia, Moçambique, Tanzânia, Estados da ex-Jugoslávia
Total CAD	Egipto, Indonésia, Israel, Índia, China, Filipinas

Fonte: OCDE, 2004: 214-229.(cit. em: Afonso M.2005

Apesar das vantagens da concentração, alguns doadores concentram mais a Ajuda que outros. Entre as razões apontadas para este facto, destacam-se:

- A Ajuda de pequenos doadores é mais concentrada que a dos outros (com excepção dos EUA, com concentração em Israel e Egipto);
- Será de esperar que países com laços com muitas ex-colónias, nomeadamente França e Reino Unido, tenham programas de ajuda mais difusos (mas países com poucas ou nenhuma ex-colónias também têm Ajuda difusa);
- Países com forte “lobby sobre o desenvolvimento” em princípio resistem mais a pressões sobre a concentração da Ajuda (mas, no caso da Holanda, por exemplo, o interesse público sobre a Ajuda é grande e apesar reforços de concentração da Ajuda ela é das mais difusas).

CAPÍTULO II - Cooperação Portugal Timor-Leste

Nos programas de cooperação, os governos promovem o reforço dos seus laços com todos os países, independentemente dos sistemas políticos e da localização geográfica. Ao mesmo tempo, o Governo reserva atenção especial no reforço dos laços de amizade e cooperação com os países da região e com os países falantes do Português. (Boletim da República, 1997, Iª série – no 23.

Este capítulo pretende caracterizar a cooperação entre Portugal e Timor Leste. Para tal utilizaremos não só os dados disponíveis sobre as relações específicas entre estes dois países com o objectivo de identificar as principais actividades no âmbito de cooperação portuguesa com Timor-Leste, mas também faremos referência política portuguesa de cooperação com o objectivo de nela enquadrar a cooperação entre Portugal e Timor Leste.

2.1. A cooperação portuguesa

A cooperação para o desenvolvimento é considerada um dos pilares da política externa portuguesa e um instrumento imprescindível na relação de Portugal com o mundo. Presentemente, reflecte-se sobretudo nas seguintes três vertentes:

- i) A relação preferencial com os países de língua portuguesa, em particular os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste;
- ii) A promoção da língua portuguesa no mundo como comunidade linguística de valor histórico e trunfo na actual era da globalização; e
- iii) A promoção da capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais, orientando a Cooperação Portuguesa bi e multilateral no benefício das vantagens existentes em alguns dos centros de decisão internacionais.

Neste contexto, o Governo português assume a política de cooperação como um instrumento de acção estratégica, subordinado aos princípios de coordenação política e institucional, cuja organização, gestão e funcionamento merecem atenção permanente no sentido da sua optimização (PIC; 2007-2010, p.7).

Num mundo em que cerca de um quarto da população vive abaixo do limiar da pobreza absoluta, o respeito pela universalidade dos direitos do homem impõe aos países mais ricos a responsabilidade de adoptar uma política activa de luta pelo desenvolvimento à escala mundial. Portugal país que só há poucos anos atingiu um nível de desenvolvimento que lhe permite integrar o grupo dos países doadores, partilha esta concepção de responsabilidade e solidariedade internacionais. A política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento tem em conta as opções de desenvolvimento dos países beneficiários, o princípio da parceria e a necessidade de promoção de uma melhor coordenação internacional da ajuda ao desenvolvimento (**IPAD; 199**).

De acordo com o documento acima referido a execução da política de cooperação segue um modelo descentralizado no qual participam quase todos os departamentos públicos autónomos ou não, órgãos de soberania, empresas do Estado, entidades privadas com e sem patrocínio político ou financeiro público. Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros cabe, essencialmente, a tarefa de conduzir esta política, coordenando a sua execução.

Nestas condições, e porque tal modelo apresenta vantagens de que se não quer prescindir, assume particular importância o reforço dos mecanismos de coordenação, controlo e avaliação. É nesta linha que se inserem as alterações orgânicas e funcionais que em seguida se apresentam:

A política da cooperação reflecte a política externa portuguesa, fundamentalmente de três maneiras. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos países de língua portuguesa, destacando-se em particular os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. A relação com os países africanos de expressão portuguesa constitui um dos pilares fundamentais da política externa portuguesa, juntamente com a integração europeia e a aliança atlântica. Igualmente a integração a Timor-Leste, cuja independência constitui um dos grandes êxitos da diplomacia portuguesa, é profunda.

Segundo, a língua portuguesa constitui um valor fundamental para a política externa portuguesa. A promoção da língua portuguesa no mundo contribui para a sedimentação, longevidade e proficuidade de uma comunidade linguística que constitui, a um só tempo, um importante contributo histórico português para o mundo e um trunfo relevante na era da globalização.

Terceiro, um dos objectivos da política externa, reside em promover a capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais cujos centros de decisão são supranacionais (Diário da República – I SÉRIE-B: Nº 244-22 de Dezembro, 2005)

As relações de cooperação que Portugal estabelece directamente com o mundo em desenvolvimento são geográficas e sectorialmente concentradas. Por razões que se prendem com o passado colonial português, designadamente, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e desde 1999, Timor-Leste, são os principais destinatários da ajuda portuguesa ao desenvolvimento. O valor acrescentado da cooperação portuguesa nos países que herdaram legados do colonialismo português define a prioridade da actuação portuguesa em áreas como educação, governação, serviços e instituições do Estado. (Moreira: 2008; p.125)

A cooperação portuguesa tem ainda três parâmetros geoestratégicos que podemos expressar como:

- Portugal faz cooperação Estado a Estado com os PALOP e com Timor-Leste quaisquer que sejam os regimes políticos desses países.
- Portugal procura expandir a utilização da língua portuguesa em todos os países onde haja interesse local ou português.
- Com Timor-Leste, Portugal tem cooperação em todas as áreas sociais, económicas e políticas que permitam aos timorenses construir um Estado de Direito.

A cooperação para o desenvolvimento, vector essencial da política externa portuguesa, funda-se nos princípios constitucionais do respeito pelos direitos do homem e da cooperação para o progresso da Humanidade, que regem as relações internacionais de Portugal. Desde Janeiro de 2003 a política de Cooperação Portuguesa e de Ajuda Pública ao desenvolvimento é coordenada, supervisionada e dirigida por um único organismo criado para o efeito – o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Este novo organismo oficial de cooperação é o resultado da fusão das duas

instituições que, até então, estavam à frente da cooperação nacional: o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD). O IPAD está sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), tomando a seu cargo as funções das duas instituições extintas, com a devida salvaguarda do apoio ao investimento privado português nos países destinatários da cooperação portuguesa, responsabilidade que transitou da APAD para o Ministério da Economia (Moreira: 2005, p.123).

No diploma constitutivo do IPAD (decreto-lei nº 5/2003, o governo define este novo organismo como sendo um instrumento central da política oficial de Cooperação para o Desenvolvimento, tendo como principais atribuições, num quadro de unidade de representação externa do Estado, melhorar a intervenção portuguesa e assegurar-lhe um maior relevo no âmbito da Cooperação, no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português nesta matéria.

A distribuição geográfica da APD bilateral entre 1999 e 2003, por exemplo, ilustra bem os critérios da cooperação portuguesa, que, como se disse mais acima, é dirigida sobretudo aos países de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, cabendo a outros países apenas 15,5% da APD bilateral portuguesa (ONGD; 2004). O documento: *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, assume que a CPLP representa um importante domínio de trabalho para a cooperação Portuguesa, criando-se em particular a possibilidade de utilizar a língua comum como potenciadora de intervenções envolvendo três ou mais países lusófonos (IPAD:2010)

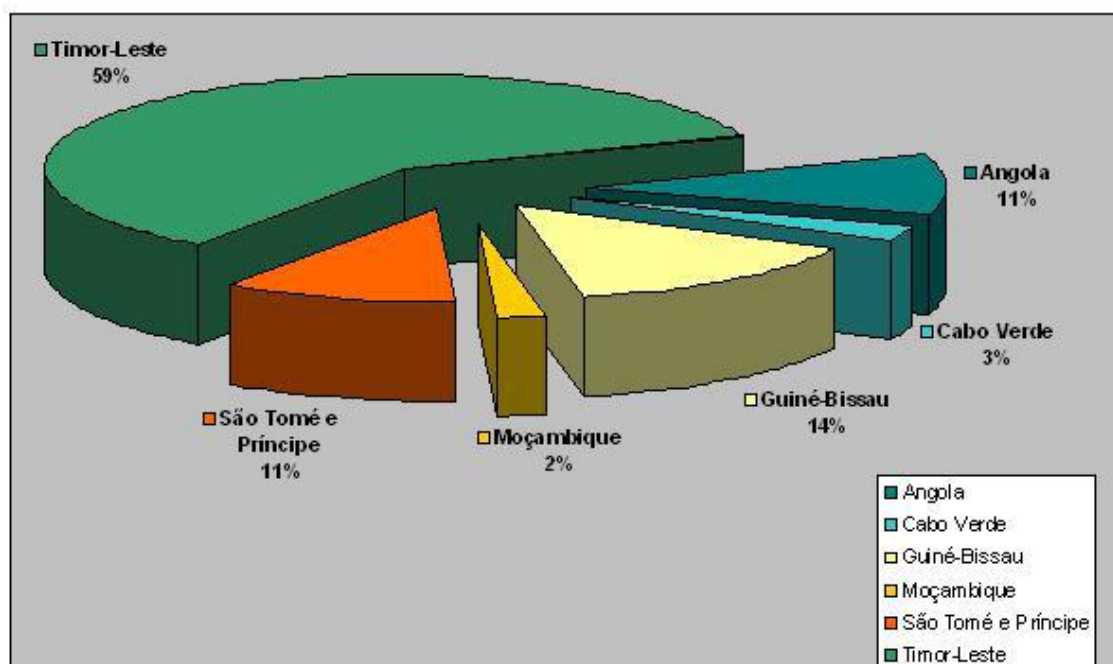
Mais, a referida estratégia aponta para um maior investimento no espaço lusófono e, particularmente no que respeita à nova abordagem de concertação bi e multilateral, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Quadro: 2.1. Principais receptores da APD Portuguesa, em percentagem da Ajuda Bilateral.

	1999	2000	2001	2002	2003
Angola	10	8	7	8	11
Cabo Verde	10	13	13	6	22
Guiné-Bissau	7	8	7	4	5
Moçambique	26	18	19	13	10
S.Tomé e Príncipe	6	6	8	7	6
Timor-Leste	32	29	32	41	23
Outros Países	9	18	8	15	20
Total	100	100	100	100	100

Fonte: ICP, 1999, 2000b e 2001b; Página de Internet do IPAD¹⁰

Figura: 2.1. - Distribuição dos Agentes da cooperação por país.



Fonte: IPAD; 2010

No que concerne à distribuição por grupo de rendimento e por região, por força das cinco ex-colónias portuguesas se situarem em África e por pertencerem ao grupo dos PMA, esses são também os aspectos mais determinantes nestas duas categorias, ou seja, a APD portuguesa centrou-se até 1999 na África Subsariana e nos países mais pobres, o que neste particular é bastante condizente com o discurso internacional sobre prioridades de cooperação.

No entanto, a partir 1999, este perfil alterou-se, dada a localização de TL no sudeste asiático e a sua classificação como pertencente ao grupo de “outros países com rendimento baixo” (*other low income countries*). Assim, em média, entre 1999 e 2000 o montante destinado aos PMA foi de 57,7% do total da APD, sensivelmente o mesmo entre 2000 e 2001 (54,2%), mas muito diferente do valor registado 10 anos antes, em que representava praticamente o total da APD (97,5%). Em qualquer um dos períodos, estes valores estiveram sempre acima da média do CAD, que variou entre os 37% e os 30% da APD com destino aos PMA (OECD, 2002:253 e 2003a:281). Esta mudança influenciou, por último, os valores da APD desembolsada para os PMA como percentagem do PNB dos doadores, cuja recomendação internacional se situa nos 0,15%. Portugal regrediu, aliás, em relação a este indicador, ao passar de 0,17%, em 1990, para 0,11%, em 2001 (PNUD, 2003:228).

Quanto à distribuição sectorial da ajuda portuguesa, numa primeira apreciação, e com base num aumento nas despesas a partir de 1999, o maior papel foi desempenhado, por um lado, pela cooperação institucional nas áreas da administração da justiça e do sistema legal e judicial no processo de reestruturação de Timor-Leste e, por outro lado, pelas actividades de manutenção da paz em situações pós-guerra, levadas a cabo pelas Forças Armadas não só em Timor-Leste, mas também nos Balcãs e em Angola. O mesmo se passou em 1999 e 2000, cuja despesa aumentou em resultado da multiplicidade de iniciativas de apoio por parte da cooperação portuguesa em resposta aos acontecimentos em Timor-Leste (PNUD, 2003:228, Cit. Mesquita: 2005,p.14).

2.2. A cooperação com Timor

2.2.1 Timor e a Ajuda Internacional.

A economia de Timor-Leste sempre se pautou, desde longa data, por ser uma economia de subsistência, incidindo especialmente na agricultura e nas pescas, quer durante o domínio do Governo português, quer no período de governação indonésia. Com a destruição provocada em 1999, até esses magros recursos foram seriamente afectados, pelo que a Timor lhes restava apenas a ajuda internacional, e o tão sonhado e precioso petróleo. Mas as receitas provenientes da exploração do petróleo ainda vão demorar a chegar, e, até lá o país tem que sobreviver à custa das ajudas internacionais. Desde

Dezembro de 1999 até à actualidade já foram realizadas as seguintes conferências de doadores:

- 1.Tóquio, Dezembro de 1999, onde foram disponibilizados 523 milhões de USD, afectos ao programa de ajuda humanitária e ao processo de reconstrução levado a cabo pela UNTAET.
- 2.Lisboa, Junho de 2000, na qual os doadores reconhecem a necessidade de acelerar o processo de execução dos projectos e os respectivos pagamentos.
- 3.Bruxelas, Dezembro de 2000, que serviu para ajudar a delinear as orientações políticas que deverão presidir à construção do novo Estado.
- 4.Caemberra, Junho de 2001;
- 5.Oslo,Dezembro de 2001;
- 6.Dili, Maio de 2002, nesta os doadores comprometeram-se a doar 440 milhões de dólares nos três anos subsequentes;
- 7.Dili, Junho de 2003;
- 8.Dili, Dezembro de 2003;
- 9.Dli, Maio de 2004;
- 10.Dili, Abril de 2005.

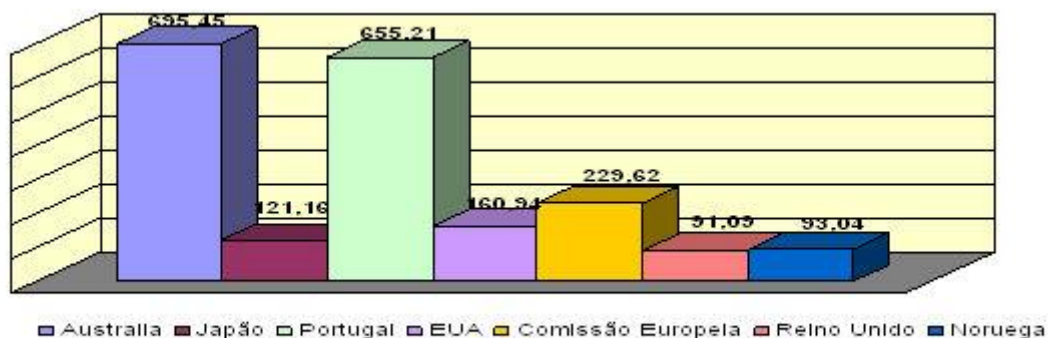
A Comissão Europeia também contribuiu com apoio financeiro para a administração transitória do território, participando no TFET (Trust Fund for East Timor) gerido pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático para o Desenvolvimento. Este fundo de “multi-doadores”, foi estabelecido pelo Conselho de Governadores do Banco Mundial e surge logo após a primeira reunião de doadores em 1999. Estas duas entidades dividiram entre si as áreas de responsabilidade consideradas prioritárias sobre as actividades a desenvolver. Assim, ao Banco Mundial coube: a saúde, a educação, a agricultura, o desenvolvimento da capacitação institucional e o desenvolvimento do sector privado e o Banco Asiático de Desenvolvimento ficou com a responsabilidade da reabilitação de estradas e portos, o saneamento básico, a energia e as telecomunicações. Portugal tem sido um dos principais países doadores, tanto em termos de cooperação bilateral como multilateral, como se verá mais à frente.

Quadro:2.2. Apoio Internacional à Transição de Timor-Leste.

Programa de assistência	4ºTri.1999	2000	2001	2002	Total
Actividades humanitárias	40 000	85 970			12 5970
Actividades de reconstrução e desenvolvimento		77 381	141 898	83 483	302 760
Governança e capacitação Institucional		13 325	18 235	9 495	41 055
Outros sectores		64 056	123 663	73 988	262 705
Necessidades de Financiamento do orçamento		15 000		Não estimado	
Total de contribuições voluntárias	40 000	178 351		Não estimado	
Força de manutenção de Paz		700 000		Não estimado	
Total das necessidades de financiamento externo		878 351			

Unidade: milhares de USD. (PIC. 2000)

Figura 2.2. – Ranking dos principais doadores de Timor-Leste (1999-2007) em milhões de USD, a preços constantes de 2007.



De acordo com os dados oficiais do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, tal como consta no gráfico a cima, entre 1999 e 2007, Portugal ocupou o segundo lugar na lista dos principais doadores de Timor-Leste, antecedido pela Austrália e seguido pela comissão Europeia (até 2006, o primeiro lugar foi ocupado por Portugal) (IPAD; 2007)

Quadro 2.3 Contribuições Financeiras dos Principais Doadores – Conhecidas e Pagas (valores em milhões de USD)

	TF UNTAET	TFET	Multilateral	Bilateral	Outros	Totais Transição Parte civil
Portugal	6	50	11,4	27,4	0,3	95,1
Japão	9	16,1	32,9	13	0	71
Austrália	5,1	10,9	13,8	23,2	0	53
UE	0	16	18	0	8,1	42,1
EUA	4,5	0,5	0	20,5	0	25,5
Reino Unido	4,2	7,3	0	10,6	0	22,1
Países Baixos	0	0	10,9	2,1	0	13
Alemanha	0	0	0	5,5	7,5	13
Noruega	1,2	2	0	2	4,4	9,6
Banco Mundial	0	10	0	0	0	10
Finlândia	0,8	3	1,6	0	0	5,4
Suécia	1	0	3,9	0,2	0	5,1
Canadá	0	0	1,5	0,8	1,4	3,7
Dinamarca	0,3	0	2,1	1	0,1	3,5
Irlanda	0,8	0,4	0,4	0,3	0,7	2,6
Nova Zelândia	0,2	0,4	0,1	1,8	0	2,5
Outros	0,5	0,4	2,9	1,2	0,1	5,2
Totais	33,6	117	99,6	109,6	22,6	382,4
% de Portugal	17,90	42,70	11,40	25	1,30	24,90

Fonte: MNE/GPE Cit. in. Janús, 2002

2.2.2 Cooperação Portugal Timor-Leste

Após uma longa e heroica resistência a invasão e à agressão da Indonésia, que se iniciaram em 7 de Dezembro de 1975, e na qual pereceu mais de um quarto dos habitantes, o povo da metade oriental da ilha de Timor conseguiu finalmente – com a ajuda decisiva e desinteressada de Portugal, antiga potência colonizadora – exercer o seu direito à autodeterminação e à independência em 30 de Agosto de 1999 e alcançar o reconhecimento e à internacional como Estado soberano e independente em 20 de Maio de 2002 (Santos, 2011)

Timor-Leste foi uma colónia portuguesa durante mais de 400 anos até ter sido ocupada pela Indonésia, em 1975, durante o processo da descolonização. Como tal, existe uma longa história em comum com Portugal, a qual se reflecte, nomeadamente, na adopção do Português como língua oficial de Timor-Leste. Face às ambições de soberania,

Timor-Leste pretende, naturalmente, evitar a queda num processo de neo-colonialismo relativamente a qualquer país. Dada a história de colonização anterior, um dos países relativamente aos quais pode ser mais sensível é Portugal.

Em 29 de Janeiro de 1999, nas Nações Unidas, o embaixador português afirmou claramente: “Portugal não tem intenção de reassumir a soberania sobre Timor-Leste”.

As relações económicas com Timor-Leste foram reduzidas, nas últimas décadas – exceptuando a participação em projectos de assistência humanitária através de organismos internacionais – dado que teriam de passar pela Indonésia com quem Portugal não mantinha relações (Rizzi, 1999, p.54)

A cooperação de Portugal com Timor-Leste, iniciada em 1999, caracterizou-se numa primeira fase (1999-2002), pela assistência humanitária de emergência tendo, posteriormente, ganho preponderância o apoio à sua reconstrução e, mais recentemente, o apoio ao desenvolvimento, consequência quer da evolução do país, quer das solicitações das autoridades timorenses e das possibilidades portuguesas.

Nesta fase inicial, tendo em conta o carácter excepcional da ajuda, foi criado o cargo de Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATTTL) com objectivo de coordenar as acções relativas à elaboração e execução dos programas de apoio durante o período de transição de Timor-Leste. Esta instituição foi extinta em Maio de 2002, alcançada a independência do país. Timor-Leste passou então a receber um tratamento idêntico aos restantes países parceiros da Cooperação Portuguesa e a responsabilidade pela coordenação das acções de cooperação passou a ser da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento /APAD). Com a extinção da APAD, e a criação – em Janeiro de 2003 – do actual IPAD (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento), passaram a ficar cometidas a este instituto as responsabilidades de intervenção em Timor na área da Cooperação.

De entre as várias áreas de cooperação com Timor-Leste neste período de transição, destacam-se, em particular: 1) O apoio ao sistema educativo e consolidação do uso da língua portuguesa como língua oficial, através da colocação em Timor-Leste de um contingente de 160 professores portugueses, bem como o acolhimento em Portugal de três centenas e meia de bolseiros para a frequência dos ensinos superior e técnico-

profissional e o envolvimento das universidades portuguesas no funcionamento da Universidade Nacional de Timor-Leste; 2) A disponibilização de assessorias técnicas e administrativas; 3) A construção e reabilitação do tecido urbano (recuperação de edifícios, com particular destaque para os edifícios públicos; 4) O apoio ao desenvolvimento económico, nomeadamente através da aposta nos sectores da agricultura, da indústria extractiva e do turismo (PIC, 2004-2006)

Em meados de 2002, foi restaurada a independência, no final de 2003, iniciaram-se as negociações com as autoridades timorenses com vista à elaboração do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o triénio 2004-2006, dotado de um envelope financeiro de 50 Milhões de Euros. Foram considerados como eixos prioritários a Educação e Reintrodução da Língua Portuguesa, a Capacitação Institucional e o Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social, tendo em consideração o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) de Timor-Leste e as disponibilidades e mais-valias da Cooperação Portuguesa.

A cooperação bilateral entre Portugal e Timor-Leste desenvolve-se através de dois instrumentos-base: os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) e os Planos Anuais de Cooperação (PAC). O PIC é um documento de estratégia trienal a ser materializado em três PAC. A estratégia de cooperação entre Portugal e Timor-Leste é planeada para um horizonte de três anos e definida sob a forma de eixos prioritários de intervenção, tendo em conta, simultaneamente, as necessidades do país receptor e as mais-valias de Portugal enquanto doador. A operacionalização anual da mesma é definida sob a forma de programas, projectos e outras acções de cooperação. O PAC identifica as actividades de cooperação (em curso ou a desenvolver no ano a que respeita) por áreas prioritárias de intervenção e o respectivo plano financeiro. (Rizzi: 1999; p. 126)

Em 2000, a cooperação portuguesa começou a abranger áreas que iam desde a educação e implementação da língua portuguesa ao apoio à reconstrução e desenvolvimento económico, social e cultural, ao apoio à estruturação e funcionamento do Estado e da Sociedade Civil, ao apoio na área da saúde, à acção social e ao apoio humanitário e cooperação técnico-militar.

Janeiro de 2000 marca no início de uma nova fase para a presença portuguesa no território. Mantém-se o estatuto de emergência do período de transição, mas inaugura-se a vertente de “reabilitação e desenvolvimento”, uma Missão Humanitária e de Apoio ao Desenvolvimento que envolve a constituição dos órgãos de soberania e a construção do Estado. Neste período, a cooperação portuguesa já segue objectivos específicos, que resultam das solicitações dos responsáveis timorenses: preparar uma independência auto-sustentável. Portugal decide reforçar a sua cooperação integrando-se, preferencialmente, na cooperação multilateral através do Programa conjunto de Reconstrução de Timor-Leste liderado pela UNTAET, com o apoio de diversas agências da ONU, do BM e do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).

A República de Timor-Leste, enquanto membro da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, representa uma das prioridades na política de cooperação portuguesa. Neste quadro, o apoio ao desenvolvimento das estruturas de funcionamento do Estado, nomeadamente no que respeita à educação, assume um lugar central no estabelecimento de Acordos de Cooperação entre as República Portuguesa e de Timor-Leste.

No Plano Bilateral, insere-se também no quadro das prioridades da Cooperação Portuguesa, tendo enquadramento quanto à:

- 1) Prioridade geográfica, porquanto os “países de expressão portuguesa, sobretudo, Timor-Leste, são espaços de intervenção prioritária da Cooperação Portuguesa, e;
- 2) Prioridade Sectorial, nomeadamente na área da Boa Governação, Participação e Democracia, ao pretender reforçar as acções de apoio institucional, contribuindo para o fortalecimento do Estado de Direito, colaborar na consolidação do sistema de segurança interna, nas valências da assessoria, assistência técnica, formação e treino da polícia (IPAD, 2007-2010)

No Plano Multilateral, o Estado português participou, desde 1999, com efectivos das Forças e dos Serviços de Segurança, em todas as missões das Nações Unidas presentes no território (IPAD, 2007-2010)

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) de Timor para o triénio 2004-2006, assinado entre o Governo português e Governo timorense, identifica três eixos

prioritários, continuando o eixo da capacitação institucional, em particular, a ter resultados decepcionantes. Neste sentido, alguns ministérios, Assembleia da República (AR) e Universidades portuguesas decidem integrar-se nos programas de reforma da administração pública em curso, apoiando a elaboração da lei fundamental de Timor, a redacção do regimento da Assembleia e seguem de perto o processo de reforma fiscal, entre muitas outras actividades. O modelo preconizado pelo IPAD é descentralizado e tenta coordenar as acções dos departamentos públicos, autónomos ou não, órgãos de soberania, empresas estatais e algumas entidades privadas bem como ONGDs, autarquias, universidades, instituições científicas e culturais envolvidas no processo (IPAD;2010)

O PIC Portugal – Timor-Leste (2007-2010) redireccionou a APD portuguesa, acentuando a ideia de investimento nas áreas onde as vantagens comparativas portuguesas são maiores: língua e capacitação, esta última através da educação e formação, inseridas no apoio aos sistemas judiciário e de administração pública timorenses, numa lógica essencialmente multilateral. Com um financiamento de 60 milhões de euros, são definidos três eixos prioritários: boa governação, participação e democracia, e capacitação da administração pública, defesa e segurança; desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. (Branco, 2011, p.110)

De outra natureza, o Programa de Cooperação CRUP/FUP com Timor-Leste surge de um acordo entre o extinto CNRT, Governo Português e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Desde 1999 que as Universidades Portuguesas se encontram envolvidas, através da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), numa colaboração com o CNRT apoiada pelo MNE. São muitas as iniciativas desenvolvidas por estas entidades.

Foram também vários os Ministérios que participam na missão portuguesa em Timor-Leste. O ministério das Finanças, essencialmente através da sua Direcção de Serviços de Cooperação Aduaneira e Documentação, da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), no âmbito dos impostos e Cooperação Aduaneiro; o Ministério da Justiça no âmbito da administração da justiça timorense, da capacitação dos quadros timorenses ligados à justiça, e na organização de outras áreas da justiça. (Branco, 2001, p.111).

Cooperação de Portugal com Timor	
Cooperação Bilateral	Cooperação Multilateral
Cooperação desenvolvido através de dois fundamentais:	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal continua a contribuir para o Trust Fund for East Timor;
.O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) que é um documento estratégico que define os principais eixos de orientação para um período de três anos;	
.O Plano Anual de Cooperação (PAC) que operacionaliza a estratégia definida no PIC em projectos sectoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio o Orçamento de Estado Timorense;
O primeiro Programa Indicativo de Cooperação foi elaborado em 2000.	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui Para a UN Mission of Support in East Timor

O PAC 2005, enquadrado no PIC 2004 – 2006, foi assinado a 6 de Janeiro de 2005 pelo Presidente do IPAD e pela embaixadora de Timor-Leste em Portugal, e os seus eixos prioritários de intervenção são:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> » Educação e Reintrodução da Língua Portuguesa; » Capacitação Institucional do Estado; » Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social. |
|---|

(Conceição, 2009).

Na realidade, verifica-se que há uma grande dispersão e desfragmentação dessa cooperação, por exemplo, o eixo que diz respeito à Educação e Reintrodução da Língua Portuguesa está dividido em:

- 1.Reintrodução da língua Portuguesa em que as entidades executoras são três;
- 2.Ensino Básico e Secundário, com três projectos, executado por duas entidades;
- 3.Ensino Superior, com dois projectos executados por duas entidades;
- 4.Bolsas, quatro projectos e quatro entidades envolvidas;
- 5.Outras, que abrange o Centro de Ensino à Distância, o Centro Cultural e a Cooperação Educacional com Timor-Leste, executada por três entidades.

Com o segundo eixo, Capacitação Institucional é preconizada “a promoção e reforço do português como língua de trabalho das instâncias administrativas do Estado timorense”.

Mas não se encontram explicitados (e/ou definidos) os projectos ou quem são as entidades que os executam. Apenas é dito que:

“A selecção das intervenções a realizar será efectuada pela Comissão de Acompanhamento do PAC 2005, composta por estruturas responsáveis pela coordenação da cooperação de ambos os países, e devem consubstanciar um justificado e efectivo apoio à capacitação de determinada estrutura da administração pública de Timor-Leste, atendendo à estratégia e capacidade de execução da Cooperação Portuguesa, bem como às prioridades já manifestadas pelas autoridades timorenses, e respectiva capacidade de absorção” (PAC 2005).

No terceiro eixo, Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social, Portugal participa quer no plano da cooperação multilateral quer no da bilateral. Na cooperação multilateral, Portugal intervém em programas multisectoriais executados por três entidades. Em termos bilaterais Portugal está presente nas áreas da:

- » Agricultura--- existe um projecto desenvolvido por uma entidade;
- » Saneamento Básico --- um projecto e uma entidade envolvida;
- » Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Sócio-Comunitário --- há três projectos principais que se subdividem em nove, executados por seis entidades;
- » Planeamento/Ordenamento --- também um projecto e uma entidade envolvida;
- » Saúde --- tem quatro projectos desenvolvidos por quatro entidades;

Do que ficou exposto, resulta que a cooperação Portugal/Timor-Leste incide em áreas diversas, abrange uma multiplicidade de projectos que envolvem uma enorme variedade de entidades. A pergunta que aqui se põe será a de saber se Portugal dispõe de recursos e meios para estar presente em tantas frentes de Cooperação de uma forma eficaz e que garanta as exequibilidades e concretizações adequadas (PAC, 2005, p. 94-95)

A cooperação Portuguesa com Timor-Leste insere-se assim, por um lado, no quadro mais lato da cooperação multilateral e, por outro, numa agenda bilateral própria. No que se refere à primeira, e no âmbito da Conferência de Doadores, que teve lugar em Tóquio, em Dezembro 1999, Portugal comprometeu-se a apoiar o Trust Fund da Administração Transição das Nações Unidas (UNTAET) com 7,5 milhões de dólares

americanos, dos quais desembolsou 6 milhões (17,6%) de um total de 33,6 milhões dólares), e o Trust Fund para Timor-Leste (TIFET), gerido com conjunto pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, com 50 milhões de dólares americanos, distribuídos por três anos (2000-2002). Estes valores posicionam entre os principais doadores internacionais, à frente do Japão e da Austrália.

Portugal pertence, também, desde 2002, ao grupo de doadores que tem contribuído para o apoio ao Orçamento de Estado, tendo contribuído com 9 MUSD para o Programa de Apoio Transitório (TSP) destinado a apoiar o Orçamento e a balança de pagamentos nos anos fiscais de 2002/03, 2003/04 e 2004/05. A partir de 2005, foi criado o Programa de Apoio à Consolidação de Timor-Leste (CSP), contribuindo Portugal com 3 MUSD para o triénio 2006-08.

Ainda no âmbito multilateral, Portugal contribuiu com 1,2 MUSD para o Programa “Fortalecimento do Sistema da Justiça em Timor-Leste”, no quadro do PNUD, inicialmente previsto para o triénio 2003-05. Este programa prolongou-se para o triénio 2006-08, com objectivo de facilitar o desenvolvimento do apoio às instituições do sistema judicial e a qualificação dos recursos humanos. Em 2003, Portugal contribuiu ainda com um montante total de 400.000 USD para os projectos “Melhoria do acesso à justiça através do desenvolvimento da capacitação e do estabelecimento de uma bolsa formal de tradutores e intérpretes na área do direito” e “Apoio institucional ao gabinete do Presidente de Timor-Leste”.

Verifica-se assim, que o envolvimento e empenho de Portugal no processo de reconstrução e desenvolvimento de Timor-Leste conferem a este país o lugar de principal beneficiário da APD portuguesa, totalizado, entre 1999 e 2006, cerca de 380 milhões de euros (PIC Timor-Leste, 2007-2010, p.24).

Cooperação de Portugal com Timor-Leste	
Cooperação Bilateral	Cooperação Multilateral
Desenvolvido através de dois instrumentos Fundamentais: O programa Indicativo de Cooperação (PIC) que é um documento de estratégia que define os principais eixos de orientação para um período de três anos O Plano Anual de Cooperação (PAC) que operacionaliza a estratégia definida no PIC em projectos sectorais. O primeiro Programa Indicativo de Cooperação foi elaborado Em 2000.	Portugal continua a contribuir para o Trust Fund For East Timor; Apoia o Orçamento de Estado Timorense; Contribui para a UN MISSION of Suport in East Timor

Fonte: ROSA M. 2006

Portugal tem vindo a desenvolver a sua política de cooperação para o desenvolvimento no respeito pelo cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) definidos pelas Nações Unidas, dando prioridade aos sectores da educação, da saúde, do governo e sociedade civil e dos serviços sociais, aos quais acrescenta uma actuação transversal na formação e no apoio à capacidade administrativa do país beneficiário, com vista ao objectivo último da redução da pobreza. Dada a ligação que deverá inevitavelmente existir entre a promoção da segurança e do desenvolvimento como condições indispensáveis para a concretização dos MDGs, a cooperação portuguesa com os países parceiros tem vindo a ser substancialmente direccionada para áreas directamente relacionadas com a paz, segurança e estabilidade política, como é, por exemplo, o caso do reforço das capacidades administrativas da governação democrática, do respeito pelos Direitos Humanos ou do reforço das capacidades de manutenção da paz timorenses. (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Relatório de Portugal, 2004, p.11)

Portugal assume como uma das modalidades principais do seu programa bilateral, a Cooperação Técnica (CT) que visa, sobretudo, a formação e capacitação locais. Esta CT adopta várias formas, nomeadamente, formação de professores, envio de cooperantes, concessão de bolsas, inclusive bolsas internas (formação no país parceiro), assistência técnica para reorganização das administrações dos parceiros, através de apoios vários na área financeira, das estatísticas, entre outros (Martins, 2010).

A cooperação financeira respeita às transferências concedidas para financiar actividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor e é canalizada sob a forma de recursos financeiros, ou seja, créditos ou donativos. Podem distinguir-se 3 tipos de

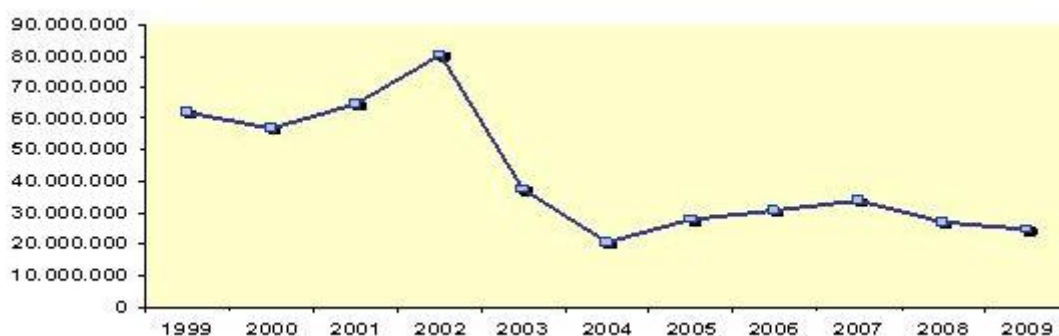
cooperação financeira: 1) subvenções e créditos, através de projectos e programas (por exemplo, investimentos em equipamentos físicos); 2) ajuda em bens necessários ao desenvolvimento do país receptor e que este não pode importar; 3) financiamento de reformas estruturais (como apoios ao ajustamento estrutural ou anulação/reescalamento da dívida).

Quadro:2.4. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) 2000-2009.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
APD a TL										
Unidade: €	57.097.824	64.707.703	80.485.352	37.781.235	20.567.931	27.906.805	30.673.710	34.070.839	27.030.169	24.872.320

Fonte: IPAD/PP

Figura: 2.3. Análise da APD Portuguesa a Timor Leste, 1999-2009.



Fonte: IPAD/PP

Em 1999, o Governo Português concedeu um total de 52 milhões de dólares americanos a Timor-Leste, dos quais 44,5 milhões se destinaram à ajuda multilateral e 7,5 milhões à bilateral. Até 2002 a ajuda foi sempre aumentando até atingir um máximo de 64 milhões. Seguiu-se uma forte contracção até 2004 com os valores da ajuda a descerem para metade do que haviam sido até aí. A partir deste momento os montantes da ajuda parecem ter estabilizado.

CAPÍTULO III – COOPERAÇÃO PORTUGUESA E ENSINO SUPERIOR EM TIMOR-LESTE

Este capítulo serve para contextualizar o ensino superior e a presença de língua portuguesa em Timor-Leste.

Desde 1950, o artigo 2º do primeiro protocolo à Convenção Europeia dos Direitos Humanos obriga todos os signatários a garantir o direito à educação. A nível mundial, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966, das Nações Unidas, garante este direito no seu artigo 13º, que estabelece que “a educação superior deverá tomar-se de acesso igualitário para todos, com base na capacidade, por todos os meios apropriados e, em particular, pela introdução progressiva da educação gratuita”.

Também os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) abrangem a educação, sendo o Objectivo 2 “Conseguir educação primária universal, garantindo que todas as crianças, de ambos os sexos, tem a oportunidade de completar um plano de estudos de escolaridade primária completo”

Neste capítulo o que nos propormos fazer é apresentar a descrição da política de cooperação portuguesa para o ensino, em particular para o ensino superior, analisando ao mesmo tempo a problemática da reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste.

3.1 – Ensino e cooperação

3.1. 1. Importância do ensino no desenvolvimento

É reconhecido que o principal mecanismo institucional para o desenvolvimento das capacidades e dos conhecimentos humanos é o sistema de educação formal. A maior parte das nações em desenvolvimento foi levada a acreditar, ou quer acreditar, que uma das chaves do desenvolvimento está na rápida expansão quantitativa das oportunidades educacionais do seu povo. Assim, quanto mais educação, mais rápido o desenvolvimento esperado. Por isso, muitos países comprometeram-se com a meta da instrução primária universal no mais curto prazo possível.

Assim para Timor-Leste, um país em desenvolvimento, faz todo o sentido realçar a importância crítica da capacidade dos recursos humanos providenciadas pelos diferentes níveis de ensino. É um direito de todos os cidadãos o acesso à educação e à aquisição de mais competências que lhes permitam competir no mercado de trabalho.

A educação tem ainda poderosos efeitos sinérgicos com outros aspectos do desenvolvimento, nomeadamente a nível de saúde, da protecção do ambiente, do emprego e da boa governação. No que se refere à saúde, a educação é um veículo privilegiado de formação e de transmissão de informação, sendo de decisiva importância e eficácia na prevenção e resolução dos gravíssimos problemas que atingem proporções de catástrofe e assolam os países menos desenvolvidos, nomeadamente em Timor-Leste. Quanto ao ambiente, melhora a capacidade das populações para a tomada de consciência da necessidade de equilibrar o progresso económico e social com as preocupações ambientais. Quanto à boa governação, a sua concretização estará directamente ligada ao nível educacional e cultural da população, pois quanto mais culta e educada for a população tanto mais exigente ela será e tanto mais adequadas serão as medidas a adoptar pelos governantes (IPAD 2009)

O ensino superior surge como uma componente indispensável ao desenvolvimento no domínio da educação, já que a garantia de um bom nível de qualificação neste grau de ensino é determinante para o desempenho nos outros níveis educativos. Igualmente importante é o seu contributo para o desenvolvimento e consolidação das instituições, assumindo-se como sustentáculo do desenvolvimento em geral (IPAD 2009).

As universidades são pólos que formam mão-de-obra qualificada e promovem a investigação, assumindo um papel de centros de excelência e contribuindo para evitar a fuga de cérebros.

O ensino superior, educação superior ou ensino terciário é o nível mais elevado dos sistemas educativos, referindo-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus académicos ou diplomas profissionais.

O Ministro da Educação, considera que o ensino superior tem como objectivo prioritário a qualificação de alto nível dos timorenses, bem como a difusão do conhecimento, da formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional (Despacho N° 9/ 2010)

3.1.2. Organização do ensino em Timor-Leste

Timor-Leste foi uma colónia portuguesa durante mais de 400 anos até ter sido ocupada pela Indonésia, em 1975, durante o processo de descolonização. Como tal, existe uma longa história em comum com Portugal, a qual se reflecte, nomeadamente, na adopção do Português como língua oficial de Timor-Leste. Face às suas ambições de soberania, Timor-Leste pretende, naturalmente, evitar a queda num processo de neo-colonialismo relativamente a qualquer país. Dada a história de colonização anterior, um dos países relativamente aos quais pode ser mais sensível é Portugal.

A história do relacionamento dos vários países com Timor-Leste permite identificá-los como solidários, hostis e indiferentes. Contudo, com o reconhecimento internacional do drama de Timor, observou-se uma evolução no posicionamento dos países, mesmo dos menos solidários. Dado que alguns desses países apresentam uma posição económica e estratégica importante a nível mundial, Timor-Leste deve aceitar a sua aproximação e incentivar o relacionamento pacífico com maior número possível de nações.

Nessa perspectiva, a partir de Maio de 2002, Timor-Leste iniciou uma intensa actividade diplomática com vista à adesão a um conjunto de organismos internacionais. Nesse sentido, Timor-Leste aderiu à CPLP em 20 de Maio de 2002, à ONU, em 27 de Setembro de 2002, em 2003 ao Acordo de Cotonou, o qual foi ratificado pelo Parlamento timorense em 2005, passando o país a estar em condições de receber apoio através de Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), e ao fórum regional da ASEAN (ARF) em Junho de 2005.

A cooperação e a ajuda ao desenvolvimento, bilateral e multilateral, estiveram e estão muito dependentes dos acordos estabelecidos com os diferentes países e organizações.

O artigo 59.º da Constituição da RDTL atribui ao Estado a criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e, na medida das possibilidades, gratuito. A lei fundamental garante a todos os cidadãos o direito e a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística, para além do direito à fruição e à criação culturais, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.

A escolaridade básica é apontada como um dos factores mais importantes para o combate à pobreza, uma vez que conduz ao aumento da participação dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural dos países. Com efeito a educação básica fornece a mais alta taxa de retorno em termos de investimento social.

De acordo com a lei de bases da educação, Lei Nº 14/2008, o ensino em Timor-Leste está organizado em pré-escolar, educação escolar, educação extra-escolar e formação profissional. A educação pré-escolar é complementar à acção educativa dos pais e familiares, a educação extra-escolar destina-se a actividades de alfabetização e educação de base e a formação profissional prossegue acções de conhecimento para o desempenho profissional.

A educação escolar está dividida em ensino básico, ensino secundário, ensino superior e modalidades especiais de educação escolar. O ensino básico, com a duração de nove anos, está dividido em três ciclos de quatro, dois e três anos, o ensino secundário tem a duração de três anos e a duração do ensino superior depende do grau concedido, bacharelato, licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento. As modalidades especiais de educação escolar englobam a educação especial, o ensino artístico especializado, o ensino recorrente e a educação à distância.

A frequência da educação pré-escolar é facultativa, do ensino básico obrigatória e a do ensino secundário e superior facultativa. As línguas de ensino do sistema educativo timorense são o tétum e o português.

Esta organização da educação escolar difere da do tempo da ocupação Indonésia, em que o sistema de ensino em Timor-Leste estava organizado num modelo de seis-três-três: seis anos de ensino primário, três anos de pré-secundário e três anos de secundário.

Nos objectivos do ensino básico destacamos o assegurar de uma formação integral de todas as crianças e jovens, através do desenvolvimento de competências do ser, do saber, do pensar, do fazer, do aprender a viver juntos; o assegurar uma formação geral de base comum a todos os timorenses, que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, da capacidade de raciocínio, da memória e do espírito crítico, da criatividade, do sentido moral e da sensibilidade estética, promovendo a realização individual, em harmonia com os valores da solidariedade social, e inter-relacionando, de forma equilibrada o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura quotidiano; e a garantia do domínio das línguas portuguesa e tétum.

Os objectivos do ensino secundário visam dar sequência e aprofundar a aprendizagem adquirida no ensino básico assegurando e aprofundando as competências e os conteúdos fundamentais de uma formação e de uma cultura humanística, artística, científica e técnica, como suporte cognitivo e metodológico necessário ao prosseguimento de estudos superiores ou à inserção na vida activa; assegurando o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica; desenvolvendo as competências necessárias à compreensão das manifestações culturais e estéticas e possibilitar o aperfeiçoamento da expressão artística; e assegurando a existência de hábitos de trabalho, individual e em grupo, e fomentar o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Os objectivos do ensino superior são estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade timorense, e colaborar na sua formação contínua.

Os objectivos da formação profissional visam a integração ou o desenvolvimento profissional dinâmico, pela aquisição ou aprofundamento de conhecimentos e de competências necessárias ao desempenho profissional específico, de forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

3.1.3. A problemática da reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste

Sob o regime indonésio, o uso e o ensino do Português foram progressivamente restringidos, tanto em casa como nas escolas, e acabaram por ser expressamente proibidos a partir de 1992. Apesar disso, muitos dos timorenses mais velhos, os que já falavam Português aquando da invasão indonésia, continuaram, secretamente, a usar a língua portuguesa, entre muros e família, sempre que isso era possível, como uma forma de união e de resistência ao invasor, ou como uma arma de defesa de identidade.

A língua portuguesa foi desde o início do processo de restauração da independência de Timor-Leste, a língua escolhida para língua oficial e que ficou consagrada na Constituição de Timor-Leste em igualdade com o tétum, a língua nacional. O tétum foi considerado como a língua nacional de Timor-Leste, para assegurar coesão nacional, já que em Timor co-existem mais de 30 línguas e dialectos. Esta opção política de natureza estratégica foi determinada, entre outros, por factores culturais e históricos, talvez também, por factores afectivos, mas, principalmente para que se estabelecesse um traço claro de demarcação entre Timor e os seus vizinhos mais próximos, a Austrália e a Indonésia, em termos de identidade, apesar de existirem também vínculos de carácter étnico e cultural com esses países. Manter a identidade é vital para consolidar a soberania nacional (Gusmão 2002).

A opção pela língua portuguesa gerou alguma contestação, principalmente por parte da população mais jovem, educada na Indonésia ou mesmo em Timor-Leste, cuja língua é o “bahasa”, que receava perder oportunidade na vida social e política.

Apesar da sua fraca implantação, a língua portuguesa está enraizada na identidade timorense e foi a língua da resistência – tanto no interior como no exterior. Durante o período da colonização portuguesa (450 anos) verificou-se que a língua portuguesa não teve impacto negativo, no sentido de eliminar as línguas nativas, mas que até contribuiu como suporte para a língua nacional o tétum praça. No entanto, a língua portuguesa também não foi muito difundida e ensinada, tendo o seu uso ficado restrito à elite que teve acesso à escola e ao serviço militar.

Com a adesão de Timor-Leste à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a 31 de Julho de 2002, os laços com os países de língua oficial portuguesa fortaleceram ainda mais a lusofonia de Timor-Leste.

Nas opções políticas do Governo de Timor-Leste a Educação assumiu um lugar de destaque, inscrevendo-se nelas, por isso, o objectivo prioritário de uma profunda mudança educativa, que, entre outros aspectos de formação, contempla a substituição da língua indonésia pela língua portuguesa em todo o sistema educativo, desde o ensino primário até ao ensino superior.

Na UNTL, a língua indonésia é ainda o meio de comunicação dominante. Mas com os cursos de língua portuguesa oferecidos a estudantes, os conhecimentos do português aumentaram. Até agora a língua utilizada na leccionação depende do docente, Tétum, Bahasa e Português são as opções.

Os diferentes Reitores da UNTL consideram a meta do ensino em língua portuguesa como um aspecto de crucial importância para o desenvolvimento da instituição e, por isso, inscrevem-na como uma medida prioritária na sua política prevendo começar a usar a língua portuguesa nos seus cursos regulares (os cursos da FUP representavam um projecto à parte), nomeadamente na Faculdade de Educação.

Nesse sentido, para todos os cursos da UNTL, que ministram aulas em “Bahasa”, ou língua malaia, para enfrentarem a futura realidade linguística, prevê-se a ida de alguns docentes para Portugal com o fim de aperfeiçoarem a língua portuguesa e, simultaneamente, desenvolverem novas competências académicas e profissionais, através de cursos de Mestrados e/ou Doutoramentos (Bolina 2005, p.186-187).

Como iremos ver mais à frente, Portugal ao apostar na cooperação sociocultural, principalmente na reintrodução da língua portuguesa, investe no desenvolvimento da pessoa humana, mas investe também na continuidade de um relacionamento privilegiado no campo político e económico, enquanto Timor-Leste ao adoptar o português como língua oficial, reconhece a língua portuguesa como elemento da sua unidade nacional e um instrumento de comunicação e divulgação da ciência e da cultura.

3.1.4. Objectivos e instrumentos da Política de cooperação portuguesa no ensino em Timor-Leste (desde 1999-2010)

A cooperação portuguesa está organizada nos programas indicativos de cooperação, que resultam das negociações entre as entidades oficiais timorenses e as entidades oficiais portuguesas.

A cooperação oficial portuguesa com Timor-Leste na área da educação versou desde o princípio a questão da língua portuguesa, o apoio ao desenvolvimento do ensino superior e a formação técnico-profissional.

Durante o período em análise os protagonistas portugueses, mais importantes, no projecto de cooperação na área da educação foram o Instituto Camões, os professores de língua portuguesa enviados para Timor-Leste pelo Ministério da Educação, a Fundação das Universidades Portuguesas e o Ministério da Segurança Social e Trabalho.

Objectivos gerais

O apoio ao sistema educativo marcou, desde o início, a cooperação luso-timorense, mesmo ainda antes da independência, com a atribuição de bolsas de estudo para formação de quadros timorenses em instituições de ensino portuguesas. Em 1999, além das 117 bolsas de estudo concedidas pelo ICP (quase o dobro das concedidas em 1998), foram também atribuídas bolsas para a frequência do Curso de Formação Diplomática e Consular.

Durante o período 2000-2002, o PIC na área da educação teve como objectivos: o apoio à reorganização do sistema educativo; a formação de professores; o apoio directo à leccionação no ensino secundário e à elaboração de materiais; o apoio à reestruturação do ensino superior; o ensino da língua portuguesa; a concessão de bolsas de estudo para timorenses no estrangeiro e em Timor-Leste; e a criação de um Centro Cultural Português (CATTL 2000).

O Programa Anual de Cooperação com Timor-Leste (2003) materializou-se no apoio ao sistema educativo, continuando a intervenção portuguesa a fazer-se sentir tanto ao nível da política educacional e gestão administrativa, através da capacitação institucional do

Ministério da Educação de Timor-Leste, como do apoio à educação básica e secundária. Foi executada a primeira fase da construção da Escola Portuguesa de Díli. Manteve-se o apoio ao ensino superior, traduzido na assistência à Universidade Nacional de Timor-Leste. Continuou, igualmente, a concessão de bolsas de estudo para frequência de cursos técnico-profissionais e licenciaturas em Portugal, direccionadas para áreas não leccionadas em Timor-Leste e consideradas pelo Governo timorense como prioritárias para a estratégia de desenvolvimento do país.

Para o período 2004-2006, tendo em atenção o trabalho já desenvolvido no âmbito da cooperação luso-timorense e o posicionamento das cooperações bilaterais e multilaterais presentes no terreno, é possível identificar como eixos prioritários da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste, a nível bilateral, a educação e o apoio à reintrodução da Língua Portuguesa.

No PIC de cooperação 2007-2010, a cooperação na educação estava incluída no eixo 2 - o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza e incluía a i) Reconstrução do sector da Educação e consolidação da língua portuguesa; ii) A Escola Portuguesa de Díli (EPD), destinada ao ensino pré-escolar, primário e secundário, sendo de referir a abertura de quatro pólos distritais da EPD nos distritos de Maliana, Same, Baucau e Oecusse em 2010; iii) A Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, que visa proporcionar ensino superior de qualidade e iv) Bolsas de estudo, com vista à educação e formação de timorenses em Portugal e em Timor-Leste; vii) Formação Profissional e desenvolvimento sociocomunitário, financiado e implementado pelo Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), através de projectos integrados, ou seja projectos incluindo várias dimensões e abrangendo diferentes grupos da população.

Objectivos e instrumentos para a reintrodução da língua portuguesa

A grande fonte do ensino da língua portuguesa em Timor-Leste foi inicialmente a cooperação com Portugal, à qual se veio a juntar mais tarde a cooperação com outros países da CPLP. A cooperação com Portugal neste domínio consistiu no projecto de reintrodução da língua portuguesa (PRLP) que decorreu de 2000 a 2009 e do projecto de consolidação da língua portuguesa (PCLP) a partir de 2009 e ainda em curso.

Os objectivos da PRLP foram: 1ª fase - leccionar a disciplina da língua portuguesa aos alunos do ensino pré-secundário e secundário; 2ª Fase - ministrar cursos de formação a professores e funcionários públicos; e 3ª fase - ministrar cursos de formação a professores, funcionários públicos e população; 4ª fase – continuidade da formação de professores em exercício de funções nos vários graus de ensino; continuação da formação de funcionários públicos e população; formação Inicial de Professores - apoio ao curso das séries iniciais na UNTL; formação a funcionários dos Organismos Internacionais; e apoio aos media.

Os objectivos do PCLP são: promover a qualidade pedagógica através da formação contínua dos professores; apoiar a formação inicial de professores na UNTL; contribuir para a formação de quadros que integrarão a bolsa de formadores para a formação inicial e contínua de professores; contribuir para a formação em Língua Portuguesa dos funcionários públicos; apoiar os media, de forma a potenciar a difusão da Língua Portuguesa; e reforçar a formação em Língua Portuguesa da população estudantil e da população em geral.

Na primeira fase foram disponibilizados cerca de 150 docentes portugueses por ano pela cooperação portuguesa. Os docentes portugueses despendiam dois terços do seu horário a leccionar aos alunos dos ensinos pré-secundário e secundário e um terço na formação de professores. Cada aluno ou formando tinha acesso a 4h semanais de aulas de língua portuguesa. No total foram abrangidos em cada ano cerca de 45.000 alunos e 4.000 professores.

Na segunda fase, 2003-2007, foram disponibilizados em média cerca de 111 docentes portugueses por ano pela cooperação portuguesa e cerca de 170 docentes timorenses. A totalidade do horário lectivo dos docentes era dedicada à formação de professores, funcionários públicos e população em geral. Os cursos eram organizados por níveis I, II, III e Preparação para o Bacharelato com 6 horas semanais.

No ano lectivo de 2004/2005 foi criado na UNTL e em colaboração com a cooperação brasileira o curso de Bacharelato nocturno para a preparação de docentes timorenses em exercício nas escolas e em 2005/2006 o curso Normal Superior destinado a preparar professores para o ensino pré-primário e primário.

Neste período foram abrangidos em média, em cada ano, cerca de 5.900 alunos professores timorenses, 919 funcionários públicos e 5400 cidadãos. O curso de bacharelato nocturno formou cerca de 500 alunos em 2005/2006 e 2006/2007 e estavam inscritos no curso normal superior 54 e 16 alunos nos anos lectivos 2005/2006 e 2006/2007.

Na terceira fase, 2007-2008, os cursos de língua portuguesa foram divididos em cursos regulares e livres. Os cursos regulares possuíam o nível I, II, III e Preparação Bacharelato e eram destinados a professores e funcionários públicos. Os cursos livres possuíam o nível de iniciação, desenvolvimento e aperfeiçoamento destinados a jovens e/ou população em geral (17 e 40 anos). Os cursos de nível I e de iniciação eram leccionados por professores timorenses. Foram utilizados 120 docentes portugueses e 200 professores timorenses e formados cerca de 6725 docentes, 238 funcionários públicos e 1390 cidadãos. No curso de bacharelato nocturno estavam inscritos cerca de 2043 alunos e no curso normal superior cerca de 45 alunos.

Nos primeiros anos deste projecto, a muitos professores portugueses foi dada a tarefa de ensinar a língua nas escolas timorenses. Porém, uma vez que cedo se percebeu que seriam necessários muitos mais docentes para se conseguir que os alunos começassem a falar português nas escolas, a estratégia de actuação mudou e os professores portugueses passaram a dar formação linguística, pedagógica e didáctica aos professores timorenses, com a expectativa de abrangerem dessa forma um número incomparavelmente superior de jovens e crianças, que passariam a aprender a língua portuguesa com os professores timorenses.

É reconhecido que uma parte dos professores portugueses enviados para Timor-Leste, muitas vezes recém-formados, estavam preparados para ensinar no sistema de ensino português, mas com insuficiente preparação prática ou teórica para a transmissão de conhecimentos no âmbito da pedagogia ou da didáctica, isto é, para ensinar a ensinar. Para além disso, muitos também nunca tiveram formação para o ensino de língua portuguesa como língua estrangeira ou segunda língua e nunca reflectiram acerca da relação entre o ensino de uma língua e os valores culturais. A isto acresce o pobre ou nulo conhecimento prévio da realidade cultural timorense. Numa perspectiva global o

Quadro 3.1 resume os principais aspectos positivos e negativos da cooperação sobre o programa de consolidação da língua portuguesa em Timor-Leste.

Quadro 3.1 : Aspectos negativos e positivos da cooperação sobre a educação em Timor.

Aspectos positivos	Aspectos negativos
Assinatura de um protocolo entre o Ministério da Educação da RDTL e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	Condições insuficientes e/ou inexistência de infra-estruturas locais adequadas (salas de aula, material didáctico).
Maior apoio das estruturas do Ministério da Educação na implementação de algumas actividades do PCLP, em particular o Instituto Nacional de Formação Profissional e Contínua.	Ingresso continuado, no sistema do ensino, de docentes timorenses sem um domínio apropriado da Língua Portuguesa.
Aumento do número de formadores timorenses que participam na formação dos seus pares.	Disponibilidade de tempo insuficiente para a formação em local de trabalho dos quadros da Administração Pública/Ministério da Educação de Timor-Leste.
Aumento da procura dos Cursos de Língua Portuguesa, sobretudo por parte dos jovens.	Dificuldades na implementação das alterações estruturais do PCLP, com repercussões no desenvolvimento normal do ano lectivo 2010.
Interesse dos professores timorenses na aprendizagem da Língua Portuguesa.	
Interesse dos professores timorenses no Apoio Pedagógico assegurado pelos docentes portugueses	Dificuldades logísticas no PCLP (viaturas).

Fonte: IPAD-PCLP-Timor-Leste, 2010.

Objectivos e instrumentos para o ensino básico e secundário

Um dos objectivos para o ensino básico e secundário foi a reconstrução de escolas e infraestruturas no sector da educação.

Relativamente ao ensino da língua portuguesa, esta foi directamente ensinada nas escolas por professores portugueses no período 2000-2003, no período 2003-2010 o ensino do português foi directamente dirigido aos professores do ensino secundário.

Em relação à formação de professores é de referir os cursos de bacharelato nocturno para actualização e reforço de competências dos docentes em exercício de funções nas escolas timorenses e o curso de formação dos professores para o ensino pré-primário e primário destinado a novos docentes.

No que diz respeito aos conteúdos curriculares é de salientar o projecto de elaboração dos currículos dos ensinos pré-secundário e secundário.

A construção da escola portuguesa de Díli em 2002 destinada ao ensino pré-escolar, primário e secundário e dos pólos distritais a partir de 2010 em Maliana, Same, Baucau e Oecusse tem como objectivo servir como referência de qualidade para o desenvolvimento do sistema de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.

Objectivos e instrumentos para a formação técnico-profissional

Portugal tem procurado colmatar algumas das fragilidades do ensino técnico e profissional em Timor-Leste, promovendo medidas ao nível da educação vocacional que proporcionem o acesso à qualificação, através da aquisição de competências contextualizadas e aptidões que possibilitem o desempenho qualificado de diversos profissões, o acesso ao emprego e a participação activa no desenvolvimento económico de Timor-Leste, privilegiando a integração dos jovens no mundo no trabalho.

O MTSS tem apoiado o funcionamento do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional onde se desenvolvem cursos de formação profissional em língua portuguesa desde de 2003.

A plataforma tecnológica do Centro de Ensino à Distância (CED) tem sido utilizada para a realização de cursos de formação direccionados para funcionários da Administração Pública timorense em parceria com a Universidade Aberta.

3.2. Ensino superior e cooperação

3.2.1. Enquadramento legislativo do Ensino Superior e da UNTL

Em Timor-Leste a educação superior foi inspirado nos preceitos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste. O primeiro documento oficial que trata das políticas nacionais de desenvolvimento, elaborado com vista a orientar o Governo, é o Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado em 2003. O Plano prevê um Programa de Desenvolvimento da Educação Universitária com três projectos: Fortalecimento

Institucional; Preenchimento dos Quadros; Elaboração de Currículo (RDTL 2002 p. 162).

O segundo documento, concluído em 2005, denomina-se Política Nacional da Educação 2005-2009. Em relação à educação superior, o documento aponta os seguintes projectos: Criação do Conselho Nacional de Educação Superior; Definição de Parâmetros Nacionais para Acreditação de Instituições e de Cursos Superiores; Organização e Avaliação de Instituições e de Cursos; Programas de Intercâmbios (RDTL 2005).

Um terceiro documento de política educativo é Política Nacional de Educação aprovada pela Resolução do Governo de 3/2007 que formaliza e divulga a política educativa para o quinquénio 2007-2012.

Relativamente ao ensino superior a Resolução define como um dos objectivos prioritários o “Racionalizar a implementação da educação técnica e superior” e afirma que “Para promover a educação técnica e superior de qualidade, com padrões reconhecidos internacionalmente, de acordo com as prioridades e necessidades de desenvolvimento do país, o Ministério irá:

- Estabelecer o quadro de organização do ensino técnico e superior e definir as prioridades relativas à reorganização do ensino técnico e criação de estabelecimentos de ensino superior;
- Desenvolver um quadro jurídico relativo ao licenciamento e acreditação das instituições de educação técnica e superior em Timor-Leste, públicas e privadas.
- Desenvolver um padrão nacional de equivalências de diplomas e/ou certificados entre as diferentes modalidades e graus de educação pós-secundária em Timor-Leste.
- Definir uma política de formação, qualificação e gestão de quadros nacionais, em articulação com os demais serviços vocacionados.
- Assegurar o planeamento da formação, qualificação e capacitação dos recursos humanos, de nível pós-secundária e superior, no país e no exterior.
- Formular uma política transparente relativa ao concurso de atribuições de bolsas de estudos, tendo em conta o desenvolvimento do ensino superior no país, e de acompanhamento da situação académica e social dos formandos, bem como a sua inserção profissional, sempre que necessária.

- Estabelecer uma política de acção social no ensino técnico e superior.
- Criar uma Comissão Consultiva para a Educação Técnica e Superior que sirva de suporte técnico à Direcção Nacional de Educação Técnica e Superior.
- Conceder e registar acreditação, previamente à sua abertura e funcionamento dos cursos, às instituições de educação técnica e superior em Timor-Leste de forma a atender a critérios e exigências no que diz respeito a programas, condições físicas e técnicas de âmbito institucional, qualificação de professores e estabelecimento de directrizes para o funcionamento dos programas académicos.
- Avaliar e acreditar periodicamente todos os cursos de nível técnico e superior. Um padrão de avaliação institucional e de procedimentos será elaborado para esse fim.
- Organizar os processos sobre o reconhecimento de diplomas e equivalências de habilitações de nível técnico e superior.
- Regular tanto os cursos como o número de estudantes patrocinados pelo Governo, conforme as prioridades do país, para garantir a qualidade apropriada.
- Identificar e procurar activamente o apoio de agências externas para cursos e estudos importantes para o desenvolvimento nacional e para os quais não haja oferta local.
- Incentivar e desenvolver meios financeiros para a Investigação Científica e Tecnológica na UNTL.
- Desenvolver um programa de capacitação da língua portuguesa de todos os docentes do Ensino Técnico e Superior.

Através do Decreto-Lei N.º 2/2008, de 16 de Janeiro, que define a orgânica do Ministério da Educação, foi reafirmada, no n.º 1 do artigo 6º, à Universidade Nacional Timor Lorosa'e, a natureza de estabelecimento público de ensino universitário, dotado de autonomia administrativa, patrimonial, científica e pedagógica, sob a tutela do Governo, relegando, explicitamente, para decreto-lei próprio, a explicitação de organização e funcionamento da mesma.

O documento de referência para a educação mais importante é a Lei de Bases da Educação (LEI N.º 14/2008) – a primeira lei que regula a educação em Timor-Leste. Esta lei, produzida e debatida por vários anos, com ampla participação de lideranças dos distritos, dirigentes educacionais, professores e consultores internacionais foi finalmente aprovada pelo Parlamento Nacional em 29 de Outubro de 2008.

No capítulo reservado ao ensino superior, a Lei de Bases da Educação, define, entre outros aspectos:

- 1) O âmbito e objectivos da educação superior; afirmando que o ensino superior nacional está dividido em ensino superior técnico e ensino universitário, ambos financiados para garantir o máximo de acesso, equidade e qualidade aos alunos;
- 2) O acesso dos estudantes; dizendo que tem acesso a este nível de ensino os indivíduos habilitados com o curso do ensino secundário ou equivalente, que façam prova de capacidade para a sua frequência, ao ensino superior técnico tem também acesso os indivíduos que completarem cursos de formação profissional equivalentes ao ensino secundário, são ainda admitidos maiores de 23 anos que não sendo titulares de habilitação de acesso ao ensino superior, façam os exames ad-hoc realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior;
- 3) Os tipos de curso e graus académicos; declarando que este nível de ensino compreende cursos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento, conferindo, respectivamente, os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor; o ensino superior universitário compreende ainda cursos de pós-graduação, conferindo diploma de pós-graduação.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino superior e suas associações, a Lei estabelece que o ensino superior universitário realiza-se em universidades, institutos universitários e em escolas universitárias não integradas e que o ensino superior técnico realiza-se em institutos politécnicos. Afirma ainda que os estabelecimentos de ensino superior podem associar-se com outros estabelecimentos de ensino superior, nacionais ou estrangeiros, para conferirem os graus académicos e atribuírem os respectivos diplomas.

No que respeita à investigação científica a Lei estabelece que nos estabelecimentos de ensino superior sejam criadas as condições para promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento. Afirma também que a investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes do estabelecimento em que se insere, sem prejuízo da sua perspectivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

A Lei de Bases da Educação afirma ainda que a educação superior poderá ser desenvolvida por instituições de carácter particular e cooperativo, ao reconhecer o valor destas instituições e não as excluindo de nenhum nível de ensino.

O ensino superior está sob a tutela do Ministério da Educação.

Dado que a UNTL é a única universidade pública em Timor-Leste, foi desenvolvido um quadro legislativo para assegurar a autonomia desta instituição. Assim, em Outubro de 2010, foram publicados os Estatutos da UNTL (Decreto-lei n.º 16/2010). Os Estatutos apresentam o “modelo de organização de Universidade Pública a nível nacional, capaz de se adaptar à inovação e evolução do saber e de promover a crescente interdisciplinaridade do conhecimento, bem como a racionalização da gestão dos recursos existentes. Este modelo organizacional considera a necessidade de reforçar a articulação das políticas estratégicas da Universidade e o desenvolvimento económico-social sustentado do País, adoptando a descentralização das suas Unidades Orgânicas pelas diferentes regiões, através da gestão integrada entre o ensino e a investigação aliados às características e as potencialidades económicas, sociais e culturais de cada região.”

Complementando a política da Educação e a Lei de Bases da Educação, em Dezembro de 2010, através do Decreto-lei n.º 21/2010 de 1 de Dezembro, o governo aprova o Regime Geral de Avaliação do Ensino Superior e Cria a Agência Nacional Para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA). Este diploma aprova os regimes jurídicos da avaliação da qualidade e de acreditação dos estabelecimentos do ensino superior, criando a Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, bem como os respectivos estatutos. O disposto neste diploma aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino terciário, superior, técnico e politécnico e a todos os seus ciclos de estudos. A Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académica tem como a missão de avaliar e acreditar os estabelecimentos de ensino superior e seus ciclos de estudos em Timor-Leste. A ANAAA assume a responsabilidade pelos procedimentos de garantia da qualidade desse grau de ensino, nomeadamente os de avaliação e de acreditação, bem como pela conformidade ao Quadro de Qualificações Nacionais de Timor-Leste.

3.2.2. Organização do Ensino Superior

Durante o período português, não havia universidades, nem outros estabelecimentos de ensino superior em Timor-Leste, logo a oportunidade de prosseguir os estudos superiores era uma raríssima exceção a que só os mais afortunados conseguiam aceder, e esses vinham por regra para Portugal.

A primeira universidade do território - *Universitas Timor Timur* (UnTim) foi criada em finais dos anos 80 por iniciativa do então governador Mário Carrascalão, era uma instituição privada, vocacionada para a formação de gestores intermédios, técnicos agrícolas e professores do ensino secundário. Em 1998/99 a UnTim chegou a ter 4 mil estudantes e 73 professores.

Em 1990 foi criado o Politécnico (*Politeknik Dili*). Uma terceira instituição de ensino superior o *Pendidikan Guru Sekolah Dasar* de Dili foi criado na década de 90. Essas instituições seguiam o modelo de educação superior indonésio.

Em Abril de 1999 devido às manifestações dos estudantes a Universidade viria a ser encerrada e mais tarde, em Setembro, destruída, nomeadamente o seu recheio nos incidentes pós-referendo. Por outro lado grande parte dos professores regressou à Indonésia, deixando estes estabelecimentos sem docentes. É de notar que a formação de professores Timorenses nunca foi uma prioridade, até porque trazer professores da Indonésia era favorável às pretensões do regime indonésio da altura.

A Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) foi criada em 2000, por iniciativa dos ex-docentes e ex-alunos dos estabelecimentos de ensino superior existentes na altura (Universidade e Politécnico) com o apoio da UNTAET e em finais de 2000 contava já com cinco mil alunos. Em Julho de 2001 arrancaram o Centro Nacional de Investigação Científica e o Instituto Nacional de Linguística que, entre outras iniciativas, promove o desenvolvimento do Tétum, uma das duas línguas oficiais do país. Com o apoio internacional, a nova UNTL fixou-se nas instalações restauradas do antigo Liceu Dr. António de Carvalho, da antiga Escola Técnica Dr. Silva Cunha, na ex-Escola Canto Resende e, mais tarde, também no espaço do antigo Politécnico de Hera e no edifício que antes tinha albergado a UnTim.

A UNTL é hoje um estabelecimento de ensino superior público dotado de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e de gestão financeira e património próprio. É actualmente ainda a única Universidade pública em Timor-Leste. Tendo terminado os seus estudos na UNTL cerca de 5500 alunos até ao 2011.

“A UNTL serve os propósitos nacionais de ensino e de investigação com vista ao conhecimento especializado da comunidade, promovendo a liberdade de pensamento e fortalecendo a cultura e a democracia timorense” (RTDL 2011, p 22).

Existem actualmente na UNTL sete faculdades: Agricultura, Ciências Políticas, Economia, Ciências da Educação, Engenharia, Direito e Medicina.

A UNTL tem a seguinte visão: 1) produzir graduados com elevado nível intelectual consoante padrões internacionais, assentes na e propensos à pesquisa e à busca científica; 2) munir os formandos de valores humanos fecundos à consciência nacional, inculcando os serviços pelo bem-estar e prosperidade dos concidadãos; 3) promover a compreensão, harmonia e solidariedade entre culturas e povos. A missão da UNTL é promover o ensino a nível superior, a investigação e cooperação com a sociedade, de acordo com as necessidades de Timor-Leste e implementar o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social (UNTL blog, <http://untl-timorleste.blogspot.com/2009>).

Nos primeiros anos pós-referendo houve uma grande proliferação de Universidades, sem qualquer controle. Em 2003 havia 17 instituições de ensino superior em funcionamento, servindo mais de 13.000 alunos, sendo mais de metade alunos da UNTL. No início de 2011 existiam 11 instituições em funcionamento, 9 das quais possuem acreditação académica, servindo cerca de 27.000 alunos. Desde 2009 as matrículas de jovens do sexo feminino no ensino superior melhoraram em 70% (RTDL 2011, p 21).

Quadro 3.2: Instituições e sexo dos alunos que terminaram os seus estudos até 2011

Instituição	Situação	2011		
		Homens	Mulheres	Total
Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)	Acreditada	3.529	1.872	5.401
Universidade da Paz (UNPAZ)	Acreditada	510	351	861
Instituto Empresarial (IOB)	Acreditada	101	97	198
Instituto de Tecnologia de Dili (DIT)	Acreditada	68	47	115
Universidade Oriental (UNITAL)	---	147	64	211
Universidade Dili (UNDIL)	---	321	236	557
Instituto Superior Cristal (ISC)	Acreditada	167	81	248
Academia de Cafe de Timor-Leste (ETICA)	Acreditada	38	11	49
Instituto de Ciencias Religiosas "Sao Tomas de Aquino" (ICR)	Acreditada	34	43	77
Instituto Profissional de Canossa (IPDC)	Acreditada	49		49
Instituto Catolico para Formacao de Professores (ICFP)	Acreditada	79	150	229
Total		5.043	2.952	7.995

Fonte: adaptado de RDTL 2011, p 22

3.2.3. Objectivos e instrumentos da política de cooperação portuguesa no ensino superior em Timor-Leste (desde 1999-2010)

A Cooperação Portuguesa no domínio do Ensino Superior com Timor-Leste começou ainda antes da realização do referendo em 1999, através de acções de colaboração entre a FUP e o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT). Essas acções iniciadas nos anos 80 ainda que pontuais, eram apoiadas financeiramente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e traduziram-se essencialmente na concessão de bolsas estudos para jovens timorenses, com estatuto de refugiados, estudarem em Instituições de Ensino Superior em Portugal.

O sector da educação foi indicado como a primeira prioridade da Cooperação Portuguesa com Timor Leste no relatório apresentado pelo MNE em Maio de 1999, incluindo-se neste sector o domínio do ensino superior e a reintrodução da língua portuguesa (CATTIL 2000).

Durante o Governo Transitório da UNTAET, o Conselheiro para o Ensino Superior do CNRT solicitou ao Governo Português apoio na área da educação. O Conselho de

Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) manifestou desde logo ao Governo Português a sua inteira disponibilidade para colaborar ao nível do ensino superior.

É nesse enquadramento que em Dezembro de 1999, é assinada uma carta de intenções envolvendo o CRUP, a FUP e o CNRT. Nessa carta estavam previstas as seguintes acções:

- Organização de Cursos de Reciclagem de Professores do Ensino Secundário;
- Criação do Instituto de Língua Portuguesa e do Instituto de Língua Tétum;
- Desenvolvimento das áreas de Agronomia, Economia/Gestão, Direito, Ciências e Tecnologia, Ciências Sociais e Humanas na Universidade de Dili;
- Atribuição de Bolsas de Estudo para cursos de graduação e pós graduação.

Neste seguimento, são preparados dois programas distintos de actuação, um de emergência e um outro a médio prazo, ambos planeados, coordenados e implementados pela FUP.

O primeiro programa tinha os seguintes objectivos:

- Assegurar a presença física de portugueses ou falantes de português em território timorense;
- Assegurar o desenvolvimento do português como língua de ensino e aprendizagem;
- Envolver rapidamente jovens timorenses em acções lectivas e de actualização de conhecimentos.

O segundo Programa de acção, a médio prazo, foi desenhado com o objectivo de ajudar à construção da Universidade Nacional de Timor Leste. Depois de definidas as prioridades de cooperação pelo CNRT, foram consideradas prioridades de cooperação as áreas das Ciências Agrárias, Economia, Gestão e Contabilidade, Engenharias e Ciências da Saúde.

As Universidades Públicas, Católica e ISCTE, por solicitação do Ministério da Educação e através do financiamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, viriam a desenvolver, sob a coordenação da FUP, uma proposta concreta de actuação que se dividiu em duas etapas.

Um primeiro programa de voluntariado, que consistiu no envio, pelo período de 3 meses, de docentes das universidades portuguesas visando a introdução da língua portuguesa aos estudantes universitários, através da leccionação de disciplinas específicas como a Matemática, Biologia, Química, etc. Facto que se veio a revelar de difícil execução tendo a maioria dos professores leccionado língua e cultura portuguesa. Esta acção viria a ter lugar entre Abril e Setembro de 2000 e envolveu um total de 50 docentes voluntários.

Um segundo Programa de Cooperação, alargando o espectro de participação aos Institutos Politécnicos, consistia na criação de comissões de trabalho por áreas científicas, que tinham como tarefa desenhar os currículos para cursos superiores a leccionar em Timor Leste, sob a total coordenação portuguesa, ministrados numa primeira fase por docentes portugueses, com a intenção de a médio prazo se verificar uma passagem gradual para os docentes da UNTL, na perspectiva de um desenvolvimento sustentado (Pimentel, 2006).

No ano lectivo de 2001-2002 tiveram início os quatro primeiros cursos de bacharelato e uma licenciatura a decorrerem na UNTL, economia e gestão, ciências agrárias, electrotecnia, informática.

No âmbito do projecto da FUP estiveram no ano Lectivo de 2001/2002 em Timor Leste um total de 40 docentes Portugueses, tendo este número duplicado no ano lectivo de 2002/03, devido ao início do 2º ano das licenciaturas em curso.

Graças à oferta pelo Governo Português de 500 bolsas de estudo para estudantes timorenses do ensino superior, no ano de 2001 ingressaram nas universidades e institutos politécnicos públicos um total de 202 bolseiros timorenses, dos quais 133 frequentaram inicialmente um ano preparatório em escolas secundárias e 69 ingressaram directamente nas instituições do ensino superior. Na 2ª fase de candidaturas, que decorreu entre Setembro e Outubro de 2002, este número viria a aumentar para um total de 219 bolseiros colocados nas Instituições de Ensino Superior Públicas Portuguesas.

Ainda em 2001 o Instituto Camões apoiou a criação do Departamento de Língua Portuguesa da UNTL e o Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas, apoio esse que durou até 2005.

Para além do apoio à reestruturação do ensino superior e da continuação da concessão de bolsas de estudo, o PIC para o período 2000-2002 incluía outros projectos no domínio da educação, tais como: i) Apoio à reorganização do sistema educativo; ii) Formação de professores; iii) Apoio directo à leccionação no ensino secundário e à elaboração de materiais; iv) Ensino da língua portuguesa e v) Criação de um Centro Cultural. Em todos estes projectos há a intervenção de Instituições do Ensino Superior Portuguesas (CATTL 2000).

O programa anual de cooperação com Timor-Leste para o ano de 2003 continuou a ter como intervenções prioritárias o apoio aos diferentes níveis do sistema educativo. Assim foi mantido o apoio à UNTL e a concessão de bolsas de estudo para frequência do ensino superior em Portugal em áreas não leccionadas em Timor-Leste e consideradas prioritárias para a estratégia de desenvolvimento do país.

Um dos eixos prioritários da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste, a nível bilateral, no período 2004-2006 continuou a ser a Educação e o apoio à reintrodução da Língua Portuguesa. O apoio ao ensino superior neste período consubstanciou-se na concretização do protocolo estabelecido entre as autoridades portuguesas e timorenses e continuou a traduzir-se no apoio directo à Universidade Nacional de Timor-Leste, não só através do envio de professores universitários portugueses, para ministrar aulas nos cursos ministrados em Português na UNTL como na formação do corpo docente. Houve também a concessão de bolsas de estudo em Portugal, ou em Timor-Leste, preferencialmente, no caso das bolsas externas, para pós-graduações consideradas determinantes para a estratégia de desenvolvimento do País (IPAD 2004).

De acordo com o PIC 2007-2010 emergem como “eixos prioritários de intervenção para o período 2007-2010, no essencial: (1) A Boa Governação, participação e democracia e (2) O desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Enquadrada no 2º eixo a Educação continuou a ser uma das áreas em que Portugal e Timor-Leste entenderam concentrar os seus esforços.

Assim, Portugal continuou a apoiar a reconstrução do sistema educativo de Timor-Leste tendo como objectivos gerais (IPAD 2008):

- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino através da formação em exercício de professores;
- Apoiar a efectiva reintrodução da Língua Portuguesa como língua de instrução a nível nacional;
- Apoiar a consolidação da Universidade Nacional de Timor-Leste;
- Apoiar a criação de quadros superiores, através da atribuição de bolsas de ensino superior.

De forma atingir os objectivos propostos, entre outras, destacamos, dado envolverem directamente as instituições de ensino superior, as seguintes intervenções:

- Apoio à Universidade Nacional de Timor-Leste, através da leccionação por professores portugueses e apoio ao corpo docente da UNTL, embora se tenha iniciado em 2007 a desafectação faseada com a inerente passagem de alguns cursos para a tutela da UNTL;
- Apoio institucional à UNTL, sob a forma da designação de assessores agentes de cooperação;
- Apoio à sustentabilidade da UNTL através da disponibilização de um contingente de 10 bolsas de estudo, para frequência de cursos pós-graduados em Portugal a docentes daquela Instituição, no quadro do apoio àquela Universidade;
- Bolsas de Estudo, internas e externas, para frequência do ensino superior na UNTL e em Portugal;
- Encargos com estudantes timorenses que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso;

A partir do ano lectivo de 2007/2008 iniciou-se um processo de desafectação faseada dos cursos. No final de 2010 o projecto executado pela FUP tinha como actividades fundamentais a leccionação por professores portugueses do curso de direito a o apoio à capacitação da UNTL.

Simultaneamente foram celebrados protocolos bilaterais entre a UNTL e algumas Universidades Portuguesas para apoio à leccionação e funcionamento de alguns novos cursos (ex. Engenharia Informática e Saúde Animal no âmbito do protocolo com a Universidade de Évora).

A partir do ano lectivo de 2008/2009, o Instituto Camões voltou a assumir a execução da Licenciatura em língua portuguesa que tinha interrompido em 2006.

Em resumo podemos dizer que a cooperação portuguesa com Timor-Leste sempre teve na educação, incluindo o ensino superior, um dos seus eixos prioritários, neste âmbito destaca-se o Programa de Apoio à Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL) e a concessão de bolsas de estudo.

É ainda de referir que a Cooperação Portuguesa no domínio da Ensino Superior tem tido como principais actores o IPAD e as Instituições de Ensino Superior, nomeadamente algumas universidades públicas portuguesas. Tendo estas começado recentemente cooperações bilaterais com a UNTL e outras instituições governamentais timorenses para além da cooperação no âmbito da FUP. Exemplo disso é o “Protocolo de colaboração entre a Universidade Nacional Timor Lorosa’e e a Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora” assinado em Janeiro de 2010 e o “Protocolo entre a Universidade de Évora e a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste”.

Relativamente ao protocolo com a Escola de Ciências e Tecnologia a Universidade de Évora está a prestar apoio aos cursos de saúde animal e informática, leccionados na UNTL, através do envio de docentes da Universidade de Évora. A Universidade de Évora apoia ainda o gabinete de qualidade da UNTL, através do envio de um técnico superior da Universidade de Évora especializado em avaliação e qualidade de ensino.

Com o objectivo de garantir elevados padrões de qualidade, as instituições de ensino superior timorenses deverão ser submetidas a processos de avaliação e acreditação institucional e académica, com carácter universal, obrigatório e periódico (DL 21/2010, de 1 de Dezembro), de acordo com critérios internacionais. Além dos processos de natureza externa, a Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL) prevê ainda nos seus estatutos o desenvolvimento de mecanismos internos de auto-avaliação (DL 16/2010, de 20 de Outubro). Nesse sentido, a UNTL sentiu a necessidade de criar mecanismos permanentes de apoio aos processos internos e externos de avaliação académica.

Ao abrigo do protocolo de cooperação entre a UNTL e a Universidade de Évora, foi criado em 2011 o Gabinete para a Promoção da Qualidade da UNTL com as seguintes atribuições:

- Recolha, tratamento e organização, em suporte informático, da informação necessária à auto-avaliação;
- Elaboração e actualização de indicadores de monitorização da qualidade;
- Promoção da participação dos estudantes e docentes nos processos de auto-avaliação, através da condução de inquéritos de opinião anónimos, da análise e divulgação dos resultados;
- Elaboração de estudos e/ou relatórios relacionados com as questões da avaliação e qualidade do ensino, solicitados pelo Sr. Vice-Reitor dos Assuntos Académicos ou outros órgãos da UNTL.

Relativamente ao protocolo entre a Universidade de Évora e a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais de Timor-Leste (SERN) este tem como objectivo fornecer formação a nível de mestrado na especialidade de Ciências da Terra da Atmosfera e do Espaço (CTAE) a estudantes de Timor-Leste. Este projecto financiado maioritariamente pela SERN está a formar 10 estudantes timorenses que frequentaram com sucesso a parte lectiva do mestrado em Ciências da Terra da Atmosfera e do Espaço, no ramo Processos Geológicos.

Foi feito um esforço de adaptação do curso de mestrado introduzindo conteúdos relativos a Timor-Leste de modo a permitir que os estudantes quando regressassem a Timor-Leste já possuíssem um melhor conhecimento da realidade timorense, servindo também como factor de motivação dos estudantes. Assim, em mais de 50% das disciplinas, assuntos e matérias das geociências de Timor-Leste, foram referidos e utilizados no ensino.

A avaliação dos estudantes pode-se considerar globalmente como bastante positiva já que todos concluíram com sucesso a parte lectiva tendo regressado a Timor para a elaboração das teses, todas elas relacionadas com Timor e orientadas por Professores da Universidade de Évora (Nogueira 2010). Na formação dos alunos foi contemplado cursos adicionais específicos como por exemplo cartografia geológica e preparação de

amostras e a participação dos alunos em congressos científicos. Para uma boa integração dos estudantes, que lhes permitiu ter um ambiente amigável para estudar, foi muito importante o desenvolvimento de actividades complementares. Entre essas actividades destacamos as culturais e as desportivas. Os estudantes também foram envolvidos na recepção de diversas entidades timorenses que visitaram a Universidade de Évora neste período.

O projecto post Cavet (Post-Graduate Systems Development in Cape Verd and East-Timor) é um projecto internacional tripartido (Universidade do Minho, Universidade de Cabo Verde e UNTL) com financiamento do programa europeu EduLink que tem como maior objectivo reforçar a oferta educativa da UniCV e da UNTL, através do desenvolvimento dos seus sistemas de pós-graduação (PG). O projecto teve início em Agosto de 2008 e decorreu ao longo de 36 meses.

No âmbito deste projecto foram desenvolvidos os Cursos de Mestrado em Ciências de Educação, área de especialização em Avaliação, e Mestrado em Sistemas de Informação, ministrados em estreita parceria pela UNTL e pela Universidade do Minho.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE COOPERAÇÃO BILATERAL PORTUGAL TIMOR-LESTE

Neste capítulo analisamos a cooperação bilateral Portugal Timor-Leste utilizando os dados disponíveis e as entrevistas semi-estruturadas realizadas a seis professores timorenses da UNTL.

4.1. Análise da cooperação no ensino superior

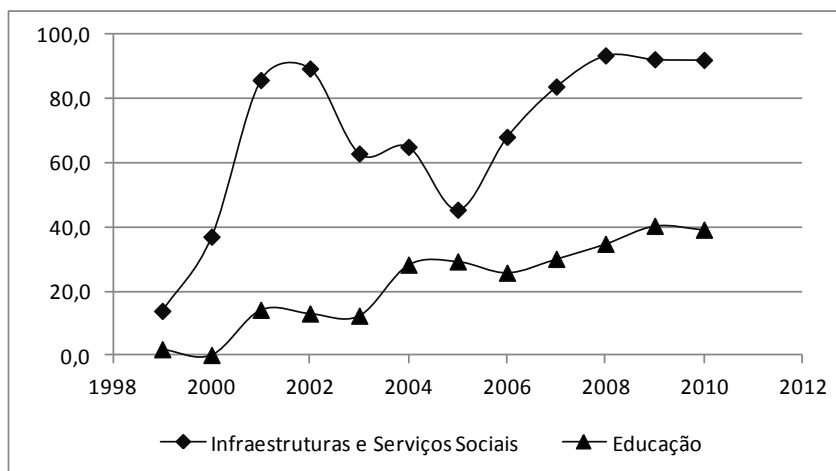
Os dados recolhidos sobre a cooperação no ensino superior estavam disponíveis através dos relatórios do IPAD e outros foram disponibilizados pela FUP. Muitas vezes não foi possível fazer uma desagregação entre a ajuda destinada à educação e a ajuda destinada ao ensino superior. A ajuda à educação está englobada na rubrica infra-estruturas e serviços sociais. O peso desta rubrica, infra-estruturas e serviços sociais, no total da ajuda tem vindo a aumentar representando nos últimos anos mais de 90% do valor da ajuda portuguesa a Timor-Leste. O valor da ajuda para o sector da educação também tem vindo a aumentar e nos últimos anos ronda cerca de 40% do total da ajuda e um pouco mais na rubrica infra-estruturas e serviços sociais (Quadro 1 e Figura 1).

Quadro 4.1: Valor da ajuda total, infra-estruturas e serviços sociais e educação (euros)

Ano	Infra-estruturas e Serviços Sociais		Educação			Total Valor
	Valor	% do total	Valor	% do total	% Infra-estruturas e Serviços Sociais	
1999	8612813	13,9	1206223	1,94	14,0	62067503
2000	21134486	37,0	89915	0,16	0,4	57097824
2001	55536652	85,8	9206938	14,23	16,6	64707703
2002	71959831	89,4	10515967	13,07	14,6	80485352
2003	2367045	62,9	4687209	12,4	19,7	37781235
2004	13367281	65,0	5819752	28,3	43,5	20567931
2005	12679572	45,4	8168847	29,3	64,4	27906805
2006	20903908	68,1	7924617	25,8	37,9	30673710
2007	28685065	83,8	10256739	30,1	35,8	34070839
2008	25269318	93,5	9414882	34,8	37,3	27030169
2009	22956925	92,3	10051638	40,4	43,8	24872320
2010	25331726	92,1	10784672	39,2	42,6	27514387

Fonte: IPAD 2011b

Figura 4.1: Evolução da % da ajuda no total em infra-estruturas e serviços sociais e educação



Fonte: IPAD 2011b

Relativamente ao número de agentes de cooperação na área da educação, verificamos que pelos dados fornecidos pelo IPAD, desde 2003, este tem vindo a diminuir, atingindo em 2010 quase metade dos observados naquele ano.

Quadro 4.2 - Número de agentes de cooperação na área de educação

Ano	Número	Índice (base 2003)
2003	134	100
2004	118	88
2005	133	99
2006	124	93
2007	122	91
2008	119	89
2009	117	87
2010	72	54

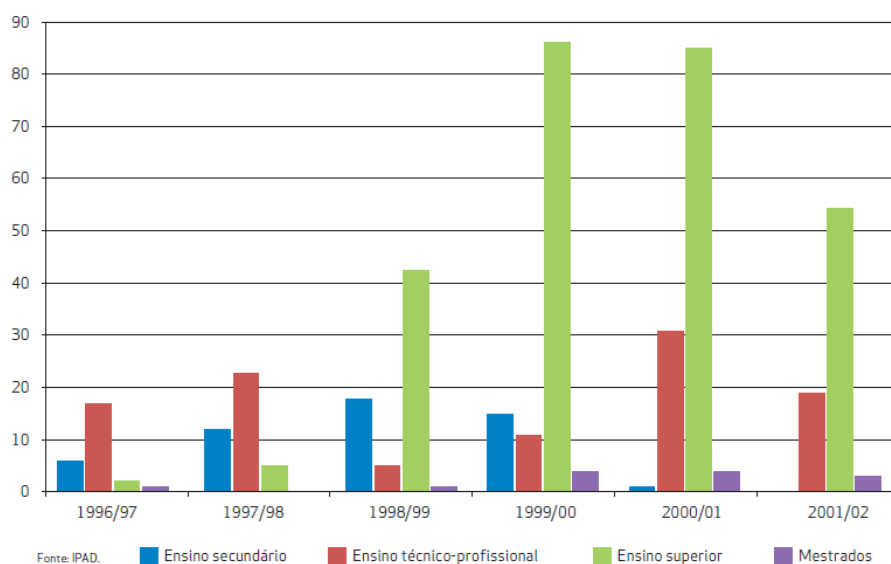
Fonte: IPAD 2011b

O programa de bolsas para a frequência de cursos superiores e de cursos técnico-profissionais por Timorenses, em áreas consideradas pelo Governo Timorense como prioritárias, foi um projecto financiado pela cooperação portuguesa. O programa considerou as bolsas internas para frequência de cursos na UNTL e as bolsas externas para frequência de cursos em Portugal. Foram concedidas 20 bolsas internas em 2005, 10 em 2006 e 40 em 2007.

As bolsas externas iniciaram-se em 1996, sendo que em 2001 foram concedidas 218 bolsas para o ensino superior e politécnico e 116 para o ensino técnico profissional. No

ano lectivo 2004/2005 foram formados em Portugal 71 técnicos, 68 no ensino técnico-profissional, 2 no ensino superior (licenciatura) e 1 mestrado. No início de 2006 beneficiavam do programa de bolsas externas 100 estudantes Timorenses (46 em cursos superiores ou politécnicos e 54 no ensino técnico-profissional).

Figura 4.2: Bolsas externas concedidas entre 1996 e 2001



Fonte: IPAD 2011b

No âmbito das bolsas externas, para o período 2001/2003, das dificuldades encontradas são de destacar as desistências (48), os desaparecimentos (54), as não renovações (17), o cancelamento por falta de aproveitamento (30) e o cancelamento por falta de assiduidade (4).

A partir do ano lectivo de 2006/2007 número de bolsas externas concedidas está indicado no Quadro 4.3 em que o número total de bolsas tem vindo a aumentar e em que as bolsas de mestrado, destinadas a docentes da UNTL começam a ganhar peso nas bolsas concedidas pelo estado português.

Quadro 4.3: Bolsas externas concedidas

	Licenciatura	Mestrado	Total
2006	6	0	6
2007	10	0	10
2008	20	0	20
2009	10	20	30

Fonte: IPAD 2011a; IPAD 2011b

Quadro 4.4 – Valor da ajuda para bolsas de ensino e formação (euros)

Ano	Bolsas de ensino e formação profissional		Total ensino
	Valor	% do ensino	Valor
2005	1027247	12,6	8168847
2006	600664	7,6	7924617
2007	338788	3,3	10256739
2008	271232	2,9	9414882
2009	296735	3,0	10051638

Fonte: IPAD 2011a; IPAD 2011b

Do ponto de vista global a avaliação dos programas de cooperação referem o não aproveitamento na íntegra das bolsas internas enquanto em relação às bolsas externas é referido que é possível melhorar a sua eficácia através da criação de condições de apoio aos estudantes em Portugal.

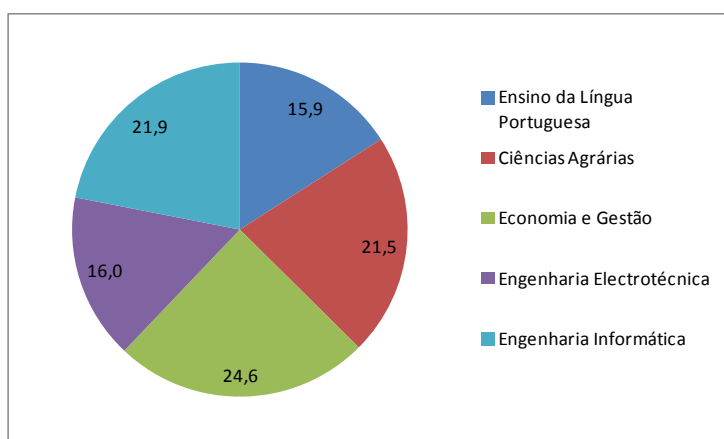
No que diz respeito ao ensino superior na UNTL, para o período 2001-2009, podemos concluir que os cursos da UNTL apoiados pela FUP que admitiram mais alunos foram Economia (24,6%), Engenharia Informática (21,9%) e Ciências Agrárias (21,5%). Os cursos que graduaram mais alunos foram os de Engenharia Informática (24,8%) Economia (23,8%) e Ciências Agrárias (21,8%). Os cursos que apresentaram uma maior taxa entre alunos graduados e admitidos foram Ensino da Língua Portuguesa (53,1%) e Engenharia Informática (51,0%) enquanto o curso de Engenharia Electrotécnica apresentou a mais baixa taxa de sucesso (30,1%), para uma média de 45% de graduações dos alunos admitidos.

Quadro 4.5: Alunos admitidos e graduados dos cursos da FUP – UNTL, 2001-2009

Curso	Admitidos		Graduados		Rácio Graduados/ Admitidos
	Número	%	Número	%	
Ensino da Língua Portuguesa	175	15,9	93	18,8	53,1
Ciências Agrárias	237	21,5	108	21,8	45,6
Economia e Gestão	271	24,6	118	23,8	43,5
Engenharia Electrotécnica	176	16,0	53	10,7	30,1
Engenharia Informática	241	21,9	123	24,8	51,0
Total	1100	100,0	495	100,0	45,0

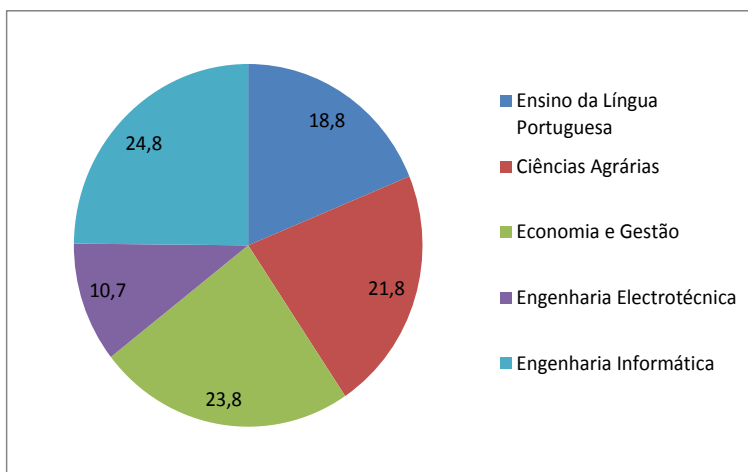
Fonte: Elaboração própria baseado em dados da FUP-UNTL.

Figura 4.3: Distribuição dos alunos admitidos pelos diferentes cursos (%)



Fonte: Elaboração própria baseado em dados da FUP-UNTL.

Figura 4.4: Distribuição dos alunos graduados pelos diferentes cursos (%)



Fonte: Elaboração própria baseado em dados da FUP-UNTL.

Relativamente à ajuda ao ensino superior da UNTL os valores para o triénio 2004-2006 e para o quadriénio 2007-2010 indicam-nos que houve uma redução da mesma, de cerca de 14,5% para cerca de 6,9% do total da ajuda da educação. Esta redução está directamente relacionada com a redução dos cursos de licenciatura na UNTL leccionados por docentes portugueses da FUP/CRUP, economia e gestão, ciências agrárias, electrotecnia e informática. De referir que a partir do ano lectivo 2009/2010, a FUP/CRUP continuou a leccionar a licenciatura em direito e a dar um apoio ao curso de informática da UNTL.

Quadro 4.6: Financiamento do ensino superior da UNTL (euros)

Período	Ensino Superior UNTL		Educação
	Valor	% Educação	Valor
2004-2006	4334863	14,5	29895331
2007-2010	2799349	6,9	40699985

Fonte: IPAD 2007 e IPAD 2011a

4.2. Visão parcial dos agentes envolvidos na cooperação

A visão dos agentes que receberam a cooperação portuguesa é dada neste ponto com base em entrevistas semi-estruturadas conduzidas aos decanos das Faculdades de Engenharia, Economia, Agricultura, Ciências de Educação e ao primeiro Reitor da UNTL. Em primeiro lugar analisamos a entrevista feita ao primeiro reitor da UNTL, Dr. Armindo Maia e depois fazemos uma análise comparativa, por assunto abordado, das opiniões dos decanos das diferentes faculdades sobre a cooperação portuguesa, cursos leccionados pela FUP/CRUP na UNTL em língua portuguesa.

Começamos por uma breve análise de conteúdo da entrevista ao primeiro Reitor da UNTL. Este como primeiro Reitor da UNTL acompanhou o processo negocial, refere que a participação da FUP em Timor-Leste, particularmente no âmbito do Ensino Superior começou em meados de 2000. Na altura, Timor-Leste não tinha ainda o Governo Constitucional, era o tempo do governo transição da UNTAET das Nações Unidas, e por outro lado a liderança de Timor-Leste, estava sob a organização do Concelho Nacional da Resistência Timor (CNRT). Dentro desta estrutura, o padre Filomeno Jacob, estava o cargo das questões sociais que incluía a educação e a saúde. Neste âmbito o padre Filomeno Jacob, deslocou-se a Portugal para analisar a

cooperação com as autoridades portuguesas particularmente na área da educação. Na altura a ajuda do governo português era coordenada pelo Comissariado Para o Apoio à Transição de Timor Leste (CATTL).

As primeiras abordagens relativamente à presença da FUP foram para definir os moldes em que a FUP poderia participar na cooperação com Timor-Leste através da abertura de cursos de diploma ou bacharelato a partir de 2001. A proposta inicial de cooperação partiu e foi feita por Timor-Leste. O primeiro acordo de cooperação para o ensino superior feito pelo padre Filomeno Jacob, foi instituído na altura em que assumiu o cargo de Reitor da UNTL e começou a implementar, sendo a sua execução feita com mais esforço e cooperação pelo seu sucessor reitor Benjamin Corte-Real.

A cooperação bilateral da FUP com a UNTL incluía várias universidades públicas portuguesas que destacavam os docentes para a leccionação dos cursos nas áreas de agricultura, economia, informática, engenharia e direito enquanto a UNTL limitava-se a facultar as facilidades de espaço físico (salas de aula, materiais e equipamentos) e obviamente alunos. Os docentes portugueses permaneciam cerca de 2 a 3 meses em Timor-Leste. Os objectivos desta cooperação foram a formação de quadros timorenses a nível de ensino superior nas várias áreas de conhecimento e inscritas no acordo FUP/UNTL. O alojamento em Timor-Leste e o financiamento da ida dos docentes ficou a cargo da FUP.

Na conjuntura de 2000/2001 os pontos fortes foram a necessidade da UNTL ter alternativas em termos de ensino superior ao sistema Indonésio e à língua Indonésia. Esta necessidade aconteceu depois dos líderes terem decidido que a língua portuguesa seria a língua oficial de Timor-Leste e nesse contexto a aproximação a um sistema mais ou menos Lusófono era o ideal, mas impossível de concretizar na altura com professores timorenses. A alternativa com professores portugueses foi a possível, com os alunos timorenses a passarem por uma fase de preparação.

O ponto fraco é que os alunos timorenses e professores portugueses não estavam prontos ou preparados para uma mudança de sistema a qual acarreta de vários desafios. Destacamos que os alunos não estavam preparados para uma língua nova e um sistema de ensino novo, e os professores vindo de Portugal, país com um nível de

desenvolvimento avançado, não estavam preparados para se adaptar a uma nova cultura e uma nova mentalidade, a realidade Timor-Leste. Apesar destas dificuldades, os alunos também foram vencendo as dificuldades e desafios e também os professores foram gradualmente ambientando-se e adaptando-se à realidade de Timor-Leste. A grande lacuna foi os cursos não poderem ter sido assumidos por docentes timorenses, pois não foi possível planear e concretizar esse objectivo por falta de formação dos docentes timorenses. Infelizmente não houve uma substituição dos professores da FUP por professores da UNTL, pois só nos últimos 3 a 4 anos é que a UNTL conseguiu formar professores para fazer face ao seu futuro desenvolvimento.

A concretização do programa teve sucesso pelos graduados que teve e que estão a trabalhar em instituições governamentais e não-governamentais. Ultimamente a reitoria mudou a sua aposta dos bacharelatos/licenciaturas para as pós-graduações.

Relativamente às modalidades de cooperação o Ministério da Educação terá que fazer uma opção sobre uma cooperação em que a FUP desempenha um papel de sombrinha ou uma cooperação da UNTL com cada uma das universidades isoladas. A existência de uma união universitária em língua portuguesa vai depender muito da política do governo timorense.

As respostas dos diferentes decanos às entrevistas semi-estruturadas realizadas, foram analisadas de modo comparativo, de modo a evidenciar os diferentes pontos de vista em relação aos cursos da FUP/UNTL, o que se descreve de seguida.

Relativamente à forma como as faculdades da UNTL entenderam os cursos da FUP em língua portuguesa os decanos salientam aspectos diferentes. O decano da Faculdade de Engenharia refere a criação do Departamento de Informática da UNTL, a graduação de estudantes que já estão no mercado de trabalho, a formação de docentes em Portugal, a cooperação com a Universidade de Évora. O decano do Departamento de Economia realça o início do programa em 2002 e o fim em 2008. O decano da Faculdade de Agricultura refere o número reduzido de estudantes no início devido à barreira da língua e de graduados no final do programa. O decano da Faculdade de Ciências da Educação salienta os acordos firmados entre a FUP e a UNTL para a aprendizagem da língua portuguesa. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere o início da cooperação com

a FUP em 2000 e nesse ano o ensino da língua portuguesa a estudantes finalistas do UNTIM e do Politécnico de Díli.

No que diz respeito aos objectivos da cooperação, o decano da Faculdade de Engenharia realça a abertura de cursos em língua portuguesa, a formação de jovens para poderem trabalhar em qualquer lado e a ida dos melhores para continuarem os estudos em Portugal. O decano da Faculdade de Economia realça o desenvolvimento da língua portuguesa na UNTL, a formação de gestores e economistas com o grau de bacharelato e a passagem de alunos dos cursos FUP para o curso de licenciatura da UNTL. O decano da Faculdade de Agricultura salienta a elevação dos recursos humanos de Timor-Leste e a transformação da língua. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta a importância do apoio para a reintrodução da língua e o apoio ao desenvolvimento do currículo. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere as respostas às necessidades identificadas pelo Governo Timorense em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país como os cursos de Engenharia Informática e Electrotécnica.

Em relação à participação na definição dos objectivos da cooperação, o decano da Faculdade de Engenharia refere a importância da língua portuguesa e do curso de informática para a formação tecnológica dos jovens timorenses. O decano da Faculdade de Economia realça que a FUP nunca fez cooperação com a Faculdade de Economia desde o processo de aprendizagem até a graduação, a cooperação só existe na graduação. O decano da Faculdade de Agricultura salienta que a cooperação foi definida a nível ministerial, mas que a cooperação portuguesa veio para ajudar e apoiar os estudantes na aprendizagem em ciências e línguas, mas também na formação de professores para o futuro. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta a participação dos professores portugueses nos programas, currículos e métodos de ensino. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere as definições dos objectivos foram efectuadas através das reuniões e consultas com o governo de Timor Leste, direcção da UNTL, Faculdade da Engenharia e com os responsáveis do CRUP/FUP.

Em relação à avaliação da cooperação da FUP/UNTL, o decano da Faculdade de Engenharia refere que ao colaborar no projecto no passado como chefe de Departamento teve que resolver muitos problemas em colaboração com os docentes

portugueses achando que a cooperação foi feita com sucesso, mas difícil de avaliar pois os docentes vieram de Portugal. O decano da Faculdade de Economia realça que a faculdade nunca fez a avaliação do processo de aprendizagem da FUP e não tem possibilidades de a fazer sublinhando que não houve uma boa cooperação entre a FUP e a faculdade e por isso a cooperação foi um falhanço. O decano da Faculdade de Agricultura salienta que avaliar a cooperação é avaliar trabalhar em conjunto, mas como avaliar se o sistema é diferente pois a FUP muda de professores de três em três meses. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta que compete à UNTL fazer a avaliação, mas que a faculdade beneficiou desta cooperação em termos académicos, de ensino e aprendizagem. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere que essa avaliação é da competência da FUP que o avaliou em termos académicos, mas que o Senado da UNTL o avaliou em termos operacionais.

Em relação ao entendimento sobre a cooperação FUP/UNTL, o decano da Faculdade de Economia realça que a faculdade nunca conheceu o programa da FUP porque não há conhecimento nem cooperação em termos de reuniões ou encontros e discussões sobre os programas implementados na faculdade, mas essa cooperação parece que existe ao nível de universidade. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta que o programa da FUP às vezes correu bem outras não, mas que o programa da FUP exige algumas situações condições que a UNTL ainda não pode oferecer.

Em relação às vantagens e desvantagens da cooperação, o decano da Faculdade de Engenharia que as vantagens foram a formação de jovens nas áreas de engenharia e de língua portuguesa e que estão agora no mercado de trabalho. O decano da Faculdade de Economia realça a formação de jovens em língua portuguesa e a sua graduação permitindo que estejam a trabalhar em instituições de nomeada enquanto as desvantagens são muitos dos alunos que ficaram pelo caminho por não dominarem o português. O decano da Faculdade de Agricultura salienta a formação dos jovens que estão todos empregados, o conhecimento da língua portuguesa e a ajuda aos docentes timorenses na partilha da ciência e inteligência enquanto as desvantagens são a falta de sustentabilidade do projecto e o trocar de professores todos os trimestres. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta a importância do projecto para a reintrodução da língua, métodos de ensino e desenvolvimento curricular. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere que a cooperação criou um novo ambiente de

conhecimento e convivência da UNTL com as universidades portuguesas através das actividades de interacção; introduziu novos sistemas de gestão e avaliação na UNTL; disponibilizou os equipamentos aos laboratórios e às faculdades; formou graduados que são muito procurados no mercado de trabalho Timorense principalmente nas instituições públicas mas também privadas e respeitados pela sociedade timorense; enquanto as desvantagens dizem respeito a não haver planos de sustentabilidade dos cursos e os encerramentos e transferências dos cursos de FUP para a UNTL não são bem organizados.

Em relação ao que funcionou ou não funcionou como desejado, o decano da Faculdade de Engenharia refere o facto do programa ter terminado já e que o programa devia continuar para licenciaturas, mestrados e doutoramentos. O decano da Faculdade de Economia realça o facto do programa ter tido sucesso com o bacharelato mas não ter fornecido a licenciatura. O decano da Faculdade de Agricultura salienta que a FUP fez muita coisa na área do ensino e aprendizagem e que um próximo programa deveria ser assente na partilha dos recursos entre a UNTL e a FUP dada a distância de Portugal. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta que ainda há muita coisa que precisamos de fazer e completar como novos programas e novos planos de modo a melhorar os recursos humanos e outros de modo a desenvolver e melhorar a educação.

Em relação ao que feito que não poderia sê-lo sem a cooperação da FUP, o decano da Faculdade de Engenharia refere a importância do curso e do Departamento de Informática. O decano da Faculdade de Economia realça a graduação dos jovens e a sua inserção no mercado de trabalho. O decano da Faculdade de Agricultura salienta a graduação de alunos, que o curso em língua portuguesa não deveria ter fechado e que é preciso o apoio da FUP para outros assuntos. O decano da Faculdade de Ciências de Educação salienta que tudo depende dos acordos assinados pela UNTL. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere o curso de Engenharia Informática e Electrotécnica em português.

Em relação à participação da FUP em futuros projectos, o decano da Faculdade de Engenharia refere a formação dos docentes em Portugal e a ida de docentes portugueses para apoiar a faculdade. O decano da Faculdade de Economia realça a importância da FUP reabrir para proporcionar aos estudantes que fizeram o bacharelato a conclusão da

licenciatura. O decano da Faculdade de Agricultura salienta o apoio para outros subsectores como as florestas e mar. O ex-decano da Faculdade de Engenharia refere a importância dos docentes da FUP apoiarem os cursos da UNTL em termos técnicos e académicos.

Conclusão

O papel do ensino no desenvolvimento é tido como verdadeiro e é o principal mecanismo institucional para o desenvolvimento das capacidades e dos conhecimentos humanos principalmente através do sistema de educação formal. Quanto mais educação, mais rápido o desenvolvimento esperado. Por isso, muitos países comprometeram-se com a meta da instrução primária universal no mais curto prazo possível.

Relativamente a Timor-Leste, um país em desenvolvimento, faz todo o sentido realçar a importância crítica da capacidade dos recursos humanos providenciados pelos diferentes níveis de ensino. É um direito de todos os cidadãos o acesso à educação e à aquisição de mais competências que lhes permitam competir no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento do país.

Em Timor-Leste o artigo 59.º da Constituição da RDTL atribui ao Estado a criação de um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e, na medida das possibilidades, gratuito, de acordo com a lei, garante a todos os cidadãos o direito e a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional.

O ensino, de acordo com a lei de bases da educação, está organizado em pré-escolar, educação escolar, educação extra-escolar e formação profissional. O ensino superior é uma das componentes da educação escolar imprescindíveis ao desenvolvimento no domínio da educação. A garantia de um bom nível de qualificação neste grau de ensino é determinada pelo bom desempenho nos outros níveis educativos. O ensino superior é importante para o desenvolvimento e consolidação das instituições, assumindo-se como um dos sustentáculos do desenvolvimento abrangente.

A língua portuguesa foi, desde o início do processo de restauração da independência de Timor-Leste, a língua escolhida para língua oficial. Esta opção foi determinada por questões culturais e históricas, e também por factores afectivos, mas principalmente para se estabelecer um traço claro de demarcação entre Timor-Leste e os vizinhos mais próximos, a Austrália e a Indonésia. Nas escolhas políticas dos Governos de Timor-Leste a educação assumiu sempre um lugar de destaque, por isso, o objectivo prioritário

de uma profunda mudança educativa, que, entre outros aspectos de formação, contempla a substituição da língua indonésia pela língua portuguesa em todo o sistema educativo. A cooperação portuguesa com Timor-Leste foi desde o princípio dominada pela cooperação na área da educação, em que a questão da reintrodução da língua portuguesa e o apoio ao desenvolvimento do ensino superior foram temas dominantes.

Com base nos resultados encontrados no presente trabalho, conclui-se que a cooperação na área da educação, englobada na rubrica infraestruturas e serviços sociais, ocupou a fatia mais importante dos recursos portugueses canalizados para a cooperação com Timor-Leste. Na educação será de realçar o apoio à reintrodução da língua portuguesa e ao desenvolvimento do ensino superior.

O desenvolvimento ao ensino superior foi baseado em duas componentes, concessão de bolsas internas e de bolsas externas e a leccionação na UNTL dos cursos em língua portuguesa de Economia, Engenharia Informática, Ciências Agrárias, Ensino da Língua Portuguesa, Engenharia Electrotécnica e Direito. Estes cursos ajudaram a formar um conjunto de quadros com um padrão de formação e exigência diferentes dos que existiam durante a ocupação Indonésia. A grande maioria destes quadros desempenham funções na esfera privada e ou pública.

A leccionação destes cursos na UNTL, de acordo com a visão dos principais responsáveis das faculdades da UNTL, não teve um efeito directo e visível na organização e no ensino dos cursos leccionados por docentes timorenses. As razões apontadas são várias, mas sobressai o pouco tempo de permanência dos docentes portugueses em Timor-Leste, não dando espaço para o conhecimento da realidade timorense e para o desenvolvimento de uma interacção com os docentes das diferentes faculdades da UNTL.

O ensino superior em Timor-Leste encontra-se ainda num estado de fragilidade organizacional, científica e pedagógica que requer investimento em recursos humanos, em recursos físicos, em organização e exigência, e em mecanismos de avaliação. A tarefa da cooperação internacional, incluindo-se aqui a cooperação portuguesa, na área do ensino superior será essencialmente na formação dos recursos docentes de Timor-

Leste, incluindo nessa formação a introdução de mecanismos de exigência, rigor e de avaliação e auto-avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, M. M., Fernandes, A. P., 2005, abCD Introdução à Cooperação para o desenvolvimento, Ed. Instituto Marquês de Vale Flôr.

Almeida, P. R., Revista Espaço Académico - Ano I – Nº 05 – Outubro/2001 – Mensal – ISSN 1519.6186). (Ideologia da política externa).WWW.espacoacademico.com.br/.../05almeida.htm (Acesso em:14-03-11)

António J A, 2006, “A CPLP e a Cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados Membros, um exemplo – Angola”; Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Atlas de Timor-Leste, 2001, cit.em ; Gusmão M.M., 2010, Cooperação Bilateral Brasil Timor-Leste na Profissionalização docente em serviço “Perspectivas e desafios do Século XXI: Tese de Mestrado em Ciência Sociais, CEPPAC/UNB.

Ayllon, 2006, Revista de Economia & Relações Internacionais, Volume 5 / número 8, ISSN 1667-4973.

Azi, I. C. A., 2009, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Aspectos Gerais da Teoria e a Experiência do Programa Ribeira Azul, Tese Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador.

Barreto, A. V., 2003, Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, A.R. et al. (Org). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto,2003.

Bolina, M., 2005, Timor e a Língua Portuguesa no seu Projecto Educativo; Revista Lusófona de Educação, nº006. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia, Lisboa, Portugal. WWW.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a12.pdf- (Acesso em;11-04-2011).

Branco, C, 2005, A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios. WWW.ces.uc.pt/e.../@cetera%20%20%20Carlos%20Branco.pdf (Acesso em: 30-05-2011)

Carmo, H., 2003: A educação intercultural: uma estratégia para o desenvolvimento, ISPA, 23-31 de Maio de 2000 (conferência).cit. em Conceição, 2009.

CATTL, 2000, “Programa Indicativo da Cooperação Portuguesa para Apoio à Transição de Timor Leste ,”Gabinete do Comissário Para o Apoio à Transição de Timor Leste/Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Junho 2000

CEDH, Convenção Europeia dos Direitos Humanos, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-04-11-950-ets-5.html> consultada em 4 de Dezembro de 2011.

Coelho, T.M.S.B., 2003, Integração Económica Regional: Que perspectivas para Timor-Leste (A ASEAN E O GRUPO ACP) Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.

Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Missão de Ligação da Administração Transitória de Timor-Leste, Lisboa, Maio de 2002

Cooperação portuguesa no sector agrícola; Relatório de atividades, 2001,Ed: Divisão de cooperação para o Desenvolvimento, Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Decreto-Lei N° 2/2008 Orgânica do Ministério da Educação.

Decreto-lei n.º 16/2010 de 20 de Outubro, Estatuto da Universidade Nacional Timor Lorosa’e.

Degnbol–Martinussen, J.C., Engberg, P.A.I.D., 1999: understanding international development corporation. London: ZED Books, Consultado em 4 de Dezembro de 2011

Desenvolvimento e cooperação internacional; Revista Espaço Acadêmico – Nº 33 – Fevereiro/2004 – Mensal – ISSN 1519.6186)www.espacoacademico.com.br/.../33andrioli.htm-) Acesso em: 22-09-2011

Despacho Nº 9/ 2010, DESPACHO Nº 9 / GM / ME /2010 de 30 de Julho de 2010

Diário da República – I SÉRIE-B: Nº 244-22 de Dezembro, 2005

Dina, A., 2001, Revista Elo; Cooperação e Desenvolvimento; Nº 35 – ANO 10 – 2001.

Educação em Portugal-Ensino Superior. Relatório Nacional de 2004 – VO.II. Ed. Ministério da Ciência, da Inovação e do Ensino Superior.

Eveline, & Mandep, 2008: Alcançar os nossos objectivos de desenvolvimento: Por que razão é importante a eficácia da Ajuda?

Fernandes, A.P.,2004, Cooperação para o desenvolvimento; Ficha Formativa Nº2, Instituto Marquês de Valle Flôr

Ficha de Projecto, 2007, Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário em comunidades abrangidas pelas “Casas Abertas”.

WWW.gep.mtss.gov.pt/cooperacao/.../timor2007_2009_casas_abertas.pdf (Acesso em: 20 de Abril de 2011).

FUP, 2009, Programa de Cooperação CRUP/FUP com Timor Leste, disponível em <http://www.fup.pt/?p=FF9> consultado em 4 de Dezembro de 2011

Geoffrey, H., 2001, Timor-Lorosae: identidade, lian no política educacional (Timor-Leste: identidade, língua e política educacional). Lisboa: Instituto Camões.3.8. A perspectiva das autoridades timorenses.

Gertil, 2001, Plano Estratégico de Reconstrução e Desenvolvimento de Timor-Leste (PETIL); Faculdade de Agricultura – Universidade Técnica de Lisboa.

Glossário, Ficha Formativa Nº12, Dezembro de 2004

Gorjão, P., 2002, O fim de um ciclo: as políticas externas da Austrália e de Portugal em relação a Timor-Leste; *Análise Social*, Vol, XXXII.

Gusmão, 2002, Disponível em www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm consultada em XXXX

Gusmão, X., 2002, A locução proferida em Brasília, no dia 1 de Agosto de 2002. IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2002. Disponível em: WWW.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm (Acesso em;14-04-2011).

Hermenegildo, R.S, 2010, Revista Militar desde 1948: A Política Externa de Portugal para a PESC: O caso de Timor-Leste, WWW.revistamilitar.pt/modules/.../article.php?id... (Acesso em:18 de Maio de 2011).

IPAD 1999, A cooperação portuguesa no limiar do século XXI; Documento de orientação estratégica;1999; Nº 115/99 SÉRIE I-B
(WWW.caecplp.org/politicas/portugal/.../cooperacao_portuguesa.pdf) (Acesso em:12-5-201)

IPAD 1999, A cooperação portuguesa no limiar do século XXI; Documento de orientação estratégica;1999; Nº 115/99 SÉRIE I-B
(WWW.caecplp.org/politicas/portugal/.../cooperacao_portuguesa.pdf) (Acesso em:12-5-201)

IPAD, 2004, Programa indicativo de Cooperação Portugal: Timor 2004 – 2006, Lisboa, Maio 2004.

IPAD, 2007, Avaliação do programa indicativo de Timor-Leste 2004-2006, IPAD.

IPAD, 2008, Programa indicativo de Cooperação Portugal: Timor-Leste 2007-2010,

IPAD,2009, Cooperação Portuguesa; Proposta do Grupo Temático do Fórum de Documento de Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação.

IPAD, 2009, Estratégia para a Educação – Versão Final;Março de 2009

IPAD, 2009, Projecto de reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste, Lisboa.

IPAD;2009; Proposta do grupo temático do fórum de documento de estratégia da cooperação portuguesa para a educação.

IPAD, 2010,´´Bolça de agentes de Cooperação´´, Agentes da Cooperação;
<http://ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com;>(Acesso em: 29-11-2010)

IPAD, 2010a, Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação, Lisboa.

IPAD, 2010b, Projecto de consolidação da língua portuguesa – reunião de acompanhamento, Díli.

IPAD, 2011a, Avaliação conjunta do programa indicativo de cooperação Portugal – Timor-Leste 2007-2010.

IPAD, 2011b, Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento, Lisboa.

IPAD, 2011c, A Cooperação Portuguesa 2005-2010, Lisboa.

Janus, 2004; A cooperação com Timor-Leste na área da justiça; Disponível em:
WWW.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2004_3_1_13_c.html (Acesso em:30-06-2010).

Janus,2002, A política de cooperação portuguesa; WWW.janusonline.pt/2002/2002_3_3_6.html (Acesso em:11-10-2010).

Lei N.º 14/2008, Lei de Bases da Educação, [Jornal da República Série I, N.º 40](#) de 29 de Janeiro de 2008, RDTL, Díli.

Martin, F. A., 1979, Los dos métodos de las Ciencias Sociales, Centro de Investigaciones Sociológicas – CIS.

Martins, B., 2010, Cooperação Europeia com África – Portugal e a CPLP; Coimbra; Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Disponível em: www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2010002.pdf (Acesso em: 18-04-2011)

Mendes, C. M., 2007: Economia Introdução, Cícero Antônio de Oliveira Tredezini Fernando Tadeu de Miranda Borges Mayra Batista Bitencourt Fagundes, (WWW.ufpi.br/uapi/conteudo/disciplinas/economia_pdf (ACcesso em: 23-09-11).

Mesquita, 2002, A cooperação portuguesa com Timor-Leste, Disponível em: WWW.janusonline.pt (Acesso em:18-04-2011).

Ministério da Educação de Timor-Leste (ME), 2007, Política Nacional da Educação 2007-2012 (policopiado), Díli.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, Gabinete de Informação e Imprensa; Plano de Cooperação entre Portugal e Timor-Leste.

Ministério dos Negócios Estrangeiros; Gabinete de Informação e Imprensa; Plano Anual de Cooperação entre Portugal e Timor-Leste,2005.

Moreira, A., 2008, Teoria das Relações Internacionais; Ed; 6, Almedina, 2008

Moreira, S. B., 2005: A cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento, Anuário da Economia Portuguesa, 2005.

Motta, C., Correia J., 2004, Estudos comemorativos dos 15 anos da licenciatura em Relações Internacionais. Vol. II. Ed. Universidade Lusíada Editora

Nogueira, Pedro, 2010, Relatório anual do projecto de cooperação entre a SERN e a Universidade de Évora, Novembro de 2010

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Relatório de Portugal, 2004; Ed.Direção de Serviços de Planeamento Financeiro e Programação; Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento,

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

OCDE; cit.in Imperial, (2006); Segundo, MARTINS.B. 2010: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Cooperação Europeia com África-Portugal e a CPLP.

Oliveira, G., 2002, Revista da FAE: Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento (WWW.fae.edu/publicacoes/pdf/revista.../uma_discussao_sobre.pdf) Acesso em: 15-7-2011.

ONGD, 2004, Os Atores da Cooperação para o Desenvolvimento; Ficha Normativa N°1, 2004

PAC, 2005, Plano Anual de Cooperação entre Portugal e Timor-Leste para 2005

Pazeto, A., 2007, Página Aberta; Desafios da organização e da regulação da educação superior em Timor-Leste e a questão da capacitação institucional. Disponível em: WWW.scielo.br/pdf/ensaio/v15n56/a07v1556.pdf (Acesso em: 8-04-2011).

PIDDESC, Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/DireitosHumanos/3_1/IIIPAG3_1_4.htm

Pimentel, Mónica, 2006, Modelos de Cooperação Portuguesa para o Ensino Superior, Dissertação de Mestrado em Políticas e Gestão do Ensino Superior, Universidade de Aveiro.

Plano Estratégico de Reconstrução e Desenvolvimento de Timor-Leste, PETIL, 2001.

Plano Indicativo de Cooperação,

http://WWW.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=282&Itemid=252
(Acesso em:26-10-2010).

PNUD, 2003, ct. em, Mesquita, 2005; A política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento, Lisboa, 2005. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. WWW.ipad.mne.gov.pt/index.php/...-

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Relatório sobre

Desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

Programa Indicativo de Cooperação; Portugal:Timor, 2007-2010; Ed.Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008.

Projecto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste, 2007:

Proposta do grupo temático do forum de documento de estratégia da cooperação portuguesa para a educação, 2009.

Raquel, F., 2011, A Cooperação Multilateral no contexto da União Europeia; Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento; Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; Documento de Trabalho N° 93.

RDTL, 2002, Plano Nacional de Desenvolvimento disponível em http://www.pm.gov.tp/NDP_Part3.pdf

RDTL, 2005, Política Nacional da Educação 2005-2009 do Ministério da Educação e Cultura da RDTL aprovada pelo Conselho de Ministros em Maio 2005

RDTL, 2011, Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 - Versão submetida ao Parlamento, Díli.

Relatório, 2004: A segurança de Timor-Leste e o contexto Regional: Desafios para a política de cooperação Militar Portuguesa: Disponível em: WWW.ieei.pt/files/A_SEGURANCA_DE_TIMOR.pdf (Acesso em:15-04-2011).

Relatório de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste; (2002); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

Revista Espaço Académico - N° 33 – Feve./2004 – Mensal – ISSN 1519.6186(www.espacoacademico.com.br/.../33andrioli.htm-) Acesso em: 6-05-2011)

Resolução do Governo 3/2007 Aprova a Política Nacional da Educação, Jornal da República Série I, N.º 6 de 21 de Março de 2007, RDTL, Díli.

Reuter, P., 1969, Instituições Internacionais; Ed: Rolim, 1969

Rizzi, R., 1999; *Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 48, p.51-75, jul.2010*. Disponível em: [http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos\(cit.in.Kamila](http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos(cit.in.Kamila) A construção do Estado no Timor-Leste: colonização, ocupação e independência, Resistir é vencer.(Acesso em: 9-05-2011).

Rolo, J.M.,1986, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Rosa, M.C.S., 2006, Timor como caso e Exemplo: Tese de Mestrado em Realções Interculturais.

Rosely, Forganés., História: Timor 500 anos de sangue, cinsas, lágrimas e solidão www.timorcrocodilovoador.com.br/arte_no_timor.htm - Acesso em: (18-04-2011

Sangreman , C., 2009, A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa; Lisboa, 2009; Documento de Trabalho nº80. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento; Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Santos, A.M.,1993, O sistema Jurídico de Timor-Leste – Evolução e Perspectivas; Ed. Lisboa; Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa,1993 (WWW.fd.ul.pr/Portals/0/Docs/.../ Acesso em: 18 de Maio de 2011)

Serra, A.A., 2004, Timor-Leste: os caminhos do desenvolvimento e a cooperação lusófona. pascal.iseg.utl.pt/~cesa/serra%20aulp2a.pdf (Acesso em: 11 de Junho de 2011).

Soares, S.,2000, Portugal Timor-Leste reconstrução para o desenvolvimento; Ed. Do gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste/Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação; Lisboa; junho 2000.

Timor-Leste; Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. (Acesso em 30 de Maio de 2011) pt.wikipedia.org/wiki/Timor-Leste, Timor-Leste: Plano Estratégico de Desenvolvimento: 2011-2030: [WWW.laohamutuk.org/econ/.../Plano -Estrategico-Desenvolvimento-TL3.pdf](http://WWW.laohamutuk.org/econ/.../Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL3.pdf) (Acesso em: 6 de Outubro de 2011).

Todaro, M., 1981, Introdução a Economia; Uma visão para o Terceiro Mundo. Ed. Campos, 1981.

Vieira, M.E.O., 2008, UNTL: Timor-Leste – Peacekeeping – State-building e Geopolítica; (5 de Maio de 2011 untl-timorleste.blogspot.com/.../timor-leste-peacekeeping-state-building.html – [UNTL Blog, disponível em http://untl-timorleste.blogspot.com/2009/01/universidade-nacional-timor-lorosae.html](http://untl-timorleste.blogspot.com/2009/01/universidade-nacional-timor-lorosae.html) consultado em 4 de Dezembro de 2011

IPAD;(2010),http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=388&Itemid=32 29-11-2010.

WWW.timorcrocodilovoador.com.br/geografia-mauricio_waldman.htm- (Acesso em. 6-05-2011).

WWW.timorcrocodilovoador.com.br/geografia-mauricio_waldman.htm- (Acesso em. 6-05-2011).

ANEXO 1

Entrevista ao Decano da Faculdade Engenharia. (UNTL)

Gabriel.

Pergunta: O que é que você entendeu com a existência da FUP na UNTL.

R: A existência da FUB na UNTL, no início da cooperação entre a UNTL e o INSTITUTO Português aqui em cada faculdade principalmente na minha faculdade de Engenharia como ciências engenharia e tecnologia tenho dois departamentos, departamento informática e departamento electrotécnica FUP. Depois da primeira graduação e segunda graduação alguns deles já estão a trabalhar nas instituições do governo e também no Timor Telecom, e também alguns estão a continuar os estudos em Portugal para o futuro da Faculdade de Engenharia e, a cooperação da FUP terminou, mas o departamento está a continuar a electrotécnica transferiu-se para o curso regular, mas a informática está a continuar como um novo departamento na nossa Faculdade e agora tem como o novo Reitor decide para Hera e, portanto todas as actividades vão concentrar em Hera. O que é que estamos a pensar temos de criar um lugar seguro para que o leccionamento de actividades teóricas e práticas pode realizar tudo em Hera e, como ainda temos professores nesta área de informática então continuamos os professores portugueses no entanto os professores que venham de Évora a apoiar nesta faculdade principalmente no departamento de informática, estamos aguardar que os professores que mandaram para Portugal a fazerem mestrados e doutoramento.

Pergunta: Quais os objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: O objectivo no início tende a abrir os cursos tudo em língua portuguesa depois de terminar o curso pode trabalhar em qualquer lado mas, o objectivo principal é formar os jovens timorenses com a língua portuguesa depois o resultado é depois de três anos da primeira graduação e da segunda graduação e a continuação muitos foram aproveitados com o resultado muito brilhante e, alguns continuaram em Portugal e também alguns estão a trabalhar com uma formação muito favorável.

Pergunta: Que participação teve na definição dos objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: O objectivo é ajudar os jovens timorenses pode servir na área de informática para que o mundo de hoje que não habilita uma pessoa descobrir para fazer uma pesquisa para conhecer, se uma pessoa sem conhecer como é que se funciona o Internet então é uma tecnologia moderna não dá vantagem mas, por isso que os portugueses com a cooperação além da formação de jovens para falar a língua português como o nosso país adoptou a língua portuguesa como a língua oficial e também formam os jovens como técnicos modernos e como esta tecnologia moderna pode conseguir alguma coisa.

Pergunta: Durante a existência da FUP na UNTL, como avalia esta cooperação.

R: Eu trabalhei com eles durante a cooperação da FUP, porque eu também naquela altura era chefe de departamento, através da minha faculdade de engenharia como chefe de departamento electrotécnica da FUP durante três anos como chefe de departamento e também como tradutor de língua Portuguesa e trabalhei com o DR. Ângelo e o vice Eng. Ersídio depois mais tarde o DR. Vítor Ambrósio e o actual agora é o DR. Vasco Fitas e, trabalhamos muito bem com eles e também enfrentamos muitas dificuldades em divisões de salas de aulas e faltam de professores e algumas dificuldades que enfrentamos mas tudo isso pode resolver, podemos tratar estes assuntos e resolver tudo e a cooperação foi feita e sucesso.

Pergunta: Como avalia os programas da FUP na UNTL.

R: Avaliação da FUP, é diferente com a avaliação do curso regular porque a FUP todos os professores vieram de Portugal a avaliação a média como em Portugal, a passagem mínimo até vinte valores mas, a avaliação do aluno regular na nossa universidade UNTL, o valor é de 0-100, e portanto também com abjad de A,B,C,D,E, esses são o critério para a avaliação que, o A é óptimo, o B é muito bom, o C é bom, D é suficiente e tende repetir.

Pergunta: Quais as vantagens e as desvantagens da cooperação.

R: As vantagens formam os nossos jovens a falarem a língua português, e como eles falam a três anos a mais assim foi rapidamente a cooperar com os nossos anteriores que o Português é uma língua viva mas é um pouco difícil para nós, portanto tenque aprender e tenque levar um tempo para conseguir, mas eles conseguiram fazer alguma

coisa e conseguiu adaptar e consegui falar, estes são as vantagens e também agora quase todas as instituições estão a cooperar, os jovens formados na área de português principalmente na área de informática, mas temos menos estudantes, porque depois de acabar o curso não há ninguém estão sem emprego, estão todos ocupados e alguns deles foram continuar o estudo e alguns estão a trabalhar este é a vantagem.

A desvantagem, no início é um pouco difícil para o estudante, para que um tradutor para acompanhar para fazer traduções, essas são as primeiras dificuldades da primeira etapa mas tudo isso passou e são as primeiras fases das dificuldades, esses são as desvantagens mas acho que a desvantagem é o mínimo ao comparar com a vantagem.

Pergunta: O que é que funcionou e o que é que não funcionou como se desejava.

R: Eu sugeria que esta cooperação não é assim tão curta terminou assim depois de 2000, se não me engano 2003, depois de funcionar até 2007-2008, terminou a cooperação, eu em particular a cooperação não vai terminar mais, vão continuar com outros programas para que temos que a cooperação continuar não só a nível de bacharelato, mas a nível de Licenciatura, Mestrados ou Doutoramentos.

Pergunta: O que é que foi feito que não poderia tê-lo sido sem a cooperação da FUP.

R: Acho que o que é que está feito já tinha feito, como a formação da electrotécnica mas agora já entregou para a Faculdade e já efectuou-se com a faculdade regular da electrotécnica, quer dizer isto já está feito, ao passo que a informática é uma nova área aqui na nossa faculdade, é um novo departamento e continuamos a sua existência e vamos cooperar para recrutar os novos docentes bem como assim os jovens formados no mesmo departamento os que foram bem aproveitamento e também podemos recrutar os graduados na Indonésia, Austrália ou noutros país que podem fazer uma competência para suportar neste departamento e porque só temos dois departamentos então é isso é que posso dizer.

Pergunta: O que é que deveria a FUP a fazer no futuro na sua faculdade.

R: Para mim o apoio continua, não só na cooperação de capacidade de estudantes pode ser mais uma cooperação assim para apoiar os docentes como intercâmbio de docentes timorenses ir a Portugal para participar em alguns eventos ou cursos e algumas formações de curto prazo e também assim os portugueses vierem para cá a apoiar em algumas conferências isto é uma boa cooperação para o futuro. Eu sugeria se a FUP,

que a FUP na minha faculdade também contado comigo fiquei em Portugal faço o Mestrado em Aveiro, também uma cooperação com a FUP e o IPAD, foi financiado pela IPAD, e para o primeiro grupo conseguimos concluir o nosso curso e sugeria que com essa cooperação podemos ajudar para que os jovens e os docentes podem continuar e aprofundar a língua portuguesa em Portugal e também podem fazer o Doutoramento no nível mais avançado.

Entre vista ao Dr. Armindo Maia.

Pergunta: Qual foi a visão do senhor sobre a existência da FUP na UNTL

R: A presença ou seria melhor a participação da FUP em Timor-Leste, em particularmente no âmbito do ensino superior é começou em meados de fim de 2000, na altura ainda não temos governo constitucional, ainda no governo da transição da UNTAET das Nações Unidas, e por outro lado a liderança de Timor-Leste estava sob a organização da altura CNRT, é dentro desta estrutura o CNRT o padre Filomeno Jacob, estava o cargo por seguinte das questões sociais que incluía a educação, a saúde, em fim específica por conseguinte sob o assunto total. Neste âmbito o padre Filomeno Jacob deslocou-se a Portugal e encetou por conseguinte o encontro de discussões a cooperação com as autoridades portuguesas particularmente na área de educação, na altura o governo Português ainda estava a actuar sob o Comité de Apoio a Transição (CAT), e por a articulação que o padre Filomeno Jacob entrou em negociações com as autoridades Portuguesas particularmente a educação e relativamente a FUP foi neste âmbito. As primeira actividades relativamente a presença da FUP foram propriamente a sondagem em que moldes e em que aspecto que a FUP poderia participar na área de cooperação depois da fase de exploratória e conseguinte a abrir os cursos de Baicharelato e mesmo alguns cursos de Diploma na UNTL, a partir do ano de 2001, esses cursos foram com a participação da FUP, depois foi aumentado o número até depois o novo Reitor, o Reitor Benjamin Corte-Real ter assumido por a Reitoria.

Pergunta: A existência da FUP na UNTL, foi uma cooperação no ensino superior FUP-UNTL?

R: Uma cooperação bilateral entre FUP-UNTL, os vários moldes de cooperação, na altura praticamente a abertura do curso de Baicharelato e alguns cursos de Diploma com professores deslocados da FUP que vinham por estar aqui de dois ou três meses alguns

mais do que isso, mas eram um sistema, esses professores da FUP deslocados daqui na UNTL.

Pergunta: De que forma se estabeleceu a cooperação entre estas duas instituições.

R: As formas como tinha explicado, a forma da FUP que inclui várias universidades públicas Portugueses destaca professores para UNTL, a UNTL praticamente limita-se a facultar facilidades no sentido de espaço obviamente alunos e espaço físico mas de resto, por exemplo salários e residências tudo isso por parte da FUP. A UNTL praticamente limita-se a facultar principalmente as salas de aulas e material e equipamentos necessários para o funcionamento das aulas.

Pergunta: Quais são os pontos fracos e os pontos fortes da cooperação.

R: Os pontos fortes foram naquela conjuntura de 2000 e 2001, realmente havia necessidade de nós UNTL abrir alternativas, nós estávamos habituados no sistema Indonésio, com a língua Indonésia, então obviamente que havia que a necessidade de nós procurarmos outra alternativa, pois nossos líderes decidiram que a língua portuguesa que se transforma-se a língua oficial de Timor-Leste, e então temos que ir por um sistema mais ou menos Lusófono, esse é o ideal, nós temos um próprio sistema mas naquela conjuntura de 2000 e 2001, obviamente que é impossível, então adaptou-se essa modalidade, nós vamos adotar um sistema alternativo com os professores Portugueses e aí obviamente que os alunos timorenses tinham que passar por estar uma fase mais ou menos provatória fase de preparação mas esta é o ponto forte uma alternativa para o sistema educação vigente.

O ponto fraco é que os nossos alunos ou professores não estavam ainda pronto para ou preparados para a mudança do sistema de que acarreta de vários desafios e obviamente que há vários problemas, tanto alunos como os professores ainda não estavam a par ao nível de aspectos desafios, pois os alunos é uma língua nova e um sistema novo, e aos professores vimos aí de Portugal com o nível de desenvolvimento avançado e chegar, ter que adaptar se a esta nova cultura a nova mentalidade aqui da realidade Timor-Leste, este eu posso esperar que é o ponto fraco.

Pergunta: Quais os pontos fortes que foram concretizados e não concretizados.

R: Os pontos fortes que realmente os alunos também foram vencendo as dificuldades e desafios assim também os professores gradualmente foram ambientando e adaptando a realidade de Timor-Leste e a prova que não sei os números dos graduados, mas os

números bastante elevados da FUP e isto é que estão a trabalhar nas instituições governamentais e não-governamentais e acho que são os pontos fortes e obviamente que a reitoria ultimamente tem estado a apostar mais em os cursos de Pós-Graduação, não já aqueles de curso de graduação Baicharelato e este já o novo ponto.

Pergunta: Os professores da FUP têm vindo a ser substituídos por professores da UNTL?

R: Infelizmente não se registou muito este aspecto, só a partir dos últimos 3 a 4 anos que a universidade conseguiu a formar professores não para substituir mas para fazer parte no futuro do desenvolvimento da universidade, é isto.

Pergunta: Que tipo de cooperação houve entre a Instituição UNTL e a FUP? Houve acordos (por exemplo).

R: O primeiro acordo feito com o padre Filomeno Jacob, naquela altura quando eu assumi o cargo de Reitor praticamente implementei este acordo de início o meu substituto reitor Benjamin Corte-Real deu mais esforço a cooperação.

Pergunta: Quais os objectivos deste eventual acordo.

R: O objectivo como tinha explicado hoje a formação de quadros timorenses a nível de ensino superior nas várias áreas de conhecimento particularmente na área de agricultura, economia, informática, engenharia por seguinte várias áreas por este acordo.

Pergunta: Quem estabeleceu os objectivos da cooperação e como?(foi pedido pela UNTL, foi negociado bilateralmente, foi proposto pela FUP).

R: A proposta partiu por parte de Timor-Leste, na altura o padre Filomeno Jacob, como representante do governo Timorense com responsabilidade na área de educação preparou-se e discutiu e negociou com o governo Português particularmente com a FUP sobre os objectivos, as modalidades desta cooperação e obviamente que houve a negociação, mas a proposta inicial partiu por parte de Timor-Leste.

Pergunta: Houve alguns objectivos não contemplados e que gostaria de ter visto adoptados?

R: Eu creio que esta questão da continuidade dos cursos para passarem ser assumidos por professores timorenses que houve choque conseguimos a antecipar esta necessidade

só depois de 5 a 6 anos depois é que a universidade tomou iniciativa, mas devia ter feita muito antes.

Pergunta: Qual é o futuro destas duas instituições.

R: Eu acho que neste momento a UNTL, o próprio Ministério de Educação também está metido, isso tem acetado negociações sobre o futuro e modalidades de cooperação com a FUP. Será vai continuar a ser a FUP como organização sombrinha ou será mais agora uma cooperação bilateral entre UNTL e Universidades individual por exemplo, Universidade do Minho, Universidade de Évora ou sei lá, eu acho que é importante que seja traga benefícios e lucros para as duas partes, tanto para a UNTL como a FUP.

Pergunta: No futuro, existirá uma união universitária com a adopção da língua portuguesa?

R: Eu não sei, não posso explicar isso porque isso já é uma política do governo, talvez aí quem seria melhor responder isso seria Ministros.

Entrevista ao Decano da Faculdade de Economia.

Pergunta: O que é que você entendeu com a existência da FUP na UNTL.

R: A FUP na UNTL tem a cooperação e actividades que funcionam na UNTL, em que abrem o curso de Diploma Baixa-Relato na faculdade de Economia, Agricultura, Engenharia, que durante o funcionamento utilizam a língua portuguesa, esta cooperação iniciou em 2002, e na faculdade de Economia encerrou este curso em 2008, e ainda a pouco tempo passado a FUP fez a graduação com os estudantes regulares da UNTL em 2010 e já não existe mais a FUP na faculdade de Economia.

Pergunta: Quais os objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: O objectivo da FUP na faculdade de Economia é produzir e transformar os estudantes como gestores e economistas na área de economia no grau académico de Diploma Baicharetrato para desenvolver a língua portuguesa na UNTL, por meio do curso que a FUP estabelece na UNTL, mas FUP é um projecto que existe na faculdade de Economia e até que encerrou em 2008, e por isso os estudantes que não conseguiram de acabar o curso na FUP foram transferidos para o curso regular na UNTL principalmente na faculdade de economia.

Pergunta: Que participação teve na definição dos objetivos da cooperação na sua faculdade.

R: A participação, a FUP nunca fez a cooperação com a faculdade de economia desde o processo de aprendizagem até a graduação durante o processo de aprendizagem os professores são todos os professores portugueses que ensinam a língua portuguesa.

Pergunta: Como foi a cooperação entre a faculdade e a FUP?

R: A cooperação existe só no tempo de graduação mas durante o processo de aprendizagem não há uma boa cooperação com a faculdade.

Pergunta: Durante a existência da FUP na UNTL, como avalia esta cooperação.

R: Durante o processo de aprendizagem na UNTL e na faculdade de Economia, a faculdade nunca fez a avaliação, não há uma boa cooperação entre a faculdade e a FUP, mas sim a cooperação existe entre a FUP e a UNTL, no entanto a faculdade não tem possibilidade de fazer a avaliação, porque a FUP na UNTL deveria buscar alguns meios para cooperar com a faculdade e departamentos, mas na realidade não existe nenhuma cooperação isto parece foi um falhanço.

Pergunta: Como é que entendeu os programas da FUP na UNTL.

R: O programa da FUP, a faculdade nunca conheceu porque não há conhecimento nem cooperar com a faculdade em termos de reuniões ou encontros e discussões sobre os programas implementados na faculdade, mas sim parece existe a nível de universidade é que a faculdade não conhecia.

Pergunta: Como avalia os programas da FUP na sua faculdade?

R: Se houvesse a cooperação FUP e a Faculdade poderíamos fazer a avaliação sobre o processo de aprendizagem e professores que ensinam na FUP, mas como não houve cooperação não razão para fazer a avaliação e também não há critérios estabelecidos para a avaliação.

Pergunta: Quais as vantagens e as desvantagens da cooperação.

R: A vantagem da cooperação é o ensino da língua portuguesa aos timorenses em que os estudantes da FUP conseguiram de falar a língua português e mais outra vantagem é que a maioria dos graduados da FUP são reconhecidos a trabalhar em vários instituições

seja privados ou públicos como em Timor-Telecom, Banco Nacional Ultramarino (BNU) etc.. A desvantagem é que os estudantes da FUP, muitos não conseguiram ou finalizar o curso por motivo de não dominar a língua português.

Pergunta: O que é que funcionou e o que é que não funcionou como se desejava

R: O que já funcionou é o processo de ensino e aprendizagem na FUP no grau acadêmico Diploma Baixa-Relato, já funcionou durante 5 anos a mais na UNTL, mas a nível de faculdade na faculdade de Economia é o diploma ou baixa-rel não foi até a licenciatura, e o que ainda não funcionou é o nível de licenciatura.

Pergunta: O que é que foi feito que não poderia tê-lo sido sem a cooperação da FUP

R: Sim o programa da FUP foi muito bem no ensino, isto é ensinar os estudantes timorenses e conseguiram de acabar o curso e obterão o título de baixa-rel e maioria já foram absorvidos no campo de trabalho.

Pergunta: O que é que se deveria a FUP a fazer no futuro na sua faculdade.

R: No futuro, ainda no mês passado temos um encontro com o coordenador da FUP e também veio uns coordenadores de Portugal para fazer uma avaliação, porque a FUP produziu muito estudantes do curso de baixarel mas sim podem continuar até a nível de licenciatura, e nós naquele momento decidimos juntos que se houvesse ainda o projecto, estes estudantes podem continuar até a licenciatura, mestrado ou doutoramento, mas no entanto que o projecto que o projecto finalizou, mas isto ainda está em curso esperamos se ainda há oportunidade a FUP reabrirá para os estudantes ao acabarem o baixa-rel poderia continuar a licenciatura.

Entrevista ao Decano da Faculdade de Agricultura.

Pergunta: O que é que você entendeu com a existência da FUP na UNTL.

R: No meu ponto de vista sobre a FUP, a FUP existiu na UNTL, começou em 2001, e fez as suas actividades com dois ou três faculdades, na faculdade Agricultura iniciou com um curso de Ciências Agrárias, naquele momento era o decano Flaviano e eles focalizaram como é que a FUP ajudarem os timorenses através do curso Ciências Agrárias, e os estudantes eram muito pouco no início do curso, porque no início do curso logo aplicou a língua portuguesa que podemos significar que tem muito pouco ânimo. Mas entretanto a mais tempo a cooperação andou até 2007, e em 2007 a FUP

conseguiu produzir 7 graduados, e o curso continua até 2009, que produziu 10 graduados e até o fim do ano Novembro 2009. Depois de início de 2010, graduou 37 estudantes, portanto durante 9 anos a existência da FUP na Faculdade de Agricultura produziu out-put 48 estudantes, estes são do departamento de Ciência Agrárias.

Pergunta: Quais os objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: O objectivo principal é educar os nossos estudantes na área de Ciências Agrárias isto quer dizer que elevar a capacidade de recursos humanos em Timor-Leste, em nível de educação, o outro objectivo é com esta política de transformação de língua acho que o Portugal é um país que promove a língua portuguesa começou desde 2001, e os estudantes começaram a aprender a língua portuguesa desde o tempo, o outro objectivo é a cooperação já começou há nove anos, mas no meu ponto de vista esta cooperação especificou muito como um trajecto de projecto, é por isso que em Novembro 2009, a FUP fechou/encerrou este curso, então os estudantes ficaram preocupados, mas a faculdade e a FUP conseguiu de resolver, mas no ponto de vista a faculdade sugeria que este curso deveria ter a garantia e a sustentabilidade.

Pergunta: Que participação teve na definição dos objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: Vejamos esta cooperação é uma cooperação de nível Ministerial e vem a Universidade, mas não leio muito bem o objectivo dos dois países do governo Português e o governo Timorense, mas o que sentimos que a presença do governo português é para ajudar e dar apoio aos nossos estudantes através de ensino de ciências e a língua portuguesa principalmente, e também a formação de professores para o futuro.

Pergunta: Durante a existência da FUP na UNTL, como avalia esta cooperação.

R: A avaliação sobre a cooperação no meu entendimento é como é que se pode trabalhar juntos, porque o sistema é diferente do que o sistema que nós adoptamos, eles utilizam o sistema regular ou três em três meses eles trocam os professores, o impacto os estudantes ficam desentendidos das matérias dos professores anteriores e os professores do presente, é isto é que a faculdade procura meios com a FUP se poderá encontrar.

Pergunta: Como é que entendeu os programas da FUP na UNTL.

R: O início do programa da FUP foi em 2000, fez esta cooperação entre governo através do Ministério da Educação e veio a cooperar a nível de Universidade que a FUP começou a abrir um departamento na faculdade que é o departamento de Ciências Agrárias, e este foi um processo entre decanos.

Pergunta: Como avalia os programas da FUP na sua faculdade?

R: Esta cooperação é de nível da universidade, quem avalia esta cooperação é a universidade é que fez a avaliação, mas para fazer esta avaliação, em primeiro lugar temos de definir qual é o papel da FUP e quais são as contribuições que contribuiu, portanto podemos dizer que o que é podemos já ter visto com a nossa própria realidade que existe a cooperação entre a FUP e a Faculdade de Agricultura, e também com esta cooperação deu oportunidade aos professores timorenses a continuarem a estudar em Portugal e por outra parte a FUP a FUP leccionou os estudantes timorenses na área de Ciências Agrárias.

Pergunta: Quais as vantagens e as desvantagens da cooperação.

R: De qualquer cooperação tem o seu objectivo, portanto a vantagem para nós é que a FUP ajudou os professores da universidade a partilhar a ciência e a inteligência aos nossos estudantes e por fim conseguiu de produzir o out-put e por outro lado os graduados que a FUP produziu neste momento estão todos absorvidos em vários sectores, este foi uma parte muito positivo, outra vantagem é que a FUP estende ou alargar a língua portuguesa e deu um bom benefício e mais a capacitação de professores de estudo contínua. A desvantagem é, o curso a FUP deveria garantir a sustentabilidade, não se vê muito para o targeto do projecto, outra desvantagem é a FUP não deveria usar o sistema de trocar os professores em cada trimestral, porque faz confuso aos estudantes a receber matérias, que cada professor tem o seu método de ensino.

Pergunta: O que é que funcionou e o que é que não funcionou como se desejava

R: Eu deveria responder assim, no começo do programa em 2001, até agora em termos de aprendizagem foi muito bem até o fim do curso, e agora pensamos que se houver outra cooperação vamos juntar os recursos, isto é quais os recursos que a FUP deveria preparar e quais os recursos que a Faculdade deveria responsabilizar. Nós também pensamos que geograficamente o Portugal fica de uma longa distância, então poderia dividir estes recursos para não ser mais complicado para Portugal. A FUP fez muita

coisa principalmente na área de ensino e aprendizagem e fez estudos comparativos, e também parece que vai estabelecer a rede internet na faculdade para o acesso de estudantes, mas ainda até hoje ainda não estabeleceu.

Pergunta: O que é que foi feito que não poderia tê-lo sido sem a cooperação da FUP.

R: Nós precisamos sempre o apoio deles porque nesse processo já concluiu o processo de aprendizagem e resultou o out-put muito significante, e no fim terminou este curso, ma eu proponho se nós utilizamos a língua portuguesa deveria não fechar este curso para promover a língua portuguesa no futuro, mas ainda está em curso os novos programas que aí vai abrir o novo departamento que é o departamento Florestal e o departamento de Gestão de Recursos Humanos isto ainda está em discussão, mas isto conseguir é possível que estes cursos não sejam como projectos, isto não vai garantir a sustentabilidade para o futuro.

Pergunta: O que é que se deveria a FUP a fazer no futuro na sua faculdade.

R: Neste momento a faculdade tem três ou quatro departamentos, mas falamos sobre a agricultura acomoda mais ou menos 7 subsectores, por isso nós ainda precisamos o sub sector florestal que é importante para o Timor-Leste e mais outro sector importante é o sector marítimo que ainda estamos a procurar meios para o estabelecer.

Entrevista ao Decano da Faculdade de Ciências de Educação.

Pergunta: O que é que você entendeu com a existência da FUP na UNTL.

R: Conforme eu sei o processo de cooperação da FUP e a UNTL, no meu entendimento é uma cooperação entre Universidades Portuguesas (FUP) e a UNTL, os programas que foram decididos entre acordos FUP-UNTL este programas serão introduzidos nas faculdades que existem na UNTL, em termos de ensino e aprendizagem, língua e outros programas que estão em acordos entre as duas instituições, a FUP-UNTL.

Pergunta: Quais os objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: Na faculdade a FUP continua com os programas no ensino e a aprendizagem muito mais na área da língua portuguesa e mais outros programas, como é que se a cooperação ajuda os professores para vierem ao ensinar nos departamentos, e muito mais como é que se faz a reintrodução da língua portuguesa, o desenvolvimento do currículo que as matérias são relacionadas com a aprendizagem e sentimos que estes apoios podem

ajudar os nossos programas e também ajudar os nossos professores timorenses a adiantar o trabalho.

Pergunta: Que participação teve na definição dos objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: Vimos a participação não só em termos de programas, mas a participação de professores portugueses que ajudem os professores timorenses a desenvolver currículo, sílabos e ajudar a ensinar os timorenses, isto é que a participação da Cooperação, e ainda mais alguns programas que podem facilitar, treinamentos para os professores timorenses e mais ajudas que fizeram durante este tempo.

Pergunta: Durante a existência da FUP na UNTL, como avalia esta cooperação.

R: No meu ponto de vista em termos de relação a faculdade, a faculdade não fez a avaliação que esta cooperação é uma boa cooperação ou não, mas isto é só a universidade é que toma a responsabilidade de avaliar esta cooperação, mas em termos de académico e ensino e a aprendizagem a ajuda da FUP foi boa e facilitou os timorenses, mas a avaliação a faculdade não fez a avaliação isto é a universidade.

Pergunta: Como é que entendeu os programas da FUP na UNTL.

R: Como já mencionei que estes programas se avaliarmos em termos académico de ensino aprendizagem, com certeza estes programas as vezes correm bem e também não o correm bem dependendo da nossa situação, a FUP tem bom programa e planos feitos mas não pode realizar, porque temos limitações de condição em termos de espaço, recursos, bibliotecas, laboratório e etc. estes são condições que limitam o programa da FUP, e a vantagem será mais pouca.

Pergunta: Como avalia os programas da FUP na sua faculdade?

R: Como mencionei que para avaliar estas vantagens temos que identificar os positivos e negativos deste programa estes são condições que precisamos de completar, mas no entanto temos de ver os pontos positivos que conseguiram de ter nesta faculdade durante o processo.

Pergunta: Quais as vantagens e as desvantagens da cooperação.

R: No meu ponto de vista o que funcionou durante esta cooperação e os programas que já funcionaram por exemplo; a reintrodução da língua portuguesa, envolvimento de professores portugueses que vieram a ensinar a ajudar os professores timorenses a desenvolver currículo, facilitar treinamento de curso verão de língua portuguesa, mas também praticamos que o sistema de ensino e aprendizagem ainda que houve diferença de método de ensino mas isto depende do contexto.

Pergunta: O que é que funcionou e o que é que não funcionou como se desejava.

R: Ainda há muita coisa que precisamos de fazer e completar por meio desta cooperação, precisamos de aproveitar esta oportunidade para implementar novos programas e novos planos, mas não sei muito bem o programa da FUP ainda corre bem na UNTL, mas isto só a universidade é que deve compreender mais, no entanto ainda precisamos a continuação desta cooperação para dar apoio e facilitar pessoalmente ou outros recursos, assim levaremos a nossa educação para o futuro, a educação sem cooperação quer dizer que a cooperação com a FUP é para facilitar e dar apoio em termos de ciência, tecnologia e recursos para desenvolver a nossa educação mais melhor.

Pergunta: O que é que foi feito que não poderia tê-lo sido sem a cooperação da FUP

R: Isto depende de acordos da UNTL e a FUP, tem planos, programas já estabelecidos no acordo, se o programa da cooperação já teve acordo estes planos já podem implementar nas faculdades, depende quais os acordos assinados, a faculdade de educação está sujeito a implementar em termos de língua, currículo e pessoal.

Vítor: eis Decano de Faculdade Engenharia. (UNTL)

Pergunta: O que é que você entendeu com a existência da FUP na UNTL.

R: O Programa de Cooperação CRUP/FUP com Timor Leste e UNTL surge na sequência de um acordo realizado entre o já extinto CNRT, o Governo Português e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, que desenvolveu entre Abril e Setembro de 2000 um primeiro projecto de cooperação no qual estiveram envolvidos um total de 50 docentes das Universidades Públicas Portuguesas para o programa de reintrodução da língua portuguesa aos estudantes finalistas do UNTIM e Politécnico de Díli, em sou o coordenador do programa do curso da língua Portuguesa na secção do

ensino superior da CNRT e posteriormente foi o embrião do estabelecimento da UNTL em Novembro de 2000.

Pergunta: Quais os objectivos da cooperação na sua faculdade.

Objectivo geral do CRUP/FUP: é a procura dar resposta às necessidades identificadas pelo Governo Timorense em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país.

Objectivo especial: criar ou estabelecer cursos nas áreas de engenharia nomeadamente curso de Engenharia Informática e Engenharia Electrotecnia em Outubro de 2001, como resposta às necessidades identificadas pelo Governo Timorense em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país.

Pergunta: Que participação teve na definição dos objectivos da cooperação na sua faculdade.

R: As definições dos objectivos foram efectuadas através das reuniões e consultas com o governo de Timor Leste, direcção da UNTL, Faculdade da Engenharia e com os responsáveis do CRUP/FUP.

Pergunta: Durante a existência da FUP na UNTL, como avalia esta cooperação.

R: As avaliações da cooperação foram feitas através das reuniões de senado académico da UNTL em termos de funcionamentos operacionais. E em termos financeiros são exclusivamente compete a CRUP/FUP.

Pergunta: Como avalia os programas da FUP na UNTL.

R: Os programas em termos académicos foram avaliados pelo seu regulamento próprio da FUP e não da UNTL.

Pergunta: Quais as vantagens e as desvantagens da cooperação

R: Ao longo do tempo da cooperação da FUP resultou muito efeito e muito diferença no que diz a respeito as vantagens:

- Criou um novo ambiente de conhecimento e convivência da UNTL e as universidades portuguesas através das actividades de interacção.
- Introduziu novos sistemas de gestão e avaliação do sistema Bolonha a UNTL
- Disponibilizou os equipamentos dos laboratórios a faculdade

- Os graduados são mais procurados no mercado de trabalho Timorense principalmente nas instituições públicas mas também privadas.
- Os graduados são mais respeitados pela sociedade Timorense

Desvantagens:

- Não há planos de sustentabilidade dos cursos embora são mais necessitados
- Os encerramentos e transferências dos cursos de FUP a UNTL não são bem organizados

Pergunta: O que é que funcionou e o que é que não funcionou como se desejava.

Pergunta: O que é que foi feito que não poderia tê-lo sido sem a cooperação da FUP.

R: O curso de Engenharia Informática e Engenharia Electrotecnicia em língua Português

Pergunta: O que é que deveria a FUP a fazer no futuro na sua faculdade.

R: No futuro há necessidade de ter uma cooperação com FUP no que diz a respeito de assistência técnica dos professores das universidades Portugueses em cada curso nas faculdades como orientadores académicos do curso, até a formação dos professores Timorenses.